

**BM&FBOVESPA**

*A Nova Bolsa*



# ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA BM&FBOVESPA

24/03/2014

**BM&FBOVESPA**

*A Nova Bolsa*



Visite o site da BM&FBOVESPA

[www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)

São Paulo, 20 de fevereiro de 2014

Prezados Acionistas,

É com muita satisfação que os convido a participar da Assembleia Geral Ordinária da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, convocada para ser realizada no dia 24 de março de 2014, às 12h00, na Rua XV de Novembro, nº 275, Centro, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, excepcionalmente fora da sede social da Companhia, nos termos do Edital de Convocação a ser publicado no jornal Valor Econômico e no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 21 de fevereiro de 2014.

Nesta carta introdutória, gostaria de destacar que, no âmbito operacional, o ano de 2013 foi marcado, assim como nos anos anteriores, pelo controle de custos e despesas incorridos pela Companhia. No âmbito estratégico, a BM&FBOVESPA deu continuidade à execução do seu plano e avançou em vários projetos que suportarão seu crescimento futuro e fortalecerão sua posição competitiva, como, por exemplo, a entrega do módulo de ações do novo sistema de negociação PUMA Trading System e o início dos testes da nova câmara de compensação de derivativos.

Vale destacar que o ano de 2013 também foi marcado pela divulgação (i) da nova metodologia do Ibovespa, fazendo com que o referido índice represente com maior exatidão o desempenho do mercado de capitais brasileiro; e (ii) do Programa de Incentivo para a expansão da base de investidores pessoas físicas, o qual tem por objetivo a criação de incentivos para o aumento do ingresso de investidores de varejo e de sua participação no mercado à vista de ações.

Feitas as considerações acima, informo que as matérias a serem deliberadas na Assembleia estão descritas no Edital de Convocação, na Proposta da Administração e neste Manual, todos divulgados hoje ao mercado.

A participação efetiva dos acionistas nesta Assembleia é de extrema importância. É a oportunidade de discutir e votar as matérias trazidas à deliberação, diante das informações divulgadas para uma tomada de decisão consciente.

Nesse sentido, com o objetivo de facilitar e incentivar a participação de seus acionistas e reforçando o compromisso de adoção das melhores práticas de governança corporativa e de transparência, a BM&FBOVESPA disponibilizará o sistema “Assembleias Online” de votação por intermédio de procuração eletrônica, que poderá ser acessado mediante cadastro no site [www.assembleiasonline.com.br](http://www.assembleiasonline.com.br).

Convido-os a examinarem cuidadosamente o Manual para Participação na Assembleia e demais documentos que estão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores ([www.bmfbovespa.com.br/ri/](http://www.bmfbovespa.com.br/ri/)), bem como no site da BM&FBOVESPA ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

Atenciosamente,

**Pedro Pullen Parente**  
**Presidente do Conselho de Administração**

## Índice

<b>ESCLARECIMENTOS E ORIENTAÇÕES .....</b>	<b>5</b>
<b>A. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA .....</b>	<b>6</b>
<b>A.1. PROCURAÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>A.1.1 Procuração Eletrônica.....</b>	<b>6</b>
<b>A.1.1.1 Acionistas não cadastrados na plataforma Assembleias Online .....</b>	<b>7</b>
<b>A.1.1.2 Acionistas já cadastrados na plataforma Assembleias Online .....</b>	<b>8</b>
<b>A.1.2 Procuração Física.....</b>	<b>8</b>
<b>A.1.2.1 PRÉ-CREDENCIAMENTO.....</b>	<b>10</b>
<b>A.2. PEDIDOS PÚBLICOS DE PROCURAÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>B. MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA BM&amp;FBOVESPA .....</b>	<b>11</b>
<b>C. DOCUMENTOS PERTINENTES ÀS MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA BM&amp;FBOVESPA.....</b>	<b>15</b>
<b>Anexo I - COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA BM&amp;FBOVESPA .....</b>	<b>17</b>
<b>Anexo II - INFORMAÇÕES SOBRE A DESTINAÇÃO DE RESULTADOS EXIGIDA PELA INSTRUÇÃO CVM nº481/09 .....</b>	<b>37</b>
<b>Anexo III - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES – ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA .....</b>	<b>41</b>

## MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA BM&FBOVESPA DE 24/03/2014

### ESCLARECIMENTOS E ORIENTAÇÕES

Este Manual contém os esclarecimentos necessários para facilitar a participação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária da BM&FBOVESPA a ser realizada no dia 24 de março de 2014, bem como as informações acerca das matérias a serem então deliberadas pelos acionistas.

Esta iniciativa busca conciliar as práticas adotadas pela Companhia de comunicação oportuna e transparente com seus acionistas e as exigências da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), e da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 481”).

Assim, em cumprimento às determinações da Lei das S.A., a BM&FBOVESPA realizará **Assembleia Geral Ordinária** convocada para:

**Dia:** 24 de março de 2014

**Local:** Rua XV de Novembro, nº 275, Centro,  
São Paulo/SP – Brasil

**Horário:** 12h00

Na Assembleia Geral Ordinária serão deliberadas as seguintes matérias constantes da ordem do dia:

- (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2013;
- (2) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2013; e
- (3) Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2014.

As informações sobre cada uma das matérias da Assembleia Geral Ordinária estão detalhadas no item B deste Manual.

## A. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A participação dos Acionistas nas Assembleias da Companhia é de suma importância.

Informamos que, para a instalação da Assembleia Geral Ordinária, será necessária a presença de pelo menos 1/4 (um quarto) do capital social da Companhia. Caso esse quórum legal não seja atingido, a Companhia publicará novo Edital de Convocação anunciando a nova data para a realização da Assembleia Geral Ordinária em segunda convocação, podendo ser instalada com a presença de qualquer número de acionistas.

A **participação** dos acionistas poderá ser **pessoal ou por procurador devidamente constituído**.

Será exigida a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

Pessoas físicas	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>documento de identidade do acionista</b> ou, se for o caso, <b>documento de identidade de seu procurador e a respectiva procuração</b></li></ul>
Pessoas jurídicas	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e</b></li><li>• <b>documento de identidade do representante legal</b></li></ul>

### A.1. PROCURAÇÃO

#### A.1.1 Procuração Eletrônica

Com o objetivo de facilitar e incentivar a participação de seus acionistas, a BM&FBOVESPA disponibilizará, novamente, o sistema “Assembleias Online”, por meio do qual os acionistas poderão outorgar procuração para todas as matérias da ordem do dia da Assembleia Geral, por meio de certificado digital válido, privado ou da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001.

Para que possa votar via Internet, o acionista precisa cadastrar-se no endereço [www.assembleiasonline.com.br](http://www.assembleiasonline.com.br) e obter gratuitamente seu certificado digital, seguindo os passos descritos a seguir. Os acionistas desde já poderão iniciar os procedimentos para cadastramento e obtenção do certificado digital.

As procurações emitidas via plataforma eletrônica serão outorgadas aos três procuradores disponibilizados pela Companhia nos termos do item A.1.2 abaixo.

### **A.1.1.1 Acionistas não cadastrados na plataforma Assembleias Online**

Passo 1 – Cadastramento no portal:

- a) Acesse o endereço [www.assembleiasonline.com.br](http://www.assembleiasonline.com.br), clique em “*cadastro e certificado*” e selecione o perfil adequado (acionista pessoa física ou pessoa jurídica);
- b) Preencha o cadastro, clique em cadastrar, confirme os dados e, em seguida, terá acesso ao termo de adesão, no caso de pessoa física, ou ao termo de representação, no caso de pessoa jurídica. O termo deve ser impresso, rubricado em todas as páginas e assinado com firma reconhecida.

Caso o acionista já possua certificado digital emitido pela ICP-Brasil, é necessário apenas efetuar o cadastro e assinar digitalmente o termo de adesão ou o termo de representação, conforme o caso, para estar apto a votar por meio do portal “Assembleias Online”. Assim, o acionista poderá passar diretamente ao Passo 3 descrito a seguir.

Passo 2 – Validação do cadastro e recebimento do certificado digital privado:

- a) O acionista receberá e-mail do portal “Assembleias Online” com a relação dos documentos necessários para validação do cadastro, incluindo o termo de adesão ou o termo de representação, conforme o caso. Todos os documentos devem ser enviados, por correio, ao endereço do “Assembleias Online” constante do referido e-mail.
- b) Assim que a documentação for validada pela equipe do “Assembleias Online”, o acionista receberá um novo e-mail contendo os procedimentos para emissão do Certificado Digital “Assembleias Online”.
- c) Após emitido o certificado, o acionista estará pronto para votar, via internet, nas Assembleias Gerais da BM&FBOVESPA.

Passo 3 – Outorga de procuração por meio eletrônico:

- a) Após a conclusão dos passos indicados acima, para exercer seu direito de voto por meio de procuração eletrônica, acesse o endereço [www.assembleiasonline.com.br](http://www.assembleiasonline.com.br), faça seu *login*, selecione a Assembleia da BM&FBOVESPA, vote e assine digitalmente a procuração;
- b) O acionista receberá comprovante do seu voto por e-mail do portal “Assembleias Online”.

O acionista terá o período de 07/03/2014 até às 18h do dia 21/03/2014 para outorgar procuração por intermédio do portal “Assembleias Online”.

### **A.1.1.2 Acionistas já cadastrados na plataforma Assembleias Online**

No caso de o acionista já ter realizado anteriormente os passos 1 e 2 do item A.1.1.1 acima, este deverá verificar a validade de seu certificado digital, para que, tendo vencido o prazo, providencie a sua renovação.

Para a renovação do certificado digital emitido pela Certisign, será necessário acessar o menu administrativo, por meio do endereço do Assembleias Online, e optar pelo serviço de renovação de certificado digital.

Após confirmar a validade do seu certificado digital, o acionista estará apto para outorgar procurações por meio da plataforma Assembleias Online, observando as instruções constantes do endereço [www.assembleiasonline.com.br](http://www.assembleiasonline.com.br) e do passo 3 do item A.1.1.1 acima.

### **A.1.2 Procuração Física**

Além da possibilidade de outorga de procuração de forma eletrônica, conforme mencionado no item A.1.1. acima, as procurações também poderão ser outorgadas da forma tradicional, por instrumento físico.

O acionista poderá ser representado, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das S.A., por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, advogado, instituição financeira ou administrador da Companhia.

Caso o acionista não possa estar presente na Assembleia Geral ou não possa ser representado por procurador de sua escolha, a Companhia disponibiliza os nomes de três procuradores que poderão representá-lo em conformidade com a orientação de voto proferida pelo acionista:

- 1) Para votar A FAVOR nas matérias constantes da ordem do dia:

**Roberto Augusto Belchior da Silva**, brasileiro, casado, advogado, domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, na Praça Antonio Prado, nº 48, inscrito na OAB/SP sob o nº 113.495 e no CPF/MF sob o nº 867.075.747-87.

- 2) Para votar CONTRA nas matérias constantes da ordem do dia:

**Marcelo de Siqueira Ferraz**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, na Praça Antonio Prado, n.º 48, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.992.504-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 800.202.676-49.

3) Para ABSTER-SE nas matérias constantes da ordem do dia:

**Claudio Avanian Jacob**, brasileiro, casado, economista, domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, na Praça Antonio Prado, n.º 48, portador da Cédula de Identidade RG n.º 20.772.903-7-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 163.260.048-02.

Apresentamos, para tanto, o **modelo de instrumento de procuração abaixo**.

A Companhia não exigirá o reconhecimento de firma e/ou a consularização dos instrumentos de procuração outorgados pelos acionistas a seus respectivos representantes.

### MODELO DE PROCURAÇÃO

#### PROCURAÇÃO

[ACIONISTA], [QUALIFICAÇÃO] (“**Outorgante**”), na qualidade de acionista da **BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros** (“Companhia”), nomeia e constitui como seus procuradores:

**Roberto Augusto Belchior da Silva**, brasileiro, casado, advogado, domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, na Praça Antonio Prado, n.º 48, inscrito na OAB/SP sob o n.º 113.495 e no CPF/MF sob o n.º 867.075.747-87, para votar A FAVOR nas matérias constantes da ordem do dia, de acordo com a orientação expressa abaixo proferida pelo(a) Outorgante;

**Marcelo de Siqueira Ferraz**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, na Praça Antonio Prado, n.º 48, portador da Cédula de Identidade RG n.º 15.992.504-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 800.202.676-49, para votar CONTRA nas matérias constantes da ordem do dia, de acordo com a orientação expressa abaixo proferida pelo(a) Outorgante;

**Claudio Avanian Jacob**, brasileiro, casado, economista, domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, na Praça Antonio Prado, n.º 48, portador da Cédula de Identidade RG n.º 20.772.903-7-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 163.260.048-02, para se ABSTER nas matérias constantes da ordem do dia, de acordo com a orientação expressa abaixo proferida pelo(a) Outorgante;

outorgando-lhes poderes para comparecer, examinar, discutir e votar, em nome do Outorgante, na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 24 de março de 2014, às 11h00, na Rua XV de Novembro, n.º 275, Centro, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, excepcionalmente fora da sede social da Companhia, em conformidade com as orientações estabelecidas abaixo, acerca das seguintes matérias constantes da Ordem do Dia.

<b>Ordem do Dia</b>
(1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2013;
<b>A favor( ) Contra( ) Abstenção( )</b>
(2) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/13;
<b>A favor( ) Contra( ) Abstenção( )</b>
(3) Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2014, conforme proposta da Administração da Companhia.
<b>A favor( ) Contra( ) Abstenção( )</b>

[Cidade], [dia] de [mês] de [2014]

---

Outorgante  
Por: [nome]  
[cargo]

#### **A.1.2.1 PRÉ-CREDENCIAMENTO**

No caso de outorga de procurações por meio físico, os documentos referidos em “A” e “A.1.2” podem ser entregues na sede da BM&FBOVESPA até a hora de início da Assembleia Geral.

No entanto, visando a facilitar o acesso dos acionistas à Assembleia Geral, solicitamos que a entrega desses documentos seja feita com a maior antecedência possível, a partir do dia 07/03/2014.

Os documentos devem ser entregues na Praça Antonio Prado, n.º 48, 4º andar, Centro, CEP: 01010-901, São Paulo/SP – Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, tel.: + 55 11 2565-5142, e-mail: ri@bmfbovespa.com.br.

#### **A.2. PEDIDOS PÚBLICOS DE PROCURAÇÃO**

Acionistas titulares de 0,5% (meio por cento) ou mais do capital social poderão incluir pedidos de procuração no sistema “Assembleias Online”, nos termos da Lei das S.A. e da Instrução CVM 481.

Os pedidos públicos de procuração devem ser acompanhados da minuta de procuração e das informações e demais documentos exigidos na Instrução CVM 481, especialmente em seu Anexo 23, e entregues na Praça Antonio Prado, n.º 48, 7º andar, Centro, CEP: 01010-901, São Paulo/SP – Brasil, aos cuidados do Diretor Executivo de Produtos e de Relações com Investidores da Companhia, Sr. Eduardo Refinetti Guardia.

A Companhia atenderá ao pedido público de procuração formulado pelos acionistas em até 2 (dois) dias úteis contados da data do recebimento do referido pedido, dando o mesmo destaque no sistema “Assembleias Online” que os demais documentos disponibilizados pela Companhia.

A Companhia e sua administração não são responsáveis pelas informações contidas em pedidos públicos de procuração realizados pelos acionistas.

## **B. MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA BM&FBOVESPA**

Nos termos da Lei das S.A., uma vez por ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, há que se promover a realização de uma Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, para deliberar sobre as demonstrações financeiras, a destinação do lucro líquido, a fixação do valor da remuneração dos administradores e, se for o caso, a eleição dos membros do Conselho de Administração<sup>1</sup>.

A seguir, encontram-se os esclarecimentos da Administração da BM&FBOVESPA acerca de cada um dos itens que devem ser deliberados na Assembleia Geral Ordinária de 24/03/2014:

**Primeiro item** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2013

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia preparadas pela administração da BM&FBOVESPA, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório do Comitê de Auditoria, relativos ao exercício social findo em 31/12/2013, e publicados no dia 14/02/2014 no jornal “Valor Econômico” e no dia 15/02/2014 no “Diário Oficial do Estado de São Paulo”, foram aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 13/02/2014.

### **Demonstrações Financeiras**

As Demonstrações Financeiras expressam a situação econômico-financeira da Companhia, bem como as mutações patrimoniais ocorridas no exercício social findo, permitindo aos acionistas

---

<sup>1</sup> Nesta Assembleia Geral Ordinária de 24/03/2014 não haverá eleição de membros do Conselho de Administração, visto que o mandato de todos os membros deste órgão está atualmente em vigor e expirará somente na Assembleia Geral Ordinária de 2015.

avaliar a situação patrimonial e o nível de lucratividade da BM&FBOVESPA.

Essas Demonstrações compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração de Fluxos de Caixa, a Demonstração de Resultado e a Demonstração do Valor Adicionado. As demonstrações financeiras são complementadas por notas explicativas que têm por fim auxiliar os acionistas na análise e entendimento dessas demonstrações.

### **Relatório da Administração**

Acompanha as Demonstrações Financeiras o Relatório da Administração, documento que apresenta informações de caráter financeiro, como, por exemplo, as principais contas da demonstração do resultado do exercício social encerrado e também informações de caráter não financeiro, estatísticas e operacionais, tais como informações relacionadas aos colaboradores da Companhia, às suas sociedades controladas, à sua responsabilidade social, à sua governança corporativa e ao mercado de capitais de uma forma bastante abrangente.

### **Parecer dos Auditores Independentes**

A Ernst&Young Terco Auditores Independentes S.S. examinou as citadas demonstrações financeiras e emitiu parecer concluindo que as mesmas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BM&FBOVESPA e das suas controladas.

### **Documentos Apresentados pela Administração da Companhia**

Encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, em sua página de Relações com Investidores e nos sites da BM&FBOVESPA e da Comissão de Valores Mobiliários, os seguintes documentos relativos a esse item da ordem do dia:

- (a) Relatório da Administração;
- (b) Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2013;
- (c) Comentários dos diretores sobre a situação financeira da BM&FBOVESPA requeridos pelo item 10 do Formulário de Referência, conforme Instrução nº 480, de 07/12/2009, da Comissão de Valores Mobiliários (“Instrução CVM 480”), que também constam do Anexo I ao presente documento;
- (d) Parecer dos Auditores Independentes;
- (e) Formulário DFP (Demonstrações Financeiras Padronizadas); e
- (f) Relatório do Comitê de Auditoria, que apresenta suas conclusões a respeito das atividades por ele desempenhadas no ano de 2013.

### **Segundo item**

Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2013

O lucro líquido de R\$ 1.081.516.765,50 auferido pela BM&FBOVESPA no exercício social

encerrado em 31/12/2013 corresponde ao resultado obtido nesse exercício após dedução da provisão para o Imposto de Renda e contribuições sociais.

Em reunião realizada no dia 13/02/2014, o Conselho de Administração da Companhia deliberou destinar o lucro líquido do exercício conforme descrito nos termos abaixo, proposta que será submetida à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária:

- (i) R\$ 865.213.000,00 à conta de dividendos obrigatórios, que após a compensação com os dividendos intermediários pagos com relação ao exercício de 2013, no valor de R\$ 669.510.000,00, e dos juros sobre capital próprio pagos com relação ao exercício de 2013, no valor de R\$ 50.000.000,00, restará um saldo a pagar de R\$ 145.703.000,00, o qual se propõe seja distribuído aos acionistas a título de dividendos, resultando no valor de R\$ 0,07847515 por ação (valor estimado, que pode ser modificado em razão da alienação de ações em tesouraria para atender ao exercício de opções de compra de ações outorgadas com base no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia e por eventual aquisição de ações no âmbito do Plano de Recompra de Ações da Companhia); e
- (ii) R\$ 216.303.765,50 para constituição da reserva estatutária para investimentos e composição dos fundos e mecanismos de salvaguarda da Companhia.

A proposta da Administração da BM&FBOVESPA ainda prevê que tal pagamento se realize no dia 27/06/2014, observando-se o valor de R\$0,07847515 por ação (valor estimado, que pode ser modificado em razão da alienação de ações em tesouraria para atender ao exercício de opções de compra de ações outorgadas com base no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia e por eventual aquisição de ações no âmbito do Plano de Recompra de Ações da Companhia), tomando-se como base de cálculo a posição acionária de 11/06/2014.

As informações sobre a destinação do lucro líquido exigidas pelo Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481 constam do Anexo II ao presente.

**Terceiro item**                      Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2014

Em reunião realizada no dia 13/02/2014, o Conselho de Administração da Companhia deliberou que a proposta de remuneração global anual a ser apresentada à Assembleia Geral Ordinária é de até R\$5.967.000,00 para o Conselho de Administração e de até R\$18.085.000,00 para a Diretoria. Tais valores de remuneração referem-se ao período compreendido entre janeiro e dezembro de 2014.

Apresenta-se, a seguir, o valor da referida verba proposta, com o detalhamento de forma a permitir uma análise mais apurada por parte dos acionistas:

<b>Proposta de Remuneração para o Exercício de 2014 (R\$M)</b>				
<b>ADMINISTRADORES</b>	<b>Remuneração Fixa</b>	<b>Benefícios</b>	<b>Remuneração Variável de Curto Prazo</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Conselheiros</b>	5.967	-	-	5.967
<b>Diretores Executivos</b>	4.778	917	12.390	18.085
<b>TOTAL</b>	10.745	917	12.390	24.052

### **Remuneração Fixa**

A remuneração fixa da Diretoria Executiva é composta de 13 salários ao ano, corrigida anualmente por força de acordo coletivo.

Aos membros do Conselho de Administração é atribuída uma remuneração fixa mensal, uma remuneração fixa mensal adicional àqueles que participam de comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e, para o Presidente do Conselho de Administração, há uma remuneração fixa adicional semestral.

### **Benefícios**

Pacote de benefícios, que inclui assistência médica e odontológica, seguro de vida, ticket refeição, previdência privada, benefício de uso de veículo, *check up*, estacionamento e uso de telefone celular, tendo por objetivo o oferecimento de um pacote atrativo e que seja minimamente compatível com os padrões do mercado para o desempenho de funções semelhantes.

### **Remuneração Variável de Curto Prazo**

No que se refere à remuneração variável de curto prazo, os indicadores de desempenho que são levados em consideração para determinação da remuneração são: (i) nossa política de remuneração variável, que se baseia no conceito de múltiplos salariais que variam de acordo com a senioridade de cada cargo; (ii) as avaliações de desempenho individuais; e (iii) os indicadores de desempenho global da Companhia conforme descrito abaixo.

Em 2014, o valor total da remuneração variável de curto prazo estabelecido pelo Conselho de

Administração, que será paga aos administradores e funcionários da Companhia durante o exercício de 2014, será calculado com base no Lucro Líquido Ajustado da Companhia efetivamente apurado, considerado o limite de despesa previsto no orçamento do exercício, e deverá representar 3,5% deste resultado caso a meta de despesas estabelecida pelo Conselho de Administração seja efetivamente respeitada. Caso ocorra superação das despesas orçadas para o exercício de 2014, será aplicado um redutor no percentual do Lucro Líquido Ajustado a ser distribuído aos administradores e funcionários. Deste total, parte será destinada à Diretoria Estatutária e sua distribuição deverá seguir a regra de múltiplos salariais por nível e diferenciação baseada no desempenho individual.

As informações sobre a remuneração dos administradores exigidas pelo item 13 do Formulário de Referência previsto pela Instrução CVM 480 constam do Anexo III ao presente.

### **C. DOCUMENTOS PERTINENTES ÀS MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA BM&FBOVESPA**

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores ([www.bmfbovespa.com.br/ri/](http://www.bmfbovespa.com.br/ri/)), bem como nos sites da BM&FBOVESPA ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), os seguintes documentos:

- Edital de Convocação

---

- Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2013 (Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria)

---

- Formulário DFP (Demonstrações Financeiras Padronizadas)

---

- Relatório do Comitê de Auditoria

---

- Ata da reunião do Conselho de Administração de 13/02/2014 com a Proposta de Destinação de Lucro do exercício findo em 31/12/2013

---

- Proposta do Conselho de Administração, contendo as informações relativas à proposta de destinação dos resultados requeridas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481

---

- Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da BM&FBOVESPA – item 10 do Formulário de Referência, conforme Instrução CVM 480

---

- Informações sobre a remuneração dos administradores – item 13 do Formulário de Referência, conforme Instrução CVM 480

---

Frisamos que para solucionar qualquer dúvida deve ser contatada a Diretoria de Relações com Investidores, pelos telefones +55 11 2565-4007, 2565-4729, 2565-4418, 2565-4834 ou 2565-4207 ou enviado e-mail ao [ri@bmfbovespa.com.br](mailto:ri@bmfbovespa.com.br).

# ANEXOS

## ANEXO I

### COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA BM&FBOVESPA

#### 10.1 - Comentários dos diretores sobre:

##### a. condições financeiras e patrimoniais gerais

#### EXERCÍCIOS SOCIAIS CONSOLIDADOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Os mercados, produtos e serviços nos quais a BM&FBOVESPA atua apresentaram importantes movimentos ao longo de 2013. No mercado de ações ("Segmento Bovespa") houve aumento de atividade, que atingiu nível recorde de volume médio diário negociado de R\$7,42 bilhões em 2013 contra R\$7,25 bilhões em 2012, produto do crescimento da *turnover velocity*<sup>2</sup>, apesar da estabilidade da capitalização de mercado das empresas listadas. Já no mercado de derivativos ("Segmento BM&F"), verificou-se pequena queda de 1,8% no volume médio diário de contratos negociados, de 2,85 milhões em 2013 contra 2,90 milhões em 2012, porém a Receita por Contrato ("RPC") média subiu 7,6%, para R\$1,282 em 2013 ante R\$1,191 em 2012, dado que parcela relevante dos contratos é referenciada em dólares norte-americanos, que se valorizaram frente ao real.

Um aspecto importante foi o diferente desempenho entre os semestres do ano. Enquanto no primeiro verificou-se recorde de volumes tanto no mercado de ações quanto no de derivativos, no segundo houve queda de volumes em ambos os mercados, refletindo mudanças no apetite a risco e certa deterioração de expectativas dos investidores, além de maior orientação de fluxos de investimentos para mercados desenvolvidos.

No balanço do ano, a base diversificada das receitas e a inovação no desenvolvimento de produtos e serviços, como empréstimos de títulos, Fundos de Investimento Imobiliário ("FIIs"), Tesouro Direto e Letras de Crédito do Agronegócio ("LCAs"), além do impacto dos formadores de mercado para opções sobre ações e do volume total de ofertas públicas de ações de R\$23,0 bilhões, o maior dos últimos três anos, contribuíram positivamente para o aumento da receita total sobre 2012.

Assim, a receita total consolidada da Companhia aumentou 3,5% no período, de R\$2.370.229 mil em 2013 contra R\$2.289.023 mil em 2012, combinação do aumento de 5,9% nas receitas de negociação e pós-negociação no Segmento BM&F, queda de 1,0% nas receitas de negociação e pós-negociação no Segmento Bovespa e uma importante contribuição das outras receitas não ligadas a volumes negociados, com crescimento de 10,4%.

Além disso, a administração demonstrou novamente seu empenho com o controle de despesas, realizando esforços para manter o crescimento das despesas ajustadas<sup>3</sup> abaixo da inflação média da economia, de R\$563.487 mil em 2012 para R\$575.764 mil em 2013, alta de apenas 2,2% no período. Além disso, a Companhia continua demonstrando seu compromisso de retornar capital aos acionistas, por meio de uma eficiente combinação de pagamento de proventos e recompra de ações, sem comprometer a robustez de seu balanço.

O resultado operacional consolidado apresentou crescimento de 2,5%, de R\$1.301.670 mil em 2012 para R\$1.334.635 mil em 2013, enquanto que o lucro líquido consolidado (atribuído aos acionistas da BM&FBOVESPA) apresentou leve alta de 0,7% no mesmo comparativo, de R\$1.074.290 mil em 2012 para R\$1.081.516 mil em 2013.

Por fim, a BM&FBOVESPA está bem posicionada para capturar as oportunidades que continuarão a ser oferecidas pelo mercado brasileiro, embora seja importante reconhecer que o ambiente verificado ao final de 2013 mostrou-se mais desafiador. A administração acredita que os investimentos em produtos e tecnologias são determinantes para aumentar e diversificar ainda mais as receitas, melhorar a qualidade dos serviços ofertados e também consolidar a eficiência e solidez do mercado de capitais brasileiro e que os frutos do desenvolvimento do seu plano estratégico

<sup>2</sup> O giro de mercado, do inglês *turnover velocity*, é resultado da divisão do volume negociado no mercado à vista no período (anualizado) pela capitalização de mercado média do mesmo período.

<sup>3</sup> Despesas ajustadas pela: (i) depreciação, (ii) plano de opções de compra ações, (iii) impostos relacionados aos dividendos recebidos do CME Group, (iv) provisões; e (v) contribuição de R\$92.342 mil ao Mecanismo de Ressarcimento de Perdas ("MRP") no final de 2011. O objetivo desse ajuste é demonstrar as despesas operacionais da Companhia, excluindo aquelas sem impacto no caixa ou que não sejam recorrentes.

continuarão a ser colhidos nos próximos anos.

## EXERCÍCIOS SOCIAIS CONSOLIDADOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

As atividades operacionais da BM&FBOVESPA no Segmento BM&F apresentaram nível recorde de volume em 2012. Já no Segmento Bovespa, o desempenho positivo foi impulsionado pelo aumento da *turnover velocity* relacionado ao crescimento dos volumes negociados por estrangeiros. A performance desses investidores é explicada, principalmente, por dois fatores: (i) investidores estrangeiros de alta frequência; e (ii) remoção, em dezembro de 2011, do Imposto sobre Operações Financeiras ("IOF") de 2% sobre investimento estrangeiro em ativos de renda variável.

Já a performance recorde do Segmento BM&F refletiu o aumento de volumes dos contratos de taxas de juros em reais. Adicionalmente, houve aumento da RPC média em relação a 2011, por conta do aumento dos volumes dos contratos de taxas de juros em Reais com prazo mais longo e a desvalorização cambial, que influenciou positivamente o preço dos contratos de câmbio, que são referenciados em dólar norte-americano. A mudança estrutural relacionada à redução da taxa de juros real, bem como o crescimento do crédito e da parcela da dívida pública em taxa de juros fixa, foram os principais fatores determinantes para o aumento dos volumes e alongamento de prazos dos contratos de taxas de juros.

Como reflexo desse desempenho operacional, a receita total consolidada da Companhia aumentou 8,2% entre 2011 e 2012, de R\$2.115.983 mil para R\$2.289.023 mil, resultado (i) do aumento de 7,2% das receitas de negociação e pós-negociação no Segmento Bovespa; (ii) do crescimento de 13,9% das receitas de negociação e pós-negociação no Segmento BM&F; e (iii) da ligeira queda de 0,5% de outras receitas não ligadas a volumes negociados.

As despesas totais consolidadas caíram 6,6% entre 2011 e 2012, de R\$816.664 mil para R\$763.080 mil. Desconsiderando itens não recorrentes ou sem impacto caixa, as despesas ajustadas apresentaram queda de 3,6%, encerrando 2012 próximo ao limite inferior do orçamento. Também vale destacar que, em agosto de 2012, a Companhia já havia reduzido seu orçamento de despesa ajustadas, de R\$580.000 mil a R\$590.000 mil para R\$560.000 mil a R\$580.000 mil, demonstrando o compromisso da administração com o controle de custos e despesas.

Diferentemente do desempenho operacional, no qual parte relevante do aumento dos volumes no Segmento BM&F está relacionada à queda da taxa de juros, o resultado financeiro foi negativamente afetado por essa queda, uma vez que o caixa e as aplicações financeiras da Companhia estão investidos quase em sua totalidade em renda fixa, e pelo aumento nas despesas financeiras decorrente da valorização do dólar norte-americano em relação ao real, uma vez que a maior parte desta despesa está relacionada aos juros de títulos de dívida emitidos no exterior. Dessa forma, o resultado financeiro caiu 25,6% entre 2011 e 2012, de R\$280.729 mil para R\$208.851 mil.

O resultado operacional consolidado apresentou crescimento de 19,6% em relação a 2011, enquanto que o lucro líquido consolidado atribuído aos acionistas apresentou alta de 2,5%. Essa performance de 2012 tornou a situação financeira e patrimonial da Companhia ainda mais robusta.

### b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

A estrutura de capital da Companhia (consolidado) apresentou as seguintes composições: (i) em 31 de dezembro de 2013, 74,5% de capital próprio e 25,5% de capital de terceiros; (ii) em 31 de dezembro de 2012, 80,4% de capital próprio e 19,6% de capital de terceiros; (iii) em 31 de dezembro de 2011, 81,6% de capital próprio e 18,4% de capital de terceiros, conforme tabela abaixo.

(em milhares de Reais)	2013	%	2012	%	2011	%
<b>Passivo Circulante e Não-Circulante</b>	<b>6.597.767</b>	25,5%	<b>4.733.232</b>	19,6%	<b>4.332.431</b>	18,4%
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>19.298.892</b>	74,5%	<b>19.413.882</b>	80,4%	<b>19.257.491</b>	81,6%
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>25.896.659</b>	100,0%	<b>24.147.114</b>	100,0%	<b>23.589.922</b>	100,0%

Referente ao capital de terceiros, há uma parcela de passivo oneroso relacionado, principalmente, à emissão de dívida no exterior realizada em 16 de julho de 2010 (ver item 10.1.f).

Assim, a Companhia apresenta níveis conservadores de alavancagem, seja considerando recursos de terceiros em geral (passivo circulante e passivo não-circulante) ou apenas o passivo oneroso total (endividamento e juros sobre o endividamento), apresentado a seguir.

<i>(em milhares de Reais)</i>	<b>2013</b>	%	<b>2012</b>	%	<b>2011</b>	%
<b>Passivo Oneroso Total</b>	<b>1.468.322</b>	7,1%	<b>1.279.121</b>	6,2%	<b>1.172.225</b>	5,7%
Juros a pagar sobre emissão de dívida no exterior e empréstimos	42.129		36.882		33.566	
Emissão de dívida no exterior e empréstimos	1.426.193		1.242.239		1.138.659	
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>19.298.892</b>	92,9%	<b>19.413.882</b>	93,8%	<b>19.257.491</b>	94,3%
<b>Passivo Oneroso Total e Patrimônio Líquido</b>	<b>20.767.214</b>	100,0%	<b>20.693.003</b>	100,0%	<b>20.429.716</b>	100,0%

- i. hipóteses de resgate**
- ii. fórmula de cálculo do valor de resgate**

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

**c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros**

A BM&FBOVESPA é uma empresa que possui alta geração de caixa, o que pode ser evidenciado pelo resultado operacional consolidado, que totalizou R\$1.334.635 mil em 2013, R\$1.301.670 mil em 2012 e R\$1.088.020 mil em 2011; pela margem operacional consolidada que ficou em 62,6% em 2013, 63,0% em 2012 e 57,1% em 2011; e pelo lucro líquido atribuído aos acionistas da BM&FBOVESPA de R\$1.081.516 mil em 2013, R\$1.074.290 mil em 2012 e R\$1.047.999 mil em 2011.

As disponibilidades e aplicações financeiras consolidadas de curto e longo prazos alcançaram R\$4.870.760 mil em 2013 (18,8% do ativo total), R\$3.850.639 mil em 2012 (15,9% do ativo total) e R\$3.782.411 mil em 2011 (16,0% do ativo total). Vale destacar que as disponibilidades e aplicações financeiras incluem garantias recebidas em operações, registradas no passivo circulante, que totalizaram R\$2.072.989 mil em 2013, R\$1.134.235 mil em 2012 e R\$1.501.022 mil em 2011.

O indicador de endividamento líquido ficou em R\$1.279.524 mil negativo em 2013, R\$1.393.308 mil negativo em 2012 e R\$1.070.126 mil negativo em 2011, refletindo a baixa alavancagem financeira que proporciona uma elevada capacidade de pagamento dos seus compromissos financeiros (ver item 10.1.f). Também vale observar que a BM&FBOVESPA possui uma política de aplicação dos saldos em caixa que privilegia a preservação do capital, alocando recursos em investimentos altamente conservadores, com altíssima liquidez e baixíssimo risco, o que se traduz em proporção expressiva de posições que possuem risco soberano brasileiro, majoritariamente pós-fixados na taxa de juros básica (CDI/Selic). Por isso, entendemos que a Companhia apresenta plenas condições para honrar os seus compromissos financeiros de curto e longo prazos.

**d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

A principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não-circulantes da Companhia é a sua própria geração de caixa operacional, a qual é suficiente para suportar as necessidades de capital de giro.

Atualmente, a Companhia também utiliza operações de mercado de capitais (*Senior Unsecured Notes* emitidas em 2010) como alternativa de financiamento de seus investimentos. As características do endividamento estão descritos no item 10.1.f. deste formulário.

**e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Conforme mencionado anteriormente, a BM&FBOVESPA tem como principal fonte de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes a sua própria geração de caixa operacional.

A Companhia ainda poderá avaliar alternativas complementares de fontes de financiamento por meio da contratação de empréstimos bancários, financiamentos junto a agências de fomento e do acesso aos mercados de capitais local e no exterior. A classificação da Companhia pelas principais agências de *rating* internacionais<sup>4</sup> como "grau de investimento", local e internacionalmente, facilita a obtenção de novos financiamentos para suprir eventual necessidade de liquidez.

**f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

**i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

<sup>4</sup> Standard & Poor's: **BBB+** (emissão de longo prazo local e exterior); **A-2** (emissão de curto prazo local e exterior); Perspectiva: em observação. Moody's: **A3** (emissor escala global); **A3** (emissor escala brasileira); **Baa1** (notas globais); Perspectiva: estável.

Em 16 de julho de 2010, a BM&FBOVESPA emitiu *Senior Unsecured Notes*, com valor nominal total de US\$612.000 mil, ao preço de 99,635% do valor nominal, o que resultou numa captação líquida de US\$609.280 mil (equivalentes na data a R\$1.075.323 mil). A taxa de juros é de 5,50% ao ano, com pagamento semestral nos meses de janeiro e julho e com principal vencendo em 16 de julho de 2020. O custo efetivo foi de 5,64% ao ano, o que inclui o deságio e outros custos relacionados à captação, dos quais os principais são: taxa pela classificação de crédito da emissão pelas agências de *rating* Standard & Poor's e Moody's, taxa dos bancos estruturadores, custos relacionados à custódia, listagem, além dos custos legais. Os recursos advindos da oferta foram utilizados para a aquisição adicional da participação acionária no CME Group na mesma data, passando de 1,8% para 5,1%.

O saldo atualizado do empréstimo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$1.468.322 mil, que inclui o montante de R\$42.129 mil referentes aos juros da operação; em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$1.279.121 mil, que inclui o montante de R\$36.882 mil referentes aos juros da operação; em 31 de dezembro de 2011 era de R\$1.172.225 mil, que inclui o montante de R\$33.566 mil referentes aos juros da operação. Já o valor justo da dívida, apurado com dados de mercado, era de R\$1.528.651 mil em 31 de dezembro de 2013 (Fonte: Bloomberg).

A partir de 16 de julho de 2010, as variações da taxa de câmbio do principal da dívida foram consideradas como instrumento de cobertura, com o objetivo de proteger o risco de variação cambial incidente sobre parte equivalente a US\$612.000 mil (*notional*) do investimento no CME Group Inc (Nota Explicativa nº 7 – Demonstração Financeira do exercício de 2013). Assim sendo, a BM&FBOVESPA adotou a contabilidade de *hedge* de investimento líquido, de acordo com o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 38 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Para tanto, efetuou a designação formal das operações documentando: (i) objetivo do *hedge*, (ii) tipo de *hedge*, (iii) natureza do risco a ser coberto, (iv) identificação do objeto de cobertura (*hedged item*), (v) identificação do instrumento de cobertura (*hedging instrument*), (vi) demonstração da correlação do *hedge* e objeto de cobertura (teste de efetividade retrospectivo) e (vii) a demonstração prospectiva da efetividade.

De acordo com o disposto no CPC 38, a BM&FBOVESPA avalia a efetividade do *hedge* de investimento líquido numa operação estrangeira por meio de testes retrospectivo e prospectivo. Para tanto, a Companhia adota como metodologia de teste de efetividade retrospectivo a razão dos ganhos ou perdas acumuladas da moeda estrangeira na dívida com os ganhos ou perdas na moeda estrangeira no investimento líquido (*Dollar offset method on a cumulative and spot basis*). Quanto à metodologia do teste de efetividade prospectivo, a BM&FBOVESPA utiliza cenários de estresse aplicados sobre a variável de cobertura, ou seja, análise de sensibilidade da variação da moeda estrangeira. A aplicação dos citados testes de efetividade não revelaram quaisquer inefetividade em 31 de dezembro de 2013.

Abaixo apresentamos o montante do endividamento oneroso líquido da Companhia, cujos valores são inferiores às disponibilidades e aplicações financeiras<sup>5</sup> da Companhia:

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de</b>			
<b>Indicador (em milhares de reais)</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Endividamento oneroso bruto</b>	1.468.322	1.279.121	1.172.225
<b>(-) Disponibilidades e Aplicações Financeiras</b> (exclui "garantias recebidas em operações" e "proventos e direitos sobre títulos em custódia")	2.747.846	2.672.429	2.242.351
<b>Endividamento oneroso líquido</b>	<b>(1.279.524)</b>	<b>(1.393.308)</b>	<b>(1.070.126)</b>

## **ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

A Companhia mantém relacionamento comercial no curso normal dos nossos negócios com algumas das principais instituições financeiras do país, de acordo com práticas usuais do mercado financeiro. Além disso, não possuímos em nosso passivo não-circulante, outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

## **iii. grau de subordinação entre as dívidas**

Considerando a ordem de precedência em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas nos passivos circulante e não-circulante dos balanços patrimoniais da Companhia é a descrita a seguir:

- Garantias recebidas em operações: os ativos depositados perante as Câmaras de Compensação e Liquidação como garantia de operações estão a elas vinculados até o limite das obrigações assumidas, e não serão afetados em caso de falência ou recuperação judicial, nos termos dos artigos 6º e 7º da Lei 10.214/01 e 193 e 194 da Lei 11.101/05.

<sup>5</sup> Para o cálculo do indicador de endividamento oneroso líquido, os valores das "garantias recebidas em operações" e dos "proventos e direitos sobre títulos em custódia", registrados no passivo circulante, foram deduzidos da soma das "disponibilidades" e "aplicações financeiras", registradas no ativo circulante e realizável a longo prazo, com o objetivo de melhor demonstrar a real disponibilidade de recursos da Companhia.

- Créditos fiscais e trabalhistas (salários e encargos sociais; provisão para impostos e contribuições a recolher e imposto de renda e contribuição social): estes créditos seguirão a ordem de precedência prevista no artigo 83 da Lei 11.101/05.
- As demais obrigações previstas nos passivos circulante e não-circulante das Demonstrações Financeiras da BM&FBOVESPA relativas ao exercício social encerrado em 2013 são quirografárias.

**iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário**

O contrato que rege as *Senior Unsecured Notes* impõe certas limitações de praxe do mercado de dívida internacional e que a Companhia entende que não restringem sua atividade operacional e financeira. As principais são:

- Limitação de criação de obrigações com colaterais pela Companhia e por suas subsidiárias ("*Limitation on Liens*");
- Limitação de venda e arrendamento mercantil de obrigações ("*Limitation on Sale and Lease-Back Transactions*");
- Será permitida a criação de novas obrigações ("*General Liens Basket*") mesmo com as restrições acima mencionadas desde que a soma (i) do principal consolidado de todas as obrigações garantidas por colateral, excluindo colaterais permitidos na cláusula de exceções ("*Permitted Liens*"), e (ii) da dívida atribuída às operações de venda e arrendamento mercantil, inclusive das subsidiárias, não exceda 20% do ativo tangível consolidado do grupo;
- Limitação de fusão, consolidação e combinação de negócio ("*Limitation on Mergers, Consolidations or Business Combinations*") a menos que a companhia resultante assuma o pagamento do principal e juros sobre as notas e o cumprimento de todas as demais obrigações e condições.

Entretanto, essas restrições estão sujeitas a uma série de exceções também previstas contratualmente.

**g. limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Não aplicável, pois a Companhia não possui outros financiamentos além dos descrito no item 10.1.f.

**h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A partir de 2011, o resultado da intermediação financeira proveniente das operações do Banco BM&FBOVESPA, anteriormente apresentado no resultado financeiro nas Demonstrações Financeiras, foi reclassificado para outras receitas, sem alteração do lucro líquido e do patrimônio líquido da Companhia.

As tabelas abaixo apresentam informações financeiras selecionadas dos três últimos exercícios sociais da Companhia (encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011). Com o objetivo de proporcionar o melhor entendimento do nosso desempenho, estão sendo apresentadas, na visão da diretoria, somente as principais contas e suas variações, considerando-se os seguintes critérios de materialidade:

- demonstração de resultados (consolidado): linhas de receita que representaram mais do que 3,0% da receita líquida do exercício de 2013; linhas de despesas que representaram mais de 5,0% (em módulo) da receita líquida do exercício de 2013; linhas de resultados e deduções/impostos;
- balanço patrimonial (consolidado): principais linhas, além daquelas que representaram mais do que 4,0% do total do ativo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013; e
- outras linhas consideradas importantes pela administração para explicar os resultados da Companhia, incluindo fatos extraordinários e/ou não recorrentes ou demais informações que possibilitem aos investidores uma melhor compreensão das demonstrações financeiras.

<b>Demonstrações de Resultados (consolidado)</b> <i>(em milhares de R\$, exceto porcentagens)</i>	<b>2013</b>	<b>AV (%)</b>	<b>2012</b>	<b>AV (%)</b>	<b>2011</b>	<b>AV (%)</b>	<b>Var. (%) 2013/12</b>	<b>Var. (%) 2012/11</b>
<b>Receita total</b>	<b>2.370.229</b>	<i>111,2%</i>	<b>2.289.023</b>	<i>110,9%</i>	<b>2.115.983</b>	<i>111,1%</i>	<i>3,5%</i>	<i>8,2%</i>
<b>Neg. e/ou Liq - BM&amp;F</b>	<b>916.530</b>	<i>43,0%</i>	<b>865.874</b>	<i>41,9%</i>	<b>760.245</b>	<i>39,9%</i>	<i>5,9%</i>	<i>13,9%</i>
Derivativos	897.098	<i>42,1%</i>	848.858	<i>41,1%</i>	744.018	<i>39,1%</i>	<i>5,7%</i>	<i>14,1%</i>
<b>Neg. e/ou Liq. - Bovespa</b>	<b>1.023.978</b>	<i>48,0%</i>	<b>1.034.007</b>	<i>50,1%</i>	<b>964.702</b>	<i>50,6%</i>	<i>-1,0%</i>	<i>7,2%</i>
Negociação - emolumentos de pregão	192.985	<i>9,1%</i>	243.181	<i>11,8%</i>	540.391	<i>28,4%</i>	<i>-20,6%</i>	<i>-55,0%</i>
Transações - compensação e liquidação	804.570	<i>37,7%</i>	769.221	<i>37,3%</i>	396.023	<i>20,8%</i>	<i>4,6%</i>	<i>94,2%</i>
<b>Outras receitas</b>	<b>429.721</b>	<i>20,2%</i>	<b>389.142</b>	<i>18,8%</i>	<b>391.036</b>	<i>20,5%</i>	<i>10,4%</i>	<i>-0,5%</i>
Empréstimos de valores mobiliários	102.186	<i>4,8%</i>	77.063	<i>3,7%</i>	74.030	<i>3,9%</i>	<i>32,6%</i>	<i>4,1%</i>
Depositária, custódia e back-office	116.305	<i>5,5%</i>	102.763	<i>5,0%</i>	91.353	<i>4,8%</i>	<i>13,2%</i>	<i>12,5%</i>
Vendedores - cotações e informações de mercado	69.236	<i>3,2%</i>	67.668	<i>3,3%</i>	65.049	<i>3,4%</i>	<i>2,3%</i>	<i>4,0%</i>

<b>Deduções da receita</b>	<b>(238.434)</b>	-11,2%	<b>(224.273)</b>	-10,9%	<b>(211.299)</b>	-11,1%	6,3%	6,1%
<b>Receita líquida</b>	<b>2.131.795</b>	100,0%	<b>2.064.750</b>	100,0%	<b>1.904.684</b>	100,0%	3,2%	8,4%
<b>Despesas</b>	<b>(797.160)</b>	-37,4%	<b>(763.080)</b>	-37,0%	<b>(816.664)</b>	-42,9%	4,5%	-6,6%
Pessoal e encargos	(356.120)	-16,7%	(353.880)	-17,1%	(351.608)	-18,5%	0,6%	0,6%
Processamento de dados	(111.797)	-5,2%	(102.805)	-5,0%	(104.422)	-5,5%	8,7%	-1,5%
Depreciação e amortização	(119.661)	-5,6%	(93.742)	-4,5%	(75.208)	-3,9%	27,6%	24,6%
Promoção e divulgação	(15.043)	-0,7%	(19.280)	-0,9%	(38.609)	-2,0%	-22,0%	-50,1%
<b>Resultado operacional</b>	<b>1.334.635</b>	62,6%	<b>1.301.670</b>	63,0%	<b>1.088.020</b>	57,1%	2,5%	19,6%
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	<b>171.365</b>	8,0%	<b>149.270</b>	7,2%	<b>219.461</b>	11,5%	14,8%	-32,0%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>181.535</b>	8,5%	<b>208.851</b>	10,1%	<b>280.729</b>	14,7%	-13,1%	-25,6%
Receitas financeiras	300.023	14,1%	297.217	14,4%	357.720	18,8%	0,9%	-16,9%
Despesas financeiras	(118.488)	-5,6%	(88.366)	-4,3%	(76.991)	-4,0%	34,1%	14,8%
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>1.687.535</b>	79,2%	<b>1.659.791</b>	80,4%	<b>1.588.210</b>	83,4%	1,7%	4,5%
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(606.588)</b>	-28,5%	<b>(585.535)</b>	-28,4%	<b>(539.681)</b>	-28,3%	3,6%	8,5%
Corrente	(60.097)	-2,8%	(67.314)	-3,3%	(49.422)	-2,6%	-10,7%	36,2%
Diferido	(546.491)	-25,6%	(518.221)	-25,1%	(490.259)	-25,7%	5,5%	5,7%
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>1.080.947</b>	50,7%	<b>1.074.256</b>	52,0%	<b>1.048.529</b>	55,1%	0,6%	2,5%
Atribuídos aos:								
Acionistas da BM&FBOVESPA	<b>1.081.516</b>	50,7%	<b>1.074.290</b>	52,0%	<b>1.047.999</b>	55,0%	0,7%	2,5%

<b>Balanco patrimonial (consolidado)</b> (em milhares de R\$, exceto porcentagens)	<b>2013</b>	<b>AV (%)</b>	<b>2012</b>	<b>AV (%)</b>	<b>2011</b>	<b>AV (%)</b>	<b>Var. (%)</b> <b>2013/12</b>	<b>Var. (%)</b> <b>2012/11</b>
<b>ATIVO</b>								
<b>Circulante</b>	<b>4.319.483</b>	16,7%	<b>3.536.282</b>	14,6%	<b>2.401.134</b>	10,2%	22,1%	47,3%
Disponibilidades	1.196.589	4,6%	43.642	0,2%	64.648	0,3%	2641,8%	-32,5%
Aplicações financeiras	2.853.393	11,0%	3.233.361	13,4%	2.128.705	9,0%	-11,8%	51,9%
<b>Não-circulante</b>	<b>21.577.176</b>	83,3%	<b>20.610.832</b>	85,4%	<b>21.188.788</b>	89,8%	4,7%	-2,7%
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>1.135.424</b>	4,4%	<b>808.868</b>	3,3%	<b>1.767.411</b>	7,5%	40,4%	-54,2%
Aplicações financeiras	820.778	3,2%	573.636	2,4%	1.589.058	6,7%	43,1%	-63,9%
<b>Investimentos</b>	<b>3.346.277</b>	12,9%	<b>2.928.820</b>	12,1%	<b>2.710.086</b>	11,5%	14,3%	8,1%
Participações em coligada	3.312.606	12,8%	2.893.632	12,0%	2.673.386	11,3%	14,5%	8,2%
<b>Intangível</b>	<b>16.672.325</b>	64,4%	<b>16.512.151</b>	63,4%	<b>16.354.127</b>	69,3%	1,0%	1,0%
Ágio	16.064.309	62,0%	16.064.309	66,5%	16.064.309	68,1%	0,0%	0,0%
<b>Total do ativo</b>	<b>25.896.659</b>	100,0%	<b>24.147.114</b>	100,0%	<b>23.589.922</b>	100,0%	7,2%	2,4%
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>								
<b>Circulante</b>	<b>2.710.846</b>	10,5%	<b>1.660.609</b>	6,9%	<b>1.929.946</b>	8,2%	63,2%	-14,0%
Garantias recebidas em operações	2.072.989	8,0%	1.134.235	4,7%	1.501.022	6,4%	82,8%	-24,4%
<b>Não-circulante</b>	<b>3.886.921</b>	15,0%	<b>3.072.623</b>	12,7%	<b>2.402.485</b>	10,2%	26,5%	27,9%
Emissão de dívida no exterior	1.426.193	5,5%	1.242.239	5,1%	1.138.659	4,8%	14,8%	9,1%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.295.774	8,9%	1.739.644	7,2%	1.204.582	5,1%	32,0%	44,4%
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>19.298.892</b>	74,5%	<b>19.413.882</b>	80,4%	<b>19.257.491</b>	81,6%	-0,6%	0,8%
Capital social	2.540.239	9,8%	2.540.239	10,5%	2.540.239	10,8%	0,0%	0,0%
Reserva de capital	16.056.681	62,0%	16.037.369	66,4%	16.033.895	68,0%	0,1%	0,0%
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>25.896.659</b>	100,0%	<b>24.147.114</b>	100,0%	<b>23.589.922</b>	100,0%	7,2%	2,4%

## COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

**Receita Total:** a BM&FBOVESPA encerrou 2013 com Receita de R\$2.370.229 mil, alta de 3,5% em relação a 2012. Esse crescimento foi impulsionado, principalmente, pelo aumento das receitas geradas no Segmento BM&F e de outras receitas (não ligadas à negociação e liquidação), mas contraposto pela queda de receitas no segmento Bovespa.

**Receitas de negociação e liquidação no segmento BM&F:** atingiram R\$916.530 mil (38,7% do total), alta de 5,9% sobre 2012, principalmente composta por R\$897.098 mil proveniente dos derivativos. Esse crescimento resulta do aumento de 7,6% da RPC média em comparação a 2012, o qual não foi totalmente refletido nas receitas por conta da queda de 1,8% dos volumes negociados no segmento.

**Receitas de negociação e liquidação no segmento Bovespa:** somaram R\$1.023.978 mil em 2013 (43,2% do total), 1,0% inferior à de 2012. Esse resultado é reflexo da queda de 4,5% nas margens de negociação, que passaram de 5,676 pontos base ("bps") em 2012 para 5,423 bps em 2013, principalmente por conta de mudanças na tarifação introduzidas em 2013, que reduziram os preços de negociação no mercado a vista de ações para investidores estrangeiros e individuais, do aumento da participação de investidores com descontos por volume e da queda na participação de opções sobre ações no volume total, que não se refletiram totalmente em queda nas receitas por conta do crescimento de 2,3% do volume médio negociado.

**Negociação – emolumentos de pregão:** caíram 20,6%, passando de R\$243.181 mil em 2012 para R\$192.985 mil em 2013, principalmente devido às alterações nos preços cobrados, implementadas em abril de 2013, como o rebalanceamento entre os emolumento de pregão e as taxas de compensação/liquidação e a redução dos emolumentos de pregão, aplicados a grupos distintos de investidores.

**Transações – compensação e liquidação:** passaram de R\$769.221 mil em 2012 para R\$804.570 mil em 2013, alta de 4,6% em parte por conta do rebalanceamento de preços entre negociação e transações, também implementadas em abril de 2013, para investidores institucionais locais e operações de *day trade*.

Outras receitas: atingiram R\$429.721 mil (18,1% do total), alta de 10,4% em relação a 2012. As principais variações nessas linhas de receitas não ligadas a volumes negociados foram:

Empréstimo de Valores Mobiliários: em 2013, a receita alcançou R\$102.186 mil (4,3% do total). A alta de 32,6% em comparação ao ano anterior se deve, principalmente, ao aumento do volume financeiro dos contratos em aberto, cuja média de 2013 atingiu R\$40,8 bilhões, 27,5% superior ao registrado em 2012.

Depositária, Custódia e Back-office: totalizou R\$116.305 mil em 2013 (4,9% do total), 13,2% superior à receita registrada em 2012. Esse crescimento é explicado pela alta de 4,6% do número médio de contas de custódia e pelo aumento das receitas com Tesouro Direto e registro de LCAs.

Vendors: atingiram R\$69.236 mil (2,9% do total), crescimento de 2,3% em comparação ao ano anterior. A leve alta é explicada pela apreciação do dólar norte-americano frente ao real, considerando que cerca de metade da receita vêm de clientes estrangeiros e são referenciadas na moeda norte-americana.

Deduções da Receita: somaram R\$238.434 mil em 2013, alta de 6,3% em relação a 2012, superior ao crescimento das receitas, devido ao menor aproveitamento de créditos de PIS/Cofins provenientes de insumos, valendo ressaltar que parte dos créditos gerados em 2013 será aproveitada em 2014.

Receita Líquida: devido às variações citadas acima, a receita líquida apresentou alta de 3,2%, de R\$2.064.750 mil em 2012 para R\$2.131.795 mil em 2013.

Despesas: totalizaram R\$797.160 mil em 2013, alta de 4,5% em relação ao ano anterior, destaque para:

Pessoal e encargos: atingiram R\$356.120 mil, alta de 0,6% sobre o ano anterior, sendo que essa comparação é afetada pela provisão de R\$27.533 mil reconhecida em 2012 e que está relacionada ao plano de saúde dos funcionários. Descontado o valor dessa provisão, as despesas com pessoal e encargos teriam apresentado alta de 9,1%, resultado, principalmente, do impacto dos ajustes dos salários pelo dissídio coletivo anual e da menor capitalização de despesas com pessoal nos projetos em andamento (em 2013, o montante capitalizado foi R\$9,5 milhões menor que em 2012).

Processamento de dados: somaram R\$111.797 mil, alta de 8,7% em relação a 2012, refletindo, principalmente, o aumento de despesas com serviços e manutenção de softwares e hardware que suportam as plataformas tecnológicas implantadas ao longo do ano, como exemplo, a implementação do PUMA Trading System, realizada em abril de 2013.

Depreciação e amortização: totalizaram R\$119.661 mil, alta de 27,6% em comparação a 2012, refletindo a entrada em operação de novas plataformas tecnológicas e consequente depreciação adicional, em particular (i) o módulo de ações do PUMA Trading System, implantado em abril de 2013; e (ii) a solução de gestão integrada ("ERP", do inglês *Enterprise Resource Planning*), implementada em 2013.

Promoção e divulgação: atingiram R\$15.043 mil, queda considerável de 22,0% em relação a 2012. Essa redução reflete a repriorização das atividades de marketing e redução dos gastos com promoção e divulgação.

Diversas: as despesas diversas atingiram R\$55.715 mil, queda de 13,7% em relação a 2012. O principal determinante para essa queda foi a transferência de R\$15 milhões para a BSM, ocorrida no final de 2012, com o objetivo de custear as atividades dessa instituição.

Resultado operacional: o resultado operacional, receita líquida depois de subtraídas as despesas, somou R\$1.334.635 mil, 2,5% superior aos R\$1.301.670 mil de 2012.

Equivalência patrimonial: o resultado da equivalência patrimonial do investimento no CME Group foi de R\$171.365 mil em 2013, alta de 14,8% sobre o ano anterior. Esse crescimento reflete tanto a melhora dos resultados do CME Group como a desvalorização do real perante o dólar norte-americano. Vale destacar que a equivalência patrimonial inclui R\$64.847 mil em impostos, que serão compensados na forma de benefício fiscal de Imposto de Renda pago no exterior.

Resultado financeiro: em 2013, o resultado financeiro alcançou R\$181.535 mil, queda de 13,1% sobre 2012. O resultado financeiro foi impactado negativamente pelo aumento nas despesas financeiras que subiram 34,1% e atingiram R\$118.488 mil em 2013, em decorrência da desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano (a maior parte da despesa financeira está relacionada aos juros dos títulos de dívida emitidos no exterior, em julho de 2010). A receita financeira manteve-se praticamente estável, com alta de apenas 0,9%, em R\$300.023 mil.

Resultado antes da tributação sobre o lucro: foi de R\$1.687.535 mil em 2013, alta de 1,7% sobre os R\$1.659.791

mil de 2012.

Imposto de renda e contribuição social: somaram R\$606.588 mil em 2013. Deste total, R\$60.097 mil foram correntes (composto, principalmente, por R\$64.847 mil em imposto de renda pago no exterior, dos quais R\$4.750 mil constituirão créditos temporários a serem utilizados pela Companhia no futuro). Já a linha de diferido somou R\$546.491 mil, sendo composta por: (i) constituição de passivo fiscal diferido de R\$555.648 mil sobre diferenças temporárias oriundas da amortização fiscal do ágio no ano, que não representam efeito caixa no período; e (ii) constituição de créditos fiscais que totalizaram R\$9.157 mil referentes, principalmente, a diferenças temporárias e reversão de passivo fiscal diferido.

Lucro líquido do exercício: subiu 0,6%, de R\$1.074.256 mil em 2012 para R\$1.080.947 mil em 2013.

Lucro líquido atribuído aos acionistas da BM&FBOVESPA: o resultado atribuído aos acionistas da BM&FBOVESPA aumentou 0,7% em relação a 2012, passando de R\$1.074.290 mil para R\$1.081.516 mil, explicada pelo aumento das receitas do Segmento BM&F, outras receitas não ligadas a volumes e resultado de equivalência patrimonial, parcialmente compensadas por maiores despesas e queda no resultado financeiro.

### **COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

Receita Total: a BM&FBOVESPA encerrou 2012 com receita total de R\$2.289.023 mil, alta de 8,2% em relação a 2011. Esse crescimento foi impulsionado pelo aumento das receitas geradas nos mercados à vista e de derivativos.

Receitas de Negociação e/ou Liquidação – BM&F: atingiram R\$865.874 mil, alta de 13,9% sobre 2011, sendo R\$848.858 mil proveniente dos derivativos, reflexo do aumento de 7,3% dos volumes negociados e o crescimento de 7,7% da RPC média de 2012.

Receitas de Negociação e/ou Liquidação – Bovespa: atingiram R\$1.034.007 mil, aumento de 7,2% em relação a 2011, refletindo uma combinação de aumento de 11,7% dos volumes do segmento de ações, parcialmente neutralizado pelo menor número de pregões (249 em 2011 contra 246 em 2012) e pela queda de 2,2% das margens de negociação (de 5,793 bps em 2011 para 5,676 bps em 2012). Essa leve queda das margens está em linha com o crescimento dos volumes negociados por investidores de alta frequência e *day trades*, uma vez que ambos possuíam preços inferiores.

Negociação – emolumentos de pregão: caíram 55,0%, passando de R\$540.391 mil em 2011 para R\$243.181 mil em 2012, principalmente devido à mudança nos preços, implementada em setembro de 2011, que promoveu o rebalanceamento entre negociação e transações (compensação e liquidação), alinhando-as às estruturas de custos e levando a uma queda do preço médio de negociação e o respectivo aumento dos preços de transações, de modo que o impacto nos participantes do mercado fosse neutro.

Transações – compensação e liquidação: passaram de R\$396.023 mil em 2011 para R\$769.221 mil em 2012, alta de 94,2% devido aos motivos apontados em Negociação acima.

Outras Receitas: atingiram R\$389.142 mil (17,0% do total), leve queda de 0,5% em relação a 2011. As principais variações nessas linhas de receitas não ligadas à negociação e liquidação foram:

Empréstimo de Valores Mobiliários: em 2012, alcançaram R\$77.063 mil (3,4% do total). A alta de 4,1% em comparação ao ano anterior se deve, principalmente, ao aumento do volume financeiro dos contratos em aberto que, em 2012, foi de R\$32,0 bilhões, 5,9% superior ao registrado em 2011.

Depositária, Custódia e Back-office: totalizaram R\$102.763 mil em 2012 (4,5% do total), 12,5% superior à receita registrada em 2011. Esse crescimento é explicado pelo aumento de 2,6% do valor médio em custódia (desconsiderando a custódia de ADRs e de investidor estrangeiro) e também pelo aumento significativo de 30,1% na receita com custódia de títulos do Tesouro Direto em comparação a 2011.

Vendors: registraram crescimento de 4,0% em comparação ao ano anterior, atingindo a receita de R\$67.668 mil (3,0% do total). Embora tenha havido uma diminuição no número de usuários que acessam o sinal de dados da BM&FBOVESPA, a leve alta é explicada pela apreciação do dólar norte-americano frente ao Real, considerando que cerca de 40% da receita vêm de clientes estrangeiros que pagam na moeda norte-americana.

Deduções da Receita: somaram R\$224.273 mil em 2012, alta de 6,1% em relação a 2011, acompanhando o crescimento da receita total.

Receita Líquida: devido às variações citadas acima, a receita líquida apresentou alta de 8,4%, de R\$1.904.684 mil

em 2011 para R\$2.064.750 mil em 2012.

Despesas: totalizaram R\$763.080 mil em 2012, queda de 6,6% em relação ao ano anterior. É importante destacar que essa comparação fica distorcida por conta de itens não recorrentes em 2011 e 2012.

Pessoal e encargos: atingiram R\$353.880 mil, leve alta de 0,6% sobre 2011. Os principais fatores que influenciaram esta linha de despesa foram: (i) provisão de R\$27.553 mil com planos de saúde, referente ao plano de saúde da Companhia, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 / IAS 19 - Benefícios a Empregados. O montante provisionado é decorrente do direito adquirido por funcionários que contribuíram com o plano de saúde da Companhia no período de 2002 a 2009<sup>6</sup>. Conforme Lei nº 9.656/98 e entendimentos trazidos pela Resolução Normativa nº 279 da ANS (Agência Nacional de Saúde), de novembro de 2011, é assegurado ao funcionário que contribuir com qualquer quantia monetária para o plano de saúde oferecido pela Companhia, o direito de manter sua condição de beneficiário, em caso de demissão ou aposentadoria, desde que assuma o custo integral de seu plano. Os potenciais passivos a que se referem à provisão estão relacionados à diferença, ao longo do tempo, entre o custo médio do plano de saúde negociado pela Companhia e o custo médio estimado com o qual os beneficiários inativos arcariam caso não mantivessem a condição de beneficiários (subsídio indireto); (ii) queda 39,8% das despesas com o plano de opções sobre ações, que somaram R\$32.306 mil em 2012, ante R\$53.630 mil em 2011; e (iii) aumento do valor das despesas com pessoal que foram capitalizadas, R\$18.290 mil maior que em 2011, em conexão com o desenvolvimento dos projetos que a Companhia está realizando. O impacto da inflação na linha de pessoal, conforme descrito no item 10.2.c, foi neutralizado por esses fatores.

Processamento de dados: somaram R\$102.805 mil, leve queda de 1,5% em relação a 2011.

Depreciação e amortização: totalizaram R\$93.742 mil, alta de 24,6% em comparação a 2011, em linha com o aumento dos investimentos feitos pela Companhia nos últimos anos.

Promoção e divulgação: atingiram R\$19.280 mil, queda considerável de 50,1% em relação a 2011. Essa redução reflete mudanças na estratégia de marketing e redução dos gastos com promoção feitos pela Companhia.

Resultado operacional: o resultado operacional, receita líquida depois de subtraídas as despesas, somou R\$1.301.670 mil, 19,6% superior aos R\$1.088.020 mil de 2011.

Equivalência patrimonial: o resultado da equivalência patrimonial do investimento no CME Group foi de R\$149.270 mil em 2012, queda de 32,0% sobre o ano anterior, em linha com o resultado do CME Group. Vale destacar que a equivalência patrimonial reconhece benefício fiscal de Imposto de Renda a compensar de R\$60.196 mil referente a impostos pagos no exterior.

Resultado financeiro: em 2012, alcançou R\$208.851 mil, 25,6% inferior a 2011, reflexo da queda da taxa de juros média que reduziu as receitas financeiras em 16,9% para R\$297.217 mil. O resultado financeiro também foi impactado negativamente pelo aumento nas despesas financeiras, que subiram 14,8% para R\$88.366 mil em 2012, em decorrência da valorização do dólar norte-americano em relação ao Real, uma vez que a maior parte da despesa financeira está relacionada aos juros dos títulos de dívida emitidos no exterior, em julho de 2010.

Resultado antes da tributação sobre o lucro: foi de R\$1.659.791 mil em 2012, alta de 4,5% sobre os R\$1.588.210 mil de 2011.

Imposto de renda e contribuição social: somaram R\$585.535 mil em 2012. Deste total, R\$67.314 mil foram correntes, incluindo R\$60.196 mil que foram compensados pelo imposto de renda pago no exterior mencionado no item Equivalência Patrimonial. Já a linha de diferido somou R\$518.221 mil, sendo composta por: (i) constituição de passivo fiscal diferido de R\$539.075 mil sobre diferenças temporárias oriundas da amortização fiscal do ágio no ano, que não representam efeito caixa no período; e (ii) constituição de créditos fiscais que totalizaram R\$20.854 mil referentes, principalmente, a diferenças temporárias e reversão de passivo fiscal diferido.

Lucro líquido do exercício: subiu 2,5%, de R\$1.048.529 mil em 2011 para R\$1.074.256 mil em 2012.

Lucro líquido atribuído aos acionistas da BM&FBOVESPA: o resultado atribuído aos acionistas da BM&FBOVESPA também aumentou 2,5% em relação a 2011, passando de R\$1.047.999 mil para R\$1.074.290 mil, explicada pelo aumento das receitas ligadas a volumes e redução das despesas, parcialmente compensadas pela queda no resultado da equivalência patrimonial e no resultado financeiro.

## **COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE**

<sup>6</sup> A partir de maio de 2009, o plano de saúde dos funcionários da BM&FBOVESPA deixou de ser contributivo, de forma que apenas parte dos funcionários ativos terá esse direito total ou parcial.

## 2013 E 2012

ATIVO TOTAL: apresentou alta de 7,2%, passando de R\$24.147.114 mil em 2012 para R\$25.896.659 mil em 2013.

Ativo Circulante: aumentou 22,1%, de R\$3.536.282 mil em 2012 para R\$4.319.483 mil em 2013 (16,7% do ativo total), principalmente por conta do aumento do montante de aplicações financeiras com prazo de vencimento inferior a 12 meses, e aproximação do prazo de vencimento de alguns títulos públicos federais que compõem a carteira de investimentos da Companhia.

Disponibilidades e Aplicações Financeiras (considerando as linhas do ativo circulante e não-circulante): totalizaram R\$4.870.760 mil em 2013, aumento de 26,5% em relação aos R\$3.850.639 mil em 2012, principalmente por conta do aumento das garantias em dinheiro recebidas em operações (registradas no passivo circulante), que tiveram elevação extraordinária de R\$1.154.902 mil em recursos restritos vinculados à liquidação de operações da *clearing* de câmbio em 2013.

Ativo não-circulante: teve alta de 4,7%, passando de R\$20.610.832 mil em 2012 para R\$21.577.176 mil em 2013 (83,3% do ativo total).

Investimentos: subiram 14,3%, passando de R\$2.928.820 mil para R\$3.346.277 mil em 2013. Essa conta é composta principalmente por Participação em Coligadas, referente à participação acionária da Companhia no CME Group, no valor de R\$3.312.606 mil. A alta decorre, principalmente, da depreciação do real em relação ao dólar norte-americano e do reconhecimento de equivalência patrimonial do investimento no CME Group.

Intangível: teve leve alta de 1,0%, passando de R\$16.512.151 mil em 2012 para R\$16.672.325 mil em 2013. O ativo intangível é composto pelo: (i) ágio, que permaneceu estável em R\$16.064.309 mil em 2012 e 2013, representando 62,0% do ativo total em 2013 e 66,5% em 2012; e (ii) softwares e projetos, que tiveram uma alta de 35,8%, passando de R\$447.842 mil em 2012 para R\$608.016 mil em 2013, devido à aquisição, implantação e ao desenvolvimento de novos softwares e sistemas.

Passivo circulante: apresentou alta de 63,2%, passando de R\$1.660.609 mil em 2012 para R\$2.710.846 mil em 2013. A variação é decorrente do aumento do valor das garantias depositadas em dinheiro pelos participantes dos nossos mercados ao final dos períodos, que somavam R\$1.134.235 mil em 2012 e R\$2.072.989 mil em 2013, alta de 82,8%.

Passivo não-circulante: somava R\$3.072.623 mil em 2012 e R\$3.886.921 mil em 2013, alta de 26,5%.

Emissão de dívida no exterior e empréstimos: passaram de R\$1.242.239 mil em 2012 para R\$1.426.193 mil em 2013, alta de 14,8%, devido à depreciação do real em relação ao dólar norte-americano no período.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: passaram de R\$1.739.644 mil em 2012 para R\$2.295.774 mil em 2013, alta de 32,0% resultantes da diferença temporária entre a base fiscal do ágio e seu valor contábil no balanço patrimonial. Esse aumento decorre de diferenças reconhecidas no período.

Patrimônio Líquido: manteve-se praticamente estável, com leve queda de 0,6%, passando de R\$19.413.882 mil em 2012 para R\$19.298.892 mil em 2013.

## COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

ATIVO TOTAL: apresentou alta de 2,4%, passando de R\$23.589.922 mil em 2011 para R\$24.147.114 mil em 2012.

Ativo Circulante: aumentou 47,3%, de R\$2.401.134 mil em 2011 para R\$3.536.282 mil em 2012 (14,6% do ativo total), principalmente por conta do aumento do montante de aplicações financeiras com prazo de vencimento inferior a 12 meses, e aproximação do prazo de vencimento de alguns títulos públicos federais que compõem a carteira de investimentos da Companhia.

Disponibilidades e Aplicações Financeiras (considerando as linhas do ativo circulante e não-circulante): totalizaram R\$3.850.639 mil em 2012, aumento de 1,8% em relação aos R\$3.782.411 mil em 2011, representadas por recursos disponíveis em contas correntes bancárias e aplicações financeiras em bancos, fundos de investimento, títulos públicos e outros ativos financeiros.

Ativo não-circulante: teve queda de 2,7%, passando de R\$21.188.788 mil em 2011 para R\$20.610.832 mil em 2012 (85,4% do ativo total).

*Investimentos:* subiram 8,1%, passando de R\$2.710.086 mil para R\$2.928.820 mil. Essa conta é composta principalmente por Participação em Coligadas, referente à participação acionária da Companhia no CME Group, no valor de R\$2.893.632 mil. A alta decorre, principalmente, da depreciação do real em relação ao dólar norte-americano e do reconhecimento de equivalência patrimonial do investimento no CME Group.

*Intangível:* teve leve alta de 1,0%, passando de R\$16.354.127 mil em 2011 para R\$16.512.151 mil em 2012. O ativo intangível é composto pelo: (i) ágio, que permaneceu estável em R\$16.064.309 mil em 2011 e 2012, representando 68,1% do ativo total em 2011 e 66,5% em 2012; e (ii) softwares e projetos, que tiveram uma alta de 54,5%, passando de R\$289.818 mil em 2011 para R\$447.842 mil em 2012, devido à aquisição, implantação e ao desenvolvimento de novos softwares e sistemas.

*Passivo circulante:* apresentou queda de 14,0%, passando de R\$1.929.946 mil em 2011 para R\$1.660.609 mil em 2012. A variação é decorrente da redução do valor das garantias depositadas em dinheiro pelos participantes dos nossos mercados ao final dos períodos, que somavam R\$1.501.022 mil em 2011 e R\$1.134.235 mil em 2012, queda de 24,4%.

*Passivo não-circulante:* somava R\$2.402.485 mil em 2011 e R\$3.072.632 mil em 2012, alta de 27,9%.

*Emissão de dívida no exterior e empréstimos:* passaram de R\$1.138.659 mil em 2011 para R\$1.242.239 mil em 2012, alta de 9,1%, devido à depreciação do real em relação ao dólar norte-americano no período.

*Imposto de renda e contribuição social diferidos:* passaram de R\$1.204.582 mil em 2011 para R\$1.739.644 mil em 2012, alta de 44,4% resultantes da diferença temporária entre a base fiscal do ágio e seu valor contábil no balanço patrimonial. Esse aumento decorre de diferenças reconhecidas no período.

*Patrimônio Líquido:* manteve-se praticamente estável, com leve alta de 0,8%, passando de R\$19.257.491 mil em 2011 para R\$19.413.882 mil em 2012.

## **10.2 - Resultado operacional e financeiro**

### **a. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

#### **EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

Entre 2012 e 2013, a Receita Total apresentou alta de 3,5%, de R\$2.289.023 mil para R\$2.370.229 mil.

Receitas de negociação e liquidação no segmento Bovespa: atingiram R\$1.023.978 mil em 2013 (43,2% do total), 1,0% inferior a de 2012. Esse resultado é reflexo da queda de 4,5% nas margens de negociação, que passaram de 5,676 pontos base ("bps") em 2012 para 5,423 bps em 2013, que foram parcialmente compensadas por um crescimento de 2,3% do volume negociado.

Receitas de negociação e liquidação no segmento BM&F: atingiram R\$916.530 mil (38,7% do total), alta de 5,9% sobre 2012, refletindo o aumento de 5,7% dos volumes negociados e o crescimento de 7,6% da RPC média de 2013.

Receitas não ligadas à negociação/liquidação: atingiram R\$429.721 mil (18,1% do total), alta de 10,4% em relação a 2012.

#### **EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

Entre 2011 e 2012, a Receita Total apresentou alta de 8,2%, de R\$2.115.983 mil para R\$2.289.023 mil.

Receitas de negociação e liquidação no segmento Bovespa: atingiram R\$1.034.007 mil, aumento de 7,2% em relação a 2011, refletindo uma combinação de aumento de 11,7% dos volumes do segmento de ações, parcialmente neutralizado pelo menor número de pregões (249 em 2011 contra 246 em 2012) e pela queda de 2,2% das margens de negociação (de 5,793 bps em 2011 para 5,676 bps em 2012). Essa leve queda das margens está em linha com o aumento dos volumes de operações de alta frequência e *day trades*, que possuíam preços inferiores.

Receitas de negociação e liquidação no segmento BM&F: atingiram R\$865.874 mil, alta de 13,9% sobre 2011, refletindo o aumento de 7,3% dos volumes negociados e o crescimento de 7,7% da RPC média de 2012.

Receitas não ligadas à negociação/liquidação: somaram R\$389.142 mil em 2012, praticamente estáveis em relação aos R\$391.036 mil de 2011.

## **b. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

### **EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

No exercício de 2013, houve aumento do nível de atividade do mercado acionário, que atingiu nível recorde de volume médio diário negociado, de R\$7,42 bilhões em 2013 contra R\$7,25 bilhões em 2012. No entanto, a margem média (negociação e pós-negociação) caiu de 5,676 bps em 2012 para 5,423 bps em 2013, principalmente por conta de mudanças na tarifação e participação de investidores com descontos por faixas de volume.

Já no mercado de derivativos, houve pequena queda de 1,8% no volume médio diário de contratos negociados, de 2,85 milhões em 2013 contra R\$2,90 milhões em 2012, enquanto a Receita por Contrato ("RPC") média subiu 7,6%, para R\$1,282 em 2013 ante R\$1,191 em 2012, em grande parte por conta da desvalorização do real, dado que parcela relevante dos contratos é referenciada na moeda norte-americana.

### **EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

Em 2012, o segmento BM&F atingiu nível recorde de volume. No segmento Bovespa a alta de 11,7% dos volumes foi impulsionada pelo aumento da *turnover velocity*, o que está diretamente relacionado com o crescimento dos volumes negociados por investidores estrangeiros. A performance desses investidores é explicada, principalmente, por dois fatores: investidores de alta frequência, os quais são em sua maioria estrangeiros; e remoção, em dezembro de 2011, do IOF de 2% sobre investimento estrangeiro em ativos de renda variável, o que gerou impacto nos volumes desses investidores em 2012.

Já no segmento BM&F, o crescimento de 7,3% dos volumes refletiu o aumento de volumes dos contratos de taxas de juros em reais. Adicionalmente, houve aumento de 7,7% da RPC média em relação a 2011, por conta do aumento dos volumes dos contratos de taxas de juros em reais com prazo mais longo e a desvalorização cambial, que influenciou positivamente o preço dos contratos de câmbio. A mudança estrutural relacionada à redução da taxa de juros real, bem como o crescimento do crédito e da parcela da dívida pública em taxa de juros fixa foram os principais fatores determinantes para o aumento dos volumes e alongamento de prazos dos contratos de taxas de juros.

Outros aspectos tiveram impacto relevante nos resultados de 2012 comparado a 2011:

- Queda de 25,6% do resultado financeiro, de R\$280.729 mil para R\$208.851 mil, decorrente, principalmente, da redução da taxa de juros, uma vez que a maior parte das aplicações financeiras da Companhia está em renda fixa;
- Despesa de pessoal de R\$27.533 mil relacionada à provisão para plano de saúde;
- Contribuição de R\$15.000 mil para a BSM, com o objetivo de custear as atividades dessa instituição ao longo de 2013.

## **c. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

### **EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

- Negociação e pós-negociação (transações) no segmento Bovespa: conforme citado anteriormente, em abril de 2013, houve redução nos preços de negociação no mercado a vista de ações para investidores estrangeiros e individuais, rebalanceamento dos preços de negociação/pós-negociação para investidores institucionais locais e desconto por volume para *day trades* nos mercados a vista e de opções, que prejudicaram a comparação das linhas de receita de negociação e pós-negociação entre 2012 e 2013.
- Negociação e pós-negociação de derivativos no segmento BM&F: a variação da taxa de câmbio entre 2013 e 2012 impactou positivamente a RPC média dos contratos de taxa de câmbio (+15,0%), e dos contratos de taxa de juros em dólar norte-americano (+21,3%), uma vez que ambos os contratos são referenciados em dólares e, em comparação a 2012, houve uma valorização de 10,5% do dólar médio<sup>7</sup>.
- Vendors: essa receita foi impactada positivamente pela apreciação do dólar norte-americano frente ao Real, considerando que cerca de metade da receita vêm de clientes estrangeiros que pagam na moeda norte-americana.

### **EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

- Negociação e pós-negociação (transações) no segmento Bovespa: conforme citado anteriormente, em agosto

<sup>7</sup> Considera a variação da média da PTAX de fechamento no final dos meses de dezembro de 2011 a novembro de 2013 (base para a RPC de janeiro de 2012 a dezembro de 2013).

de 2011 houve mudanças de preços, que dificultou a comparação das linhas de receita de negociação e pós-negociação entre 2011 e 2012, sem impacto na soma de tais itens para fins de comparação entre os períodos.

- **Negociação e pós-negociação de derivativos no segmento BM&F:** a variação da taxa de câmbio entre 2012 e 2011 impactou positivamente a RPC média dos contratos de taxa de câmbio (+16,4%), e dos contratos de taxa de juros em dólar norte-americano (+7,9%), uma vez que ambos os contratos são referenciados em dólares e, em comparação a 2011, houve uma valorização de 17,6% do dólar médio<sup>8</sup>.
- **Vendors:** essa receita foi impactada positivamente pela apreciação do dólar norte-americano frente ao real, considerando que cerca de 40% da receita vêm de clientes estrangeiros que pagam na moeda norte-americana.

#### **d. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro**

O nível da taxa de juros tem impacto no resultado financeiro da Companhia, pois é base da remuneração das aplicações financeiras, que eram de R\$3.674.171 mil em 31 de dezembro de 2013, R\$3.806.997 mil em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 3.717.763 mil em 31 de dezembro de 2011. Dessa forma, a mudança da taxa de juros média possui impacto na receita financeira, que atingiu R\$300.023 mil em 2013, R\$297.217 mil em 2012, comparada com R\$357.720 mil em 2011.

No caso da taxa de câmbio, a desvalorização do real trouxe dois efeitos: (i) elevação da despesa financeira, pois o passivo oneroso refere-se aos juros da emissão de *Senior Unsecured Notes* em dólares norte-americanos, conforme item 10.1.b; e (ii) aumento do preço médio dos contratos de derivativos de futuro de câmbio, futuro de taxa de juros em dólar e commodities, uma vez que esses contratos são referenciados na moeda norte-americana, conforme item 10.2.b e (iii) alta de 2,3% das receitas de Vendors, que atingiram R\$69.236 mil, devido à depreciação do real frente ao dólar americano.

A inflação tem influência nas despesas da companhia, principalmente aquelas relacionadas à Pessoal e encargos, conforme item 10.1.h deste Formulário. Em razão do acordo coletivo realizado em agosto de cada ano, os salários e encargos são majorados basicamente em linha com a inflação do período, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE").

### **10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

#### **a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nas atividades durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 que tenha causado ou se espera que venha a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

#### **b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária relevante.

#### **c. eventos ou operações não usuais**

Não ocorreram, durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia e/ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

### **10.4 - Comentários dos diretores sobre:**

#### **a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs. A BM&FBOVESPA aplicou o CPC 37 (Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade – correlação ao IFRS 1) e o CPC 43 (Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 ao 41) na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Nos exercícios de 2013, 2012 e 2011 não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis.

<sup>8</sup> Considera a variação da média da PTAX de fechamento no final dos meses de dezembro de 2010 a novembro de 2012 (base para a RPC de janeiro de 2011 a dezembro de 2012).

**b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Nos exercícios de 2013, 2012 e 2011 não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis.

**c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor**

No relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011, consta a seguinte ênfase: "As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. A opinião do auditor não está ressalvada em função desse assunto."

**10.5 - Políticas contábeis críticas**

- a. estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

***Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)***

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*, e indícios de possível *impairment* são reavaliados em períodos menores.

O ágio no montante de R\$16.064.309 mil está fundamentado em expectativa de rentabilidade futura e por laudo de avaliação econômico-financeira do investimento. De acordo com as diretrizes do CPC 01/IAS 36, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) deve ser anualmente submetido ao teste de redução ao valor recuperável (*impairment*), ou em prazos mais curtos quando houver indicadores de *impairment*. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre o ágio não são passíveis de reversão.

As premissas adotadas para a projeção dos fluxos de caixa futuros da BM&FBOVESPA, no segmento BOVESPA (Unidade Geradora de Caixa – UGC), foram baseadas na análise de sua performance nos últimos anos, na análise e nas expectativas de crescimento do seu mercado de atuação, além das expectativas e estratégias da Administração.

A BM&FBOVESPA utiliza especialistas externos e independentes para auxiliar na mensuração do valor recuperável do ativo (valor em uso). O laudo apresentado pelos especialistas não revelou a necessidade de ajustes negativos ao valor do ágio em 31 de dezembro de 2013.

Tendo como base as expectativas de crescimento do segmento Bovespa, foi projetado o fluxo de caixa que considera as receitas e despesas relacionadas às atividades do segmento. O período de projeção desses fluxos se estende de dezembro de 2013 até dezembro de 2023. Já a perpetuidade foi apurada através da extrapolação do fluxo de caixa de 2023 por uma taxa de crescimento equivalente à esperada para o PIB nominal no longo prazo, de 7,63% ao ano.

A Administração entende que um período de projeção de dez anos se fundamenta na percepção de que o mercado de capitais brasileiro, no segmento de renda variável, deve experimentar um crescimento prolongado, até atingir a maturidade de longo prazo.

Para se determinar o valor presente do fluxo projetado utilizou-se uma taxa média de desconto antes dos impostos de 16,56% ao ano no período de dezembro de 2013 até dezembro de 2017. A partir de então, a taxa de desconto se estabiliza em 15,24% ao ano, capturando as expectativas de variações inflacionárias do período.

As duas principais variáveis que afetam o valor em uso calculado são as taxas de desconto e de crescimento da perpetuidade. A Administração da BM&FBOVESPA realizou análises de sensibilidade para determinar os impactos de mudanças nessas variáveis sobre o valor em uso calculado. A taxa de desconto equivalente antes dos impostos para todo o período é de 15,45% ao ano, e um aumento de 1,10 ponto percentual (110 bps) dessa taxa (de 15,45% para 16,55% ao ano) reduz o valor em uso em aproximadamente 12%. Com relação à taxa de crescimento da perpetuidade, uma redução de 0,50 ponto percentual (50 bps) na mesma (de 7,63% para 7,13% ao ano) reduz o valor em uso em aproximadamente 5%. As variações dos parâmetros que afetam o valor em uso, para efeitos desta análise de sensibilidade, foram determinadas com base em um desvio padrão das taxas de desconto dos últimos cinco anos, para o primeiro, e de um desvio padrão das médias de séries de 10 anos da variação do PIB real brasileiro, para o segundo. O valor em uso apresenta menor sensibilidade às variações na receita líquida projetada. Considerando-se uma redução do crescimento médio anual da receita da ordem de 15% no período de 2014 a 2023, o valor em uso é reduzido em aproximadamente 15%. Nenhum desses três cenários de sensibilidade acima, analisados isoladamente, revelou valores inferiores ao custo contábil do investimento em 31 de dezembro de 2013.

### ***Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas***

A BM&FBOVESPA e suas controladas figuram como réis em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são classificados por probabilidade de perda em provável, possível e remota, mediante avaliação da BM&FBOVESPA e de seus consultores jurídicos, na qual se utilizam parâmetros como as decisões judiciais e o histórico de perdas em ações semelhantes.

Os processos em que as expectativas de perda são prováveis, que estão provisionados, compõem-se principalmente da seguinte forma:

- Os processos trabalhistas, em sua maioria, referem-se a reclamações apresentadas por ex-empregados da BM&FBOVESPA e funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados, em razão do suposto descumprimento de normas trabalhistas;
- Os processos cíveis versam sobre questões atinentes à responsabilidade civil da BM&FBOVESPA e suas controladas;
- Os processos tributários versam em sua quase totalidade sobre a incidência de PIS e Cofins sobre (i) receitas da BM&FBOVESPA e (ii) recebimento de juros sobre capital próprio.

No caso dos processos cuja expectativa de perda é possível, que não estão provisionados, os valores envolvidos somavam R\$693.603 mil em 31 de dezembro de 2013, sendo R\$34.688 mil trabalhistas, R\$81.911 mil cíveis e R\$577.004 mil tributários, detalhados na Nota Explicativa nº 14.e do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

### ***Investimentos - Participação em coligada (Equivalência Patrimonial)***

A BM&FBOVESPA aplica o método de equivalência patrimonial para avaliar investimentos em empresas que possui habilidade de exercer influência significativa. O julgamento da BM&FBOVESPA quanto ao nível de influência sobre os investimentos leva em consideração fatores-chaves, tais como percentual de participação, representação no Conselho de Administração, participação nas definições de políticas e negócios e transações materiais entre as companhias.

Em julho de 2010, com a aquisição de 3,2% das ações do CME Group no valor de R\$1.075.119 mil, a BM&FBOVESPA elevou a participação societária de 1,8% para 5%, e passou a contabilizar o investimento por equivalência patrimonial, por entender que os aspectos estratégicos da parceria entre as duas companhias caracterizam a existência de influência significativa da BM&FBOVESPA sobre o CME Group.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor contábil do investimento no CME Group era de R\$3.312.606 mil e o valor justo do investimento, com base na cotação de mercado das ações nessa mesma data, foi de R\$3.119.716 mil. Considerando que o valor de mercado do investimento no CME Group está inferior ao valor contábil, a Administração da BM&FBOVESPA realizou o teste de redução do valor recuperável (*impairment*), na data-base de 30 de novembro de 2013. O resultado da avaliação não revelou a necessidade de reconhecimento de perda ao investimento no CME Group.

Para o teste, a Administração da BM&FBOVESPA adotou a metodologia dos fluxos de caixa descontados. Tendo como base as expectativas de crescimento dos mercados em que o CME Group atua, foi projetado o fluxo de caixa que considera as receitas e despesas relacionadas às suas atividades em dólares nominais.

Os fluxos operacionais foram projetados para o período de dezembro de 2013 a dezembro de 2018. A perpetuidade foi obtida através da extrapolação do fluxo de caixa livre de 2018 por uma taxa de crescimento equivalente à esperada para o PIB nominal americano no longo prazo, de 4,66% ao ano. A taxa de desconto antes dos impostos utilizada no cálculo do valor presente dos fluxos é de 11,43% ao ano.

As duas principais variáveis que afetam o valor em uso calculado para o investimento são as taxas de desconto e de crescimento da perpetuidade. As análises de sensibilidade mostram que um aumento de 1,0 ponto percentual (100 bps) na taxa de desconto antes dos impostos (de 11,43% para 12,43% ao ano) reduz o valor em uso em aproximadamente 13%, enquanto que a redução de 0,25 ponto percentual (25 bps) na taxa de crescimento da perpetuidade (de 4,66% para 4,41% ao ano) reduz o valor em uso em aproximadamente 5%. As variações dos parâmetros que afetam o valor em uso, para efeitos desta análise de sensibilidade, foram determinadas com base em um desvio padrão das taxas de desconto dos últimos quatro anos (que melhor refletem a atual estrutura de capital do CME Group), para o primeiro, e de um desvio padrão das médias de séries de 30 anos da variação do PIB real americano, para o segundo. O valor em uso apresenta menor sensibilidade às variações na receita líquida projetada. Considerando-se uma redução do crescimento médio anual da receita da ordem de 10% no período de 2014 a 2018, o valor em uso é reduzido em aproximadamente 4%. Nenhum desses três cenários de sensibilidade acima, analisados isoladamente, revelou valores inferiores ao custo contábil do investimento em 31 de dezembro de 2013.

## **10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras**

### **a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

As melhorias e automatizações dos processos de controles internos geridos pela área financeira se consolidaram ao longo de 2013, proporcionando à administração ferramentas mais eficientes para o controle das despesas e priorização de projetos da Companhia.

Dentre as iniciativas implantadas no ano, merece destaque a implantação do novo sistema de gestão integrada ("ERP", do inglês *Enterprise Resource Planning*), utilizando a solução da SAP, implantada em 2013. Desta forma, foi possível automatizar e aprimorar os mecanismos de controle e gestão do orçamento de despesas e investimentos; políticas internas de pagamento e contratação de materiais e serviços.

Adicionalmente, no final de 2012 foi criada a Diretoria de Controles Internos, *Compliance* e Risco Corporativo, que ao longo de 2013 atuou na revisão e aprimoramento de diversos processos da Companhia, dentre os quais os relacionados às informações financeiras.

### **b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Os trabalhos realizados pelo auditor independente não apontaram deficiências ou recomendações consideradas significativas nos controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Este é também o entendimento da administração, que considera não haver deficiências significativas nos seus controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras. Cabe ressaltar que a BM&FBOVESPA investe continuamente no aprimoramento dos seus sistemas e processos, mantendo também um rígido monitoramento destes, e busca endereçar as eventuais recomendações que possam vir dos seus auditores independentes de forma a mitigar riscos e garantir a integridade das informações prestadas ao mercado, notadamente as relacionadas às demonstrações contábeis.

## **10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**

Ver item 10.1.f.

## **10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

### **a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)**

*Garantias recebidas em operações:* as operações nos mercados da BM&FBOVESPA estão garantidas por depósitos de margem em moeda, títulos públicos e privados, cartas de fiança e ações, dentre outros. Estas garantias não aparecem no balanço patrimonial, exceto as garantias recebidas em moeda. Informações mais detalhadas encontram-se descritas no item 10.9 abaixo.

### **i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

**ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

A Companhia não possui carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais mantenha riscos e responsabilidades.

**iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

**iv. contratos de construção não terminada**

A companhia não possui contratos de construção não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

A Companhia não possui contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

O Banco BM&FBOVESPA administra o Fundo BM&FBOVESPA Margem Garantia Referenciado DI Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento que possui um patrimônio líquido de R\$66.008 mil em 31 de dezembro de 2013 (R\$179.440 mil, 2012; R\$212.968 mil, 2011).

Na atividade de custodiante, o Banco é responsável pela custódia de: (i) títulos de investidores não residentes que, em 31 de dezembro de 2013, totalizam R\$261.952 mil (R\$154.911 mil, 2012; R\$117.815 mil, 2011); e (ii) títulos do agronegócio registrados no Sistema de Registro de Custódia de Títulos do Agronegócio da BM&FBOVESPA no montante de R\$15.079 mil em 31 de dezembro de 2013 (R\$15.079 mil, 2012; R\$16.216 mil, 2011).

**10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

- i. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**
- ii. natureza e o propósito da operação**
- iii. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação**

*Garantia recebidas em operações*

A BM&FBOVESPA administra quatro câmaras de compensação e liquidação ("clearings") consideradas sistemicamente importantes pelo Banco Central do Brasil: derivativos (futuros, termo, opções e *swaps*); ações e renda fixa privada (operações à vista, termo, opções, futuros e empréstimo de títulos); câmbio (dólar pronto); e ativos (operações à vista e a termo, definitivas e compromissadas, bem como empréstimos de títulos).

Por intermédio de suas clearings, a BM&FBOVESPA atua como contraparte central ("CCP") garantidora das operações realizadas nesses mercados. Em outras palavras, ao exercer o papel de clearing, a BM&FBOVESPA torna-se responsável pela boa liquidação das operações realizadas e/ou registradas em seus sistemas.

A atuação da BM&FBOVESPA como CCP a expõe ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação. Caso um participante não realize os pagamentos devidos ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à BM&FBOVESPA acionar seus mecanismos de garantia, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos.

Para a adequada mitigação dos riscos assumidos, cada clearing da BM&FBOVESPA conta com sistema de gerenciamento de risco e estrutura de salvaguardas próprias. Essas estruturas de salvaguardas baseiam-se, em larga medida, no modelo de repartição de perdas denominado *defaulter pays*, no qual o montante de garantias depositadas por cada participante deve ser capaz de absorver, com elevado grau de confiança, as potenciais perdas associadas ao seu inadimplemento. Consequentemente, o valor exigido em garantia dos participantes constitui o elemento de maior importância na estrutura de gerenciamento dos potenciais riscos de mercado advindos de atuação da bolsa como CCP garantidora.

As operações nos mercados da BM&FBOVESPA estão garantidas por depósitos de margem em moeda, títulos públicos e privados, cartas de fiança e ações, dentre outros. Em 31 de dezembro 2013 o total das garantias depositadas era de R\$214.389.365 mil (R\$176.481.916 mil em 31 de dezembro de 2012; R\$178.556.455 mil em 31 de dezembro de 2011), sendo que desse total, R\$212.316.376 mil (R\$175.347.681 mil em 31 de dezembro de 2012; R\$177.055.433 mil em 31 de dezembro de 2011) eram controlados fora do balanço da Companhia.

Para mais informações referentes às garantias recebidas em operações e às estruturas de salvaguardas das clearings da BM&FBOVESPA, ver Nota Explicativa nº 17 das Demonstrações Financeiras do período encerrado em 31 de dezembro de 2013.

## **10.10 - Plano de negócios**

### **a. investimentos**

#### **i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Desde o início de 2010, a Companhia vem realizando significativos investimentos para modernizar-se e trazer mais eficiência para os participantes de mercado e clientes, além de capturar e potencializar oportunidades de crescimento existentes no país e exterior. A execução desses investimentos fortalecerá ainda mais o posicionamento estratégico e diferencial competitivo da BM&FBOVESPA.

Entre 2010 e 2014, a Companhia estima que seus investimentos devam totalizar cerca de R\$1,5 bilhão, dos quais foram realizados R\$289.224 mil em 2013, R\$258.363 mil em 2012, R\$204.041 mil em 2011, e R\$268.362 mil em 2010, sendo a maior parte concentrada em tecnologia.

Além disso, a Companhia intensificou seus esforços em busca de oportunidades de crescimento, diversificação de receitas e fortalecimento institucional, com iniciativas voltadas ao aumento do número de empresas listadas, relacionamento com clientes, melhoria e desenvolvimentos de novos produtos, parcerias internacionais, sustentabilidade e investimento social, supervisão de mercados e regulação de emissores.

Por fim, a BM&FBOVESPA acredita em seu potencial e entende o importante papel que desempenha no processo de fortalecimento e desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro, tendo certeza de que seus investimentos em produtos e tecnologias serão determinantes para melhorar a qualidade dos serviços ofertados e para ampliar a transparência e solidez do mercado de capitais brasileiro.

#### Desenvolvimentos Tecnológicos

O objetivo da BM&FBOVESPA é oferecer aos participantes do mercado serviços de excelência na área de tecnologia da informação ("TI"). Para isso, o investimento total em TI foi de R\$278.607 mil em 2013, R\$231.722 mil em 2012, R\$183.444 mil em 2011 e R\$219.261 mil em 2010, sendo que os principais projetos em andamento ou concluídos são:

##### *Nova plataforma de negociação - PUMA Trading System*

No primeiro semestre de 2010, foi iniciado o desenvolvimento de uma nova plataforma de negociação multimercado e multiativos, em parceria com o CME Group. Essa nova plataforma, de copropriedade das duas bolsas, substituiu os sistemas de negociação nos mercados de ações, derivativos e câmbio à vista. Esse desenvolvimento coloca a plataforma de negociação da BM&FBOVESPA entre as mais avançadas e eficientes na indústria de bolsas, além de proporcionar independência tecnológica. Também vale destacar que a nova plataforma trará mais eficiência para a BM&FBOVESPA e para os participantes do mercado que poderão atuar nos diferentes mercados administrados pela Companhia utilizando um único sistema.

A primeira etapa do PUMA Trading System, que abrange negociação de derivativos e câmbio à vista, foi concluída e entrou em operação no segundo semestre de 2011. Já o módulo de ações entrou em produção no primeiro semestre de 2013.

##### *Integração da Pós-Negociação ("IPN")*

Desde a fusão das duas bolsas, em 2008, um dos projetos mais importantes da BM&FBOVESPA é integrar suas câmaras de compensação ("clearings"). Essa integração proporcionará maior eficiência para a Companhia e, principalmente, para os participantes do mercado, pois possibilitará a otimização do uso de capital para liquidação das operações e a alocação de colaterais para cobertura de exposição a risco (riscos opostos assumidos nos diferentes mercados poderão ser compensados).

O programa de integração das clearings ganhou corpo com o anúncio do licenciamento do software TRADExpress Real Time Clearing ("RTC"), da empresa sueca Cinnober, ocorrido no final de 2011. O RTC será a espinha dorsal da nova clearing integrada e trará grande inovação tecnológica por ter a essência de sistema de negociação, ou seja, prezar pelo desempenho, disponibilidade e estabilidade sem abrir mão da segurança, mantendo a robustez dos modelos atuais.

No final de 2012, foi apresentado oficialmente ao mercado o IPN da BM&FBOVESPA para a criação da nova câmara de compensação integrada, que contará com um novo sistema de gerenciamento de riscos denominado CORE (do inglês, *CloseOut Risk Evaluation*), pioneiro no mercado internacional. Isso ampliará os diferenciais competitivos da BM&FBOVESPA ao oferecer um único sistema de administração de risco e de garantias para todos os participantes, o que trará maior eficiência na alocação de capital para o depósito de garantias em carteiras multimercados e multiativos. A migração da clearing de derivativos para essa nova infraestrutura está programada para o primeiro semestre de 2014, enquanto que o processo de migração da clearing de renda variável ocorrerá posteriormente. A implantação do IPN/CORE depende de autorização dos reguladores.

#### *Novo centro de processamento de dados ("Data center")*

A Companhia investe em um novo data center com o objetivo de reorganizar e racionalizar os data centers operados atualmente, resultando em uma plataforma tecnológica mais eficiente, mais segura e de maior capacidade, bem como melhor preparada para atender o crescimento futuro da BM&FBOVESPA. A estratégia adotada envolve a definição de dois centros principais de processamento de dados, sendo um responsável pelo processamento dos sistemas de negociação e o outro responsável pelo processamento dos sistemas de pós-negociação. Um desses data centers encontra-se em operação desde junho de 2010, sendo uma área de alta disponibilidade contratada de terceiros e administrada pela equipe da Bolsa. O outro será projetado e construído para atender as necessidades específicas da BM&FBOVESPA. A construção desse novo data center foi iniciada no final de 2012 e a conclusão das obras está prevista para o primeiro semestre de 2014, quando poderá ser iniciada a ocupação e migração dos equipamentos.

#### *Plataformas para o mercado de balcão ("OTC", do inglês Over the Counter) e renda fixa*

A BM&FBOVESPA está investindo na reformulação e expansão dos serviços prestados nos mercados de renda fixa e balcão, em uma iniciativa batizada como "iBalcão", que possui três frentes principais: registro de derivativos de balcão, registro de instrumentos financeiros e negociação e custódia de títulos de renda fixa.

No terceiro trimestre de 2013 foi lançada a nova plataforma para registro das operações de derivativos de balcão, que oferece maior flexibilidade para atender às demandas regulatórias e de mercado com maior agilidade. A primeira família de produtos disponibilizada nessa plataforma foi a dos contratos a termo de moedas ("NDFs", do inglês *non-deliverable forward*) sem entrega física na modalidade sem garantia.

No caso dos serviços de registro de instrumentos financeiros, oferecido para as Letras de Crédito do Agronegócio ("LCAs") desde 2011, serão disponibilizados novos produtos ao longo de 2014, notadamente os Certificados de Depósito Bancário ("CDBs"), Letras de Crédito Imobiliário ("LCIs") e Certificados de Operações Estruturadas ("COEs").

## **ii. fontes de financiamento dos investimentos**

Atualmente, a principal fonte de financiamento dos investimentos da Companhia provém de sua geração de caixa operacional. A Companhia ainda poderá avaliar alternativas complementares de fontes de financiamento por meio da contratação de empréstimos bancários, financiamentos junto a agências de fomento e do acesso aos mercados de capitais local e no exterior. Em 2010, a Companhia utilizou operações de mercado de capitais (*Senior Unsecured Notes*) como alternativa de financiamento de seus investimentos. Nos anos seguintes utilizou-se de sua própria geração de caixa.

## **iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não aplicável, pois a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

## **b. aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

IPN: no segundo semestre de 2011, a Companhia firmou contrato com a empresa Cinnober, para licenciamento perpétuo do sistema RTC para acelerar o projeto de integração das clearings, com implementação do módulo de derivativos prevista o primeiro semestre de 2014.

PUMA Trading System: no primeiro semestre de 2010, iniciou-se o desenvolvimento de uma nova plataforma de negociação multimercado e multiativos, em parceria com o CME Group, em que compartilharam em regime de coautoria e por meio de licenças recíprocas, a propriedade intelectual do sistema. Além disso, a CME transferiu à Companhia, com base na tecnologia do sistema Globex, todo o conhecimento necessário à operacionalização e ao desenvolvimento da nova plataforma. A partir do primeiro semestre de 2013, essa plataforma de copropriedade das duas bolsas substituiu os sistemas de negociação anteriormente utilizados.

Novo data center: em 2010, a Companhia efetuou a aquisição de um terreno de cerca de 20 mil metros quadrados onde se situará o novo data center da BM&FBOVESPA, em Santana do Parnaíba. As obras foram iniciadas em novembro de 2012, com a conclusão prevista para o primeiro semestre de 2014.

Expansão e modernização dos sistemas de registro: no segundo semestre de 2011, a BM&FBOVESPA iniciou o desenvolvimento de uma plataforma para registro e gerenciamento de operações de derivativos de balcão, renda fixa corporativa e instrumentos financeiros, cuja implantação inicial foi concluída no segundo semestre de 2013.

### **c. novos produtos e serviços**

#### **i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável, pois as pesquisas em andamento estão consideradas no item 10.10.c (iii) abaixo.

#### **ii. montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável, pois os montantes gastos em pesquisas estão considerados no item 10.10.c (iv) abaixo.

#### **iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

Entre os projetos em desenvolvimento já divulgados estão: IPN; PUMA Trading System; novo data center em Santana do Parnaíba; nova plataforma para registro de derivativos de balcão e renda fixa; formador de mercado para opções sobre ações e índice; revisão da metodologia do Índice Bovespa ("Ibovespa"), concluída em 2013, a ser implementada de forma gradual no primeiro semestre de 2014; criação dos ETFs (do inglês "Exchange Traded Funds") de renda fixa e melhorias no serviço de empréstimo de ativos.

#### **iv. montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Entre 2013, a Companhia investiu R\$289.224 mil, sendo a maior parte concentrada em projetos tecnológicos, como o módulo de ações da nova plataforma eletrônica de negociação multiativos PUMA Trading System, módulo de derivativos do IPN, desenvolvimento do registro de termo de moedas no iBalcão, construção do novo data center.

Em 2012, a Companhia investiu R\$258.363 mil, dos quais R\$231.722 mil em projetos de tecnologia da informação, tais como o módulo de ações do PUMA Trading System, início do projeto de integração das clearings e desenvolvimento do novo sistema de risco integrado CORE, novas plataformas de registro de derivativos de balcão e renda fixa e início da construção do novo data center.

Em 2011, a Companhia investiu R\$204.041 mil, dos quais R\$183.444 mil em projetos de tecnologia da informação, tais como o módulo de derivativos e câmbio pronto do PUMA Trading System e início do projeto de integração das clearings.

Já em 2010, a Companhia investiu R\$268.362 mil, dos quais R\$219.261 mil em projetos de tecnologia, tais como o desenvolvimento da nova plataforma eletrônica de negociação multiativos, dentro do escopo da parceria estratégica preferencial global realizada com o CME Group em fevereiro de 2010, a ampliação da capacidade de processamento em ambos os segmentos de negociação e a aquisição do terreno do novo data center.

### **10.11 - Outros fatores com influência relevante**

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional além dos citados nos outros itens desta seção.

## ANEXO II

### INFORMAÇÕES SOBRE A DESTINAÇÃO DE RESULTADOS EXIGIDA PELA INSTRUÇÃO CVM nº481/09

#### 1. Informar o lucro líquido do exercício.

O lucro líquido do exercício social de 2013 foi de R\$1.081.516.765,50.

#### 2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

O montante global a ser distribuído à conta de dividendos é de R\$865.213.000,00.

Uma vez aprovada a proposta de distribuição de dividendos a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária, o valor global de dividendos e de juros sobre capital próprio por ação será de R\$0,454267, incluindo os dividendos antecipados e os juros sobre o capital próprio já declarados, conforme indicado na tabela abaixo. O valor informado é estimado, uma vez que a proposta de distribuição aos acionistas do saldo líquido remanescente a título de dividendos, no valor de R\$0,07847515 por ação, pode ser modificado em razão da alienação de ações em tesouraria para atender ao exercício de opções de compra de ações outorgadas com base no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia e eventual aquisição de ações no âmbito do Plano de Recompra da Companhia.

Descrição	Bruto por ação (R\$)	Valor Total Bruto
Dividendos	0,084638	163.580.000,00
Juros sobre o capital próprio	0,025870	50.000.000,00
Dividendos	0,146943	280.670.000,00
Dividendos	0,118341	225.260.000,00
<b>Subtotal</b>	<b>0,375792</b>	<b>719.510.000,00</b>
Dividendos propostos	0,078475	145.703.000,00
<b>Total a ser distribuído com relação ao exercício de 2013</b>	<b>0,454267</b>	<b>865.213.000,00</b>

#### 3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

O percentual do lucro líquido a ser distribuído, com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, desde que aprovado pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 24 de março de 2014, será de 80%.

#### 4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não há proposta de distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

#### 5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

##### a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe;

Desde que aprovado pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 24 de março de 2014, o valor bruto a ser distribuído, a título de dividendos, é de R\$0,078475 por ação ordinária (valor estimado, que pode ser modificado em razão da alienação de ações em tesouraria para atender ao exercício de opções de compra de ações outorgadas com base no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia e eventual aquisição de ações no âmbito do Plano de Recompra da Companhia).

##### b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio;

Desde que aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 24 de março de 2014, o pagamento dos dividendos declarados ocorrerá no dia 27 de junho de 2014.

##### c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio;

Não haverá incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

**d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento;**

Desde que aprovado pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 24 de março de 2014, a data de 11 de junho de 2014 será a considerada para a identificação dos acionistas que terão direito ao recebimento dos dividendos.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:**

**a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados;**

Vide tabela do item 'b' abaixo.

**b. Informar a data dos respectivos pagamentos.**

Descrição	Deliberação	Pagamento	Bruto por ação (R\$)	Valor total bruto
Dividendos	RCA BVMF - 09/05/2013	07/06/2013	0,084638	163.580.000,00
Juros sobre o capital próprio	RCA BVMF - 09/05/2013	07/06/2013	0,025870	50.000.000,00
Dividendos	RCA BVMF - 08/08/2013	30/09/2013	0,146943	280.670.000,00
Dividendos	RCA BVMF - 07/11/2013	27/11/2013	0,118341	225.260.000,00
<b>Total distribuído no exercício de 2013</b>				<b>719.510.000,00</b>

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

**a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores;**

Para fins de divulgação do lucro por ação, o lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da BM&FBOVESPA, pela quantidade média ponderada de ações em aberto durante o período, de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento contábil CPC 41 – Lucro por Ação, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

	2013	2012	2011
Lucro líquido do exercício	1.081.516.765,50	1.074.289.736,88	1.047.998.623,27
Quantidade média ponderada de ações em circulação - ON	1.918.813.109	1.930.398.048	1.948.718.753
Lucro básico por ação (R\$)	0,563638	0,556512	0,537789

**b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores;**

Descrição	Bruto por ação (R\$)	Tipo de ação	Valor total bruto
Juros sobre o capital próprio	0,025461	ON	50.000.000,00
Juros sobre o capital próprio	0,051128	ON	100.000.000,00
Dividendos	0,034054	ON	66.605.000,00
Dividendos	0,121740	ON	235.336.000,00
Dividendos	0,121139	ON	233.605.000,00
Dividendos	0,117419	ON	226.727.000,00
<b>Total distribuído no exercício de 2011</b>			<b>912.273.000,00</b>

Descrição	Bruto por ação (R\$)	Tipo de ação	Valor total bruto
Dividendos	0,116161	ON	224.341.000,00
Dividendos	0,124359	ON	240.065.000,00
Dividendos	0,067921	ON	131.181.000,00
Juros sobre o capital próprio	0,046599	ON	90.000.000,00
Dividendos	0,201237	ON	388.702.736,88
<b>Total distribuído no exercício de 2012</b>			<b>1.074.289.736,88</b>

<b>Descrição</b>	<b>Bruto por ação (R\$)</b>	<b>Tipo de ação</b>	<b>Valor total bruto</b>
Dividendos	0,084638	ON	163.580.000,00
Juros sobre o capital próprio	0,025870	ON	50.000.000,00
Dividendos	0,146943	ON	280.670.000,00
Dividendos	0,118341	ON	225.260.000,00
<b>Total distribuído no exercício de 2013</b>			<b>719.510.000,00</b>

Observe-se que a Companhia emite apenas ações ordinárias.

#### **8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:**

##### **a. Identificar o montante destinado à reserva legal;**

Conforme disposto no parágrafo primeiro do artigo 193 da Lei 6.404/76, não foi proposta a constituição de reserva legal com base no resultado apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, uma vez que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, excede 30% do capital social da Companhia.

##### **b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.**

Não há proposta de destinação da parcela do resultado para formação de reserva legal, conforme item 'a' acima.

#### **9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:**

##### **a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos;**

##### **b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos;**

##### **c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa;**

##### **d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais;**

##### **e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

A Companhia emite apenas ações ordinárias.

#### **10. Em relação ao dividendo obrigatório:**

##### **a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto;**

Conforme artigo 55 do estatuto social da Companhia, após a constituição de reserva legal, o lucro que remanescer deverá ser ajustado pela constituição de reservas de contingências e a respectiva reversão, se for o caso. Do saldo remanescente, 25%, no mínimo, serão destinados ao pagamento do dividendo obrigatório.

##### **b. Informar se ele está sendo pago integralmente;**

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente. Ressalte-se que o Conselho de Administração propôs a distribuição de 80% do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

##### **c. Informar o montante eventualmente retido.**

Não há proposta de retenção de dividendos.

#### **11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:**

##### **a. Informar o montante da retenção;**

##### **b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos;**

##### **c. Justificar a retenção dos dividendos.**

Não aplicável, tendo em vista que não há proposta de retenção de dividendos.

#### **12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:**

##### **a. Identificar o montante destinado à reserva;**

##### **b. Identificar a perda considerada provável e sua causa;**

##### **c. Explicar porque a perda foi considerada provável;**

**d. Justificar a constituição da reserva.**

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:**

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar;**
- b. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva.**

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de lucros a realizar.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:**

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva;**

Conforme artigo 55 do Estatuto Social da Companhia, após a constituição da Reserva Legal, o lucro que remanescer, ajustado pela constituição de reservas de contingências e a respectiva reversão, se for o caso, deverá ser distribuído na seguinte ordem: (i) 25%, no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas (o qual poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar); e **(ii) a totalidade do lucro líquido remanescente será alocada para a constituição de reserva estatutária que poderá ser utilizada para investimentos e para compor fundos e mecanismos de salvaguarda necessários para o adequado desenvolvimento das atividades da Companhia e de suas controladas, assegurando a boa liquidação das operações realizadas e/ ou registradas em quaisquer dos seus ambientes e sistemas de negociação, registro, compensação e liquidação e dos serviços de custódia.**

O valor total destinado à reserva estatutária não poderá ultrapassar o capital social da Companhia.

O Conselho também poderá, considerando que o montante da reserva estatutária seja suficiente para o atendimento de suas finalidades: (i) propor à assembleia geral que seja destinado à formação da aludida reserva, em determinado exercício social percentual do lucro líquido inferior ao estabelecido pelo estatuto; (ii) deliberar conforme descrito no estatuto; e (iii) propor que parte dos valores integrantes da reserva sejam revertidos para a distribuição aos acionistas da Companhia.

- b. Identificar o montante destinado à reserva;**

O montante proposto para destinação à reserva é de R\$216.303.765,50.

- c. Descrever como o montante foi calculado.**

	R\$
Lucro líquido do exercício 2013	1.081.516.765,50
Dividendos	(815.213.000,00)
Juros sobre o capital próprio	(50.000.000,00)
<b>Reserva Estatutária</b>	<b>216.303.765,50</b>

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:**

- a. Identificar o montante da retenção;**
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital.**

Não há proposta de retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:**

- a. Informar o montante destinado à reserva;**
- b. Explicar a natureza da destinação.**

Não há proposta de destinação de lucro líquido para reserva de incentivos fiscais.

## ANEXO III

### REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES – ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

#### 13. Remuneração dos administradores

**13.1 Política de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

**a. *Objetivos da política ou prática de remuneração***

Nossa política de remuneração visa a estimular o alinhamento dos objetivos da Companhia, a produtividade e a eficiência dos administradores e funcionários, bem como a manter a competitividade no mercado em que atuamos.

**b. *Composição da remuneração***

*(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um*

**Conselho de Administração:** no caso do Conselho de Administração, a remuneração é composta por uma remuneração fixa mensal e, para o Presidente do Conselho de Administração, há uma remuneração fixa adicional semestral, equivalente ao dobro da remuneração recebida no semestre e a disponibilidade do uso de veículo da Companhia. O componente fixo tem por objetivo compensar adequadamente os conselheiros pela sua participação nas reuniões e pelas suas contribuições ao Conselho de Administração e à Companhia, sendo a remuneração adicional do Presidente do Conselho de Administração paga em contrapartida ao maior número de funções exigidas de sua parte. Adicionalmente, o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, conforme alterado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de abril de 2013, estabelece um mecanismo específico de outorga de opções para os membros do Conselho de Administração a título de incentivo de longo prazo.

**Diretoria Estatutária e Não Estatutária:** quanto à política de remuneração da Diretoria, a remuneração total é composta de:

- Salário base mensal, composto de treze pagamentos mensais ao ano, tendo por objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas do mercado;
- Pacote de benefícios, que inclui assistência médica e odontológica, seguro de vida, ticket refeição, previdência privada, benefício de uso de veículo, *check up*, estacionamento e uso de telefone celular, tendo por objetivo o oferecimento de um pacote atrativo e que seja compatível com os padrões do mercado para o desempenho de funções semelhantes;
- Remuneração variável semestral constituída e paga por meio do nosso Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), nos termos da Lei n.º 10.101, de 19 de dezembro de 2000. Nosso Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) define potenciais de múltiplos de salário mensal atribuídos em função de indicadores de resultados globais da Companhia, nível de cargo e avaliação de desempenho individual, tendo por objetivo alinhar os administradores com os resultados de curto e médio prazo da Companhia; e
- Incentivo de longo prazo, estruturado por meio de outorgas de opções de compra de ações da Companhia, no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de maio de 2008 e posteriormente alterado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 18 de abril de 2011 e 15 de abril de 2013 ("Plano de Opção"), outorgas estas que são atribuídas em função de indicadores de resultados globais da Companhia, nível de cargo e avaliação de desempenho individual, tendo por objetivo o alinhamento de interesses dos administradores com a Companhia e seus acionistas no horizonte de longo prazo, bem como a retenção do pessoal-chave da Companhia.

**Comitês:** os membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração fazem jus a uma remuneração fixa mensal. Os membros do Conselho de Administração que participam de comitês da Companhia fazem jus a uma remuneração fixa mensal adicional, sendo que há um limite de participação em no máximo três comitês. Atualmente, temos como comitês de assessoramento do Conselho de Administração: o Comitê de Auditoria, o Comitê de Governança e Indicação, o Comitê de Remuneração, o Comitê de Risco e, em março de 2013, foi criado o Comitê de Assessoramento para o Setor da Intermediação, cujos participantes não fazem jus a

nenhuma remuneração. No caso de Comitês de assessoramento ao Diretor Presidente, dispomos da seguinte relação: Comitê do Agronegócio, Comitê de Mercado, Comitê Técnico de Risco de Mercado, Comitê do Clube de Atletismo e Comitê de Normas, sendo que somente os membros do Comitê de Normas recebem uma remuneração fixa mensal. Os Diretores, Estatutários ou Não Estatutários, bem como qualquer outro funcionário que participar de algum Comitê não fará jus a nenhuma remuneração pela participação em comitês.

**Conselho Fiscal:** a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado. A política de remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, se e quando instalado, será estabelecida em conformidade com a legislação aplicável. Contudo, a Companhia conta com a atuação do Comitê de Auditoria. Esse comitê é formado por cinco membros, todos independentes, sendo quatro membros externos e um Conselheiro Independente, com mandato de dois anos, e atende ao disposto na Instrução CVM nº 308/99, conforme alterada.

*(ii) Proporção de cada elemento na remuneração total*

As proporções médias de cada elemento da remuneração no ano de 2013 encontram-se na tabela abaixo, considerando nossa política de remuneração em vigor.

2013	Salário e Pró-labore	Participação em Comitês	Benefícios	Remuneração Variável de Curto Prazo (PLR)	Remuneração Variável de Longo Prazo (Plano de Opções)	Total
Conselho de Administração	91,02%	8,98%	0%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária e Não Estatutária	23,15%	0%	3,39%	23,28%	50,18%	100%
Comitês	100%	0%	0%	0%	0%	100%

Os referidos percentuais poderão variar a cada ano, tendo em vista especialmente a composição baseada em elementos variáveis.

*(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração*

A remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária é reavaliada anualmente pelo Comitê de Remuneração, nos termos da sua competência prevista no artigo 49, §1º, alínea "a", do Estatuto Social da Companhia, submetida à aprovação do Conselho de Administração e, por proposta deste, da Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia, conforme disposto na Lei das S.A. A remuneração dos Comitês da Companhia também é reavaliada anualmente pelo Comitê de Remuneração, o qual submete sua proposta à aprovação do Conselho de Administração. No caso da Diretoria Estatutária e Não Estatutária, a remuneração fixa mensal é corrigida em função de dissídio coletivo definido em acordo coletivo com o Sindicato e, eventualmente, pode ocorrer aumento dentro da política salarial definida pela Companhia por mérito individual. No que tange à política de remuneração variável de curto e médio prazo (PLR) e aos incentivos de longo prazo (Programas de Opção, sempre de acordo com as diretrizes do Plano de Opção), as regras e definições são propostas pelo Comitê de Remuneração, no âmbito de suas competências, e aprovadas pelo Conselho de Administração.

De maneira geral, realizamos periodicamente pesquisas salariais para garantir alinhamento com as melhores práticas de mercado e manter a competitividade de nossa estratégia de remuneração, fixa e variável, de curto, médio e de longo prazo. Estas pesquisas levam em consideração uma amostra de empresas do mercado financeiro e de serviços, de porte semelhante ao da Companhia. A partir dos resultados das pesquisas, é realizado o procedimento de *job matching* com relação aos correspondentes cargos e funções existentes na Companhia, para eventuais ajustes dos montantes gerais pagos aos diferentes cargos e níveis de forma comparativa.

No que se refere aos benefícios, realizamos uma constante revisão das práticas de mercado e, eventualmente, efetuamos ajustes para alinhar a competitividade.

*(iv) Razões que justificam a composição da remuneração*

Nossa estratégia de remuneração visa a compor elementos de curto, médio e longo prazo que garantam alinhamento com os objetivos da Companhia, manutenção de uma remuneração competitiva frente ao mercado, atratividade para reter nossos executivos e remunerar os profissionais conforme as responsabilidades atribuídas a seus respectivos cargos e conforme o seu desempenho. Dessa forma, nossa estratégia de remuneração posiciona a remuneração fixa dos executivos da Companhia na mediana de mercado e o diferencial se dá por meio da remuneração variável de curto e médio prazo, bem como de incentivos de longo prazo, os quais estão atrelados, conforme o caso, ao desempenho global da Companhia e ao desempenho individual dos executivos.

**c. Principais indicadores de desempenho levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

No que se refere à remuneração variável de curto e médio prazo e de incentivos de longo prazo, respectivamente PLR e Plano de Opção, os indicadores de desempenho que são levados em consideração para determinação da remuneração são: (i) as avaliações de desempenho individuais dos executivos, as quais consideram fatores próprios de cada função (como por exemplo, nível de cargo), e (ii) os indicadores de desempenho global da Companhia. Tais indicadores são levados em conta tanto na determinação do valor global de PLR a ser distribuído, quanto na definição da elegibilidade e volume das outorgas de opções a serem realizadas.

Em 2011, baseado no resultado apurado da Companhia de Lucro Líquido Ajustado e despesa operacional, comparados à meta, o Conselho de Administração, nos termos da proposta do Comitê de Remuneração, deliberou um valor global para a remuneração variável de curto e médio prazo, que representou a distribuição de 3,2% do resultado do Lucro Líquido Ajustado. Este valor foi pago aos administradores e funcionários da Companhia durante o exercício de 2011.

A partir de 2012, inclusive, o valor total da remuneração variável de curto e médio prazo passou a ser de 3,5% do Lucro Líquido Ajustado, considerando-se o limite de despesas previsto no orçamento do respectivo exercício social. Caso ocorra superação das despesas orçadas para o exercício, será aplicado um redutor no percentual do Lucro Líquido Ajustado acima citado, na proporção de 5% a cada 1% excedente de despesa realizada versus a despesa orçada. Do valor a ser distribuído, uma parte será destinada à Diretoria Estatutária e Não Estatutária, observada a regra de múltiplos salariais e diferenciação baseada na performance individual.

Em 2012 e 2013, os limites de despesa operacional previstos para os respectivos exercícios ficaram dentro do esperado e o valor total da remuneração variável de curto e médio prazo paga aos administradores e funcionários da Companhia foi calculado com base no Lucro Líquido Ajustado e representou 3,5% do resultado dos respectivos exercícios.

No caso dos incentivos de longo prazo (Plano de Opção), além dos critérios mencionados no primeiro parágrafo desse item com relação à determinação das outorgas de opções, vale notar que o executivo obterá benefícios apenas na medida em que as ações de emissão da Companhia se valorizarem, e, após o prazo para exercício das opções e/ou de restrição à transferência das ações, conforme o caso, as ações possam ser vendidas por preço maior do que aquele que foi pago pelo beneficiário no ato do exercício das opções. Sendo assim, o potencial de ganho do beneficiário do Plano de Opção está diretamente sujeito à valorização das ações de emissão da Companhia no mercado.

No que se refere à remuneração fixa e aos benefícios, não são levados em conta indicadores de desempenho para sua determinação. Tais elementos de remuneração, quando relacionados aos administradores da Companhia, estão atrelados ao nível de responsabilidade da função exercida, e no caso específico da remuneração fixa adicionalmente também é considerada a qualificação do profissional para o exercício da função.

**d. Estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

De acordo com nossa política de remuneração variável de curto e médio prazo e incentivos de longo prazo, os valores globais (*pool*) de PLR e Plano de Opção são afetados pelo alcance das metas globais da Companhia de Lucro Líquido Ajustado e Despesa Operacional, ou seja, o tamanho do *pool* é determinado com base no resultado final da Companhia no que se refere ao alcance das metas globais estabelecidas para o exercício respectivo.

Adicionalmente, nossa política prevê níveis diferenciados de remuneração em função do desempenho individual de cada um dos Diretores Estatutários, Diretores Não Estatutários e funcionários, considerando os respectivos cargos, funções e responsabilidades.

**e. Alinhamento da política de remuneração aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo**

A Companhia visa a manter sua remuneração com competitividade frente ao mercado, a fim de reter e atrair talentos que permitam atingir seus objetivos estratégicos de curto, médio e longo prazo. Dado o modelo de negócios da Companhia, cujo objetivo de fomento, desenvolvimento e expansão de mercado já está naturalmente atrelado a ciclos mais longos e sustentáveis, a retenção de profissionais é crucial e, nesse sentido, nossa estratégia de remuneração deve refletir mecanismos que estimulem a permanência dos profissionais no médio e longo prazos.

De acordo com essa estratégia de remuneração, há um equilíbrio entre a remuneração fixa representada pelo

salário-base, a remuneração de curto e médio prazo (PLR) e o incentivo de longo prazo (por meio do Plano de Opção). Dessa forma, o funcionário tem um incentivo para atingir e superar as metas semestrais e anuais que estão vinculadas ao programa de PLR, assim como para buscar a implementação de ações de médio e longo prazos que gerem valor agregado para a Companhia e que serão refletidas na valorização de suas ações no mercado, estando, portanto, associadas às opções que lhe foram outorgadas.

**f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

**g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia**

Não existe remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de qualquer evento societário envolvendo a Companhia, tais como alienação do controle societário, e/ou efetivação de parcerias estratégicas.

No caso do Plano de Opção, existe uma previsão de que, na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia após a qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, as opções concedidas pela Companhia, a critério do Conselho de Administração, poderão ser transferidas para a companhia sucessora ou terão seus prazos de carência antecipados, para que possam ser exercidas pelos respectivos Beneficiários por determinado prazo. Após o referido prazo, o Plano de Opção terminará e as opções não exercidas caducarão sem direito à indenização.

**13.2 Remuneração reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2013 e remuneração prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia:**

As tabelas e notas abaixo apresentam a remuneração anual atribuída ao Conselho de Administração, à Diretoria Estatutária e ao Comitê de Auditoria (observando-se que a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado, mas que suas funções são exercidas pelo Comitê de Auditoria estatutário e de funcionamento permanente) da Companhia: (i) reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, considerando a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme indicado no quadro abaixo<sup>9</sup>; e (ii) prevista para o exercício social corrente.

**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2013**

<u>Mês</u>	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria</u>
Jan	11	5
Fev	11	5
Mar	11	5
Abr	11	5
Mai	11	5
Jun	11	4
Jul	11	5
Ago	11	5
Set	11	5
Out	11	5
Nov	11	5
Dez	11	5
Total	132	59
<b>Média</b>	<b>11</b>	<b>4,92</b>

Ressaltamos que em relação ao incentivo de longo prazo (Plano de Opção), conforme deliberação do Conselho de

<sup>9</sup> Somatório do número de membros de cada órgão em cada um dos meses do ano, dividido por 12 (doze) meses. Esse cálculo é feito por órgão da administração da Companhia, conforme Ofício-Circular CVM/SEP/N.º 01/2014.

Administração, a outorga de opções referente ao exercício social de 2012 ocorreu somente em janeiro de 2013, com efeitos, portanto, apenas sobre o exercício social de 2013.

No âmbito das diretrizes do Plano de Opção, ocorreram duas outorgas de opções relativas ao exercício social de 2012, sendo uma por meio do "Programa de Opções BVMF 2012" e outra por meio do "Programa de Opções Adicionais BVMF 2012". A quantidade de opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção com efeito no exercício social de 2013 para os Diretores Estatutários, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, abrangeu um total de 3.300.000 ações no "Programa de Opções BVMF 2012", que representam 0,17% do total de ações emitidas pela Companhia, e de 1.001.185 ações no "Programa de Opções Adicionais BVMF 2012", que representam 0,05% do total de ações emitidas pela Companhia. Os preços de exercício das opções dos referidos Programas foram fixados de acordo com as regras do Plano de Opção.

Vale ressaltar que o cálculo do preço justo da outorga do Programa de Opções BVMF 2012 e do Programa de Opções Adicionais BVMF 2012 considerou as variáveis de mercado à época da outorga, bem como as características específicas de cada Programa, refletindo assim valor final de preço justo equivalente a R\$ 5,55 e R\$ 6,98, respectivamente. Pode-se verificar que tais valores são substancialmente maiores se comparado ao preço justo das opções outorgadas no âmbito do Programa de Opções BVMF 2011 e do Programa de Opções Adicionais BVMF 2011, descritos abaixo. Complementamos que o modelo de precificação não foi alterado e a variação decorre principalmente das variações na condição de mercado que ocorreram neste período, conforme mencionado nos itens 13.6 e 13.9 abaixo.

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2013</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal*</b>	<b>Total</b>
Número de membros	11	4,92	n/a	15,92
Remuneração fixa anual (em R\$)	R\$ 4.972.415,92	R\$5.361.853,94	n/a	R\$ 10.334.269,86
Salário ou pró-labore	R\$ 4.525.878,76	R\$ 4.577.821,68	n/a	R\$ 9.103.700,44
Benefícios diretos e indiretos	n/a	R\$ 784,032,26	n/a	R\$ 784.032,26
Remuneração por participação em Comitês	R\$ 446.537,16	n/a	n/a	R\$ 446.537,16
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável (em R\$)	n/a	R\$ 10.651.956,51	n/a	R\$ 10.651.956,51
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	R\$ 9.415.708,92	n/a	R\$ 9.415.708,92
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros (1)	n/a	R\$ 1.236.247,59	n/a	R\$ 1.236.247,59
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	R\$ 25.303.271,30	n/a	R\$ 25.303.271,30
Valor da remuneração	R\$ 4.972.415,92	R\$ 41.317.081,75	n/a	R\$ 46.289.497,67

(1) Verbas rescisórias e gratificações adicionais de contratações realizadas.

\* Conforme descrito no item 13.1 deste Formulário de Referência, a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado. Contudo, a Companhia conta com o Comitê de Auditoria que é formado por cinco membros, todos independentes, sendo quatro membros externos e um conselheiro independente, todos eles com mandato de dois anos, e atendem ao disposto na Instrução nº 308/99, conforme alterada. Ressaltamos que a remuneração paga aos membros externos em 2013 totalizou R\$1.227.830,96, montante este não considerado na tabela acima.

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2012</b>		
<b>Mês</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>
Jan	11	5
Fev	11	5
Mar	11	5
Abr	11	5
Mai	11	5
Jun	11	5
Jul	11	5
Ago	11	5

Set	11	5
Out	11	5
Nov	11	5
Dez	11	5
Total	132	60
<b>Média</b>	<b>11</b>	<b>5</b>

Ressaltamos que em relação ao incentivo de longo prazo (Plano de Opção), conforme deliberação do Conselho de Administração, a outorga de opções referente ao exercício social de 2011 ocorreu somente em janeiro de 2012, com efeitos sobre o exercício social de 2012.

Em 2011, no âmbito das diretrizes do Plano de Opção, foi implementado novo Programa de Opção de Compra de Ações ("Programa de Opções Adicionais 2011"), cujo objetivo foi a criação de mecanismo de retenção dos profissionais chave da Companhia. Com base neste escopo, para efetivação da outorga das opções de compra de ações da Companhia, há uma contrapartida do executivo por meio da aquisição de Ações Próprias, mediante o desembolso de recursos próprios, e compromisso de manutenção da propriedade destas Ações Próprias, durante o período de *vesting* do Programa de Opções Adicionais 2011, sob pena de perda do direito de exercício das opções concedidas.

Desta forma, ocorreram duas outorgas de opções relativas ao exercício social de 2011, sendo uma por meio do "Programa de Opções BVMF 2011" e outra por meio do "Programa de Opções Adicionais BVMF 2011". A quantidade de opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção com efeito no exercício de 2012 para os Diretores Estatutários, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, abrangeu um total de 3.250.000 ações no "Programa de Opções BVMF 2011", que representam 0,16% do total de ações emitidas pela Companhia, e de 1.337.170 ações no "Programa de Opções Adicionais BVMF 2011", que representam 0,07% do total de ações emitidas pela Companhia. O preço de exercício das opções dos referidos Programas foram fixados de acordo com as regras do Plano de Opção.

Vale ressaltar que o cálculo do preço justo da outorga do Programa de Opções BVMF 2011 e do Programa de Opções Adicionais BVMF 2011 considerou as variáveis de mercado à época da outorga, bem como as características específicas de cada Programa, refletindo assim valor final de preço justo equivalente a R\$ 2,79 e R\$ 4,19, respectivamente.

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2012</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal*</b>	<b>Total</b>
Número de membros	11	5	n/a	16
Remuneração fixa anual (em R\$)	R\$ 4.221.989,61	R\$ 4.923.976,91	n/a	R\$ 9.145.966,52
Salário ou pró-labore	R\$ 3.751.531,67	R\$ 4.308.556,10	n/a	R\$ 8.060.087,77
Benefícios diretos e indiretos	n/a	R\$ 615.420,81	n/a	R\$ 615.420,81
Remuneração por participação em Comitês	R\$ 470.457,94	n/a	n/a	R\$ 470.457,94
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável (em R\$)	n/a	R\$ 8.827.692,36	n/a	R\$ 8.827.692,36
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	R\$ 8.827.692,36	n/a	R\$ 8.827.692,36
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros (1)	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	R\$ 14.670.242,30	n/a	R\$ 14.670.242,30
Valor da remuneração	R\$ 4.221.989,61	R\$ 28.421.911,57	n/a	R\$ 32.643.901,18

(1) Verbas rescisórias e gratificações adicionais de contratações realizadas.

\* Conforme descrito no item 13.1 deste Formulário de Referência, a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado. Contudo, a Companhia conta com o Comitê de Auditoria e a remuneração paga aos membros externos em 2012 totalizou R\$997.765,48, montante este não considerado na tabela acima.

#### **Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2011**

<u>Mês</u>	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria</u>
Jan	10	6
Fev	10	6
Mar	10	6
Abr	11	6
Mai	11	6
Jun	11	6
Jul	11	6
Ago	11	6
Set	11	5
Out	11	5
Nov	11	5
Dez	11	5
Total	129	68
<b>Média</b>	<b>10,75</b>	<b>5,67</b>

Ressaltamos que em relação ao incentivo de longo prazo (Plano de Opção), conforme deliberação do Conselho de Administração, a outorga de opções referente ao exercício social de 2010 ocorreu somente em janeiro de 2011, com efeitos sobre o exercício social de 2011.

Foi outorgado o total de 3.420.000 opções, ou seja, 0,17% do total de ações emitidas pela Companhia. O cálculo do preço justo da outorga das opções realizada em 2011 ("Programa de Opções BVMF 2010") considerou as variáveis de mercado à época da outorga refletindo valor final de preço justo equivalente a R\$ 4,50.

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2011</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal*</b>	<b>Total</b>
Número de membros	10,75	5,67	n/a	16,42
Remuneração fixa anual (em R\$)	R\$ 4.019.685,04	R\$ 5.171.880,30	n/a	R\$ 9.191.565,34
Salário ou pró-labore	R\$ 3.590.871,09	R\$ 4.561.959,75	n/a	R\$ 8.152.830,84
Benefícios diretos e indiretos	n/a	R\$ 609.920,55	n/a	R\$ 609.920,55
Remuneração por participação em Comitês	R\$ 428.813,95	n/a	n/a	R\$ 428.813,95
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável (em R\$)	n/a	R\$ 9.302.085,66	n/a	R\$ 9.302.085,66
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	R\$ 8.702.085,66	n/a	R\$ 8.702.085,66
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros (1)	n/a	R\$ 600.000,00	n/a	R\$ 600.000,00
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	R\$ 15.390.000,00	n/a	R\$ 15.390.000,00
Valor da remuneração	R\$ 4.019.685,04	R\$ 29.863.965,96	n/a	R\$ 33.883.651,00

(1) Verbas rescisórias e gratificações adicionais de contratações realizadas.

\* Conforme descrito no item 13.1 deste Formulário de Referência, a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado. Contudo, a Companhia conta com o Comitê de Auditoria e a remuneração paga aos membros externos em 2011 totalizou R\$973.513,44, montante este que não foi considerado na tabela acima.

A tabela abaixo apresentam informações sobre a remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia prevista para o exercício social de 2014, a qual está sujeita à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 24 de março de 2014. Tendo em vista que a remuneração variável de curto e médio prazo da Diretoria Estatutária (PLR) está vinculada ao alcance da meta global da Companhia estabelecida para o ano, as previsões constantes da tabela abaixo assumem um cenário de resultado provável e podem mudar em função da variação do Lucro Líquido Ajustado e da despesa da Companhia (base de determinação do *pool* do PLR). A título de exemplo, conforme regra descrita no item 13.1 "c" deste Formulário de Referência, caso o

resultado ao final do exercício atinja um patamar de 10% acima do Lucro Líquido Ajustado esperado, considerado o limite de despesa prevista no orçamento do exercício, o valor de remuneração variável de curto e médio prazo (PLR) será acrescido de R\$ 1.126.398,01, que é equivalente a um acréscimo de 10% no valor total estimado, observada a regra descrita no item 13.1 "c" acima.

Com relação ao incentivo de longo prazo (Plano de Opção), esclarecemos que, conforme deliberação do Conselho de Administração, as outorgas no âmbito do Plano de Opção do exercício social corrente sempre ocorrerão no início do exercício social do ano seguinte. Assim, a outorga de opções referente ao exercício social de 2013 ocorreu somente em janeiro de 2014, e, portanto, produzirá efeitos sobre o exercício social de 2014.

Assim como as outorgas relativas a 2011 e 2012, ocorreram duas outorgas de opções relativas ao exercício social de 2013, sendo uma por meio do "Programa de Opções BVMF 2013" e outra por meio do "Programa de Opções Adicionais BVMF 2013". A quantidade de opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção com efeito no exercício de 2014 para os Diretores Estatutários, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, abrangeu um total de 3.500.000 ações no "Programa de Opções BVMF 2013" que representam 0,18% do total de ações emitidas pela Companhia, e a estimativa de 1.875.320 ações no "Programa de Opções Adicionais BVMF 2013", considerando que a contrapartida do executivo por meio da aquisição de Ações Próprias, ocorra a um preço de R\$9,40 por ação, e assim, representam 0,09% do total de ações emitidas pela Companhia. O preço de exercício das opções dos referidos Programas foram fixados de acordo com as regras do Plano de Opção.

Vale ressaltar que o cálculo do preço justo da outorga do Programa de Opções BVMF 2013 e do Programa de Opções Adicionais BVMF 2013 considera as variáveis de mercado à época da outorga, bem como as características específicas de cada Programa, refletindo assim valor final de preço justo equivalente a R\$ 3,43 e R\$ 4,33, respectivamente, substancialmente menor se comparado ao preço justo das opções concedidas no âmbito do Programa de Opções BVMF 2012 e do Programa de Opções Adicionais BVMF 2012, descritos acima. Complementamos que o modelo de precificação não foi alterado e a variação decorre principalmente das variações na condição de mercado que ocorreram neste período, conforme mencionado nos itens 13.6 e 13.9 abaixo.

Foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de abril de 2013 a proposta de alteração do Plano de Opção, estabelecendo um mecanismo específico de outorga de opções para os membros do Conselho de Administração como incentivo de longo prazo. A outorga de opções aos membros do Conselho de Administração, referente ao exercício social de 2013 ocorreu em janeiro de 2014, e, portanto, produzirá efeitos sobre o exercício social de 2014.

<b>Exercício Social Corrente "Previsto para 2014"</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal*</b>	<b>Total</b>
Número de membros	11	5	n/a	16
Remuneração fixa anual (em R\$)	R\$ 5.966.971,74	R\$ 5.694.947,90	n/a	R\$ 11.661.919,64
Salário ou pró-labore	R\$ 4.975.937,94	R\$ 4.778.177,58	n/a	R\$ 9.754.115,52
Benefícios diretos e indiretos	n/a	R\$ 916.770,32	n/a	R\$ 916.770,32
Remuneração por participação em Comitês	R\$ 991.033,80	n/a	n/a	R\$ 991.033,80
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável (em R\$)	n/a	R\$ 11.263.980,66	n/a	R\$ 11.263.980,66
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	R\$ 11.263.980,66	n/a	R\$ 11.263.980,66
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	R\$ 983.400	R\$ 20.125.135,60	n/a	R\$ 21.108.535,60
Valor da remuneração	R\$ 6.950.371,74	R\$ 37.084.063,56	n/a	R\$ 44.034.435,60

\* Conforme descrito no item 13.1 deste Formulário de Referência, a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado. Contudo, a Companhia conta com o Comitê de Auditoria e a remuneração estimada para o exercício social de 2014, referente aos membros externos, totaliza R\$ 1.284.274,80, montante este não considerado na tabela acima.

### **13.3 Remuneração variável referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2013 e remuneração variável prevista para o exercício social corrente:**

Nossa política de remuneração variável para os membros da Diretoria baseia-se no conceito de múltiplos salariais, que variam de acordo com o nível de senioridade de cada cargo. Dentro de cada nível de cargos ocorre, ainda, uma diferenciação baseada em desempenho individual.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre a remuneração variável da Diretoria Estatutária da Companhia: (i) reconhecida no resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, considerando o número de membros de cada órgão aos quais foi efetivamente atribuída remuneração variável; e (ii) prevista para o exercício social corrente.

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2013</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número de membros	n/a	5	n/a	5
Bônus (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação no resultado (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	R\$ 9.569.329,99	n/a	R\$ 9.569.329,99
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	R\$ 11.578.889,28	n/a	R\$ 11.578.889,28
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	R\$ 10.526.262,98	n/a	R\$ 10.526.262,98
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	R\$ 9.415.708,92	n/a	R\$ 9.415.708,92

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2012</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número de membros	n/a	5	n/a	5
Bônus (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação no resultado (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	R\$ 9.072.748,56	n/a	R\$ 9.072.748,56
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	R\$ 10.978.025,75	n/a	R\$ 10.978.025,75
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	R\$ 9.980.023,41	n/a	R\$ 9.980.023,41
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	R\$ 8.827.692,36	n/a	R\$ 8.827.692,36

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2011</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número de membros	n/a	5,67	n/a	5,67
Bônus (em R\$)			n/a	

**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2011**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação no resultado (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	R\$ 8.668.042,47	n/a	R\$ 8.668.042,47
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	R\$ 10.488.331,39	n/a	R\$ 10.488.331,39
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	R\$ 9.534.846,72	n/a	R\$ 9.534.846,72
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	R\$ 8.702.085,66	n/a	R\$ 8.702.085,66

A tabela abaixo apresenta informações sobre a remuneração variável prevista para o exercício social de 2014. Tendo em vista que a remuneração variável de curto e médio prazo da Diretoria (PLR) está vinculada ao alcance da meta global da Companhia estabelecida para o ano, as previsões constantes da tabela abaixo assumem um cenário de resultado provável e podem mudar em função da variação do Lucro Líquido Ajustado da Companhia e da despesa orçada (base de determinação do *pool* do PLR).

Conforme regra descrita no item 13.1 (c) acima, o valor total da remuneração variável de curto e médio prazo que será paga aos administradores e funcionários da Companhia durante o exercício social de 2014 será calculado com base no Lucro Líquido Ajustado da Companhia, considerado o limite de despesa prevista no orçamento do exercício, efetivamente apurado e deverá representar aproximadamente 3,5% deste resultado.

Desse valor, uma parte será destinada à Diretoria Estatutária e sua distribuição deverá seguir regra de valor alvo por nível e diferenciação baseada no desempenho individual. Caso ocorra superação das despesas orçadas para o exercício, será aplicado um redutor no percentual do Lucro Líquido Ajustado acima citado na proporção de 5% a cada 1% excedente de despesa realizada versus a despesa orçada.

Com relação à previsão dos valores mínimo e máximo, ressaltamos que a distribuição de PLR, conforme as regras descritas acima, é diretamente afetada pelo Lucro Líquido Ajustado, considerado o limite de despesa prevista no orçamento do exercício de forma que: (i) caso não haja lucro líquido, o valor pago a título de PLR será zero; (ii) não há valor máximo previsto como um teto, devendo ser observadas as regras de distribuição descritas acima. Para fins da estimativa dos valores mínimo e máximo previstos na tabela abaixo, foi considerada obtenção do Lucro Líquido Ajustado em 10% abaixo e 10% acima, respectivamente, da meta estabelecida para fins do programa de PLR aprovada pelo Conselho de Administração.

**Exercício Social Corrente – “Previsto para 2014”**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número de membros	n/a	5	n/a	5
Bônus (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação no resultado (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	R\$ 10.137.582,05	n/a	R\$ 10.137.582,05
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	R\$ 12.390.378,06	n/a	R\$ 12.390.378,06

<b>Exercício Social Corrente – “Previsto para 2014”</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	R\$ 11.263.980,06	n/a	R\$ 11.263.980,06
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a

### **13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:**

#### **a. Termos e condições gerais**

A Companhia conta com um Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de maio de 2008 e posteriormente alterado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 18 de abril de 2011 e 15 de abril de 2013 (conforme definido no item 13.1(b)(i) acima, o Plano de Opção), pelo qual são elegíveis a receber opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia os administradores e gerentes da Companhia e de suas controladas e, em casos especiais, seus empregados e prestadores de serviços que sejam indicados pelo Diretor Presidente (“Beneficiários”).

O Plano de Opção delega amplos poderes ao Conselho de Administração para aprovar as outorgas de opções e administrá-las, por meio de Programas de Opção de Compra de Ações (“Programas de Opção”), os quais devem definir, entre outras condições específicas: (i) os respectivos Beneficiários; (ii) o número total de ações da Companhia objeto de outorga; (iii) a divisão da outorga em lotes, se for o caso; (iv) o preço de exercício; (v) o prazo de carência e o prazo para o exercício da opção; (vi) eventuais restrições à transferência das ações recebidas pelo exercício da opção; e (vii) eventuais disposições sobre penalidades.

O Plano de Opção também permite que o Conselho de Administração aprove a outorga de opções com condições diferenciadas a determinados Beneficiários (“Opções Adicionais”). A outorga ou o exercício das Opções Adicionais deverão ser necessariamente condicionados: (i) à aquisição pelo Beneficiário de ações de emissão da Companhia, mediante o uso de recursos próprios e nos percentuais, termos e condições definidos em cada Programa de Opção (“Ações Próprias”); e (ii) à observância de um período de restrição à alienação das Ações Próprias (“Lock-up”).

Os poderes do Conselho de Administração podem ser delegados ao Comitê de Remuneração. Atualmente, o Conselho de Administração conta com a assessoria do Comitê de Remuneração para a definição das condições das outorgas, nos termos da competência estatutária deste comitê.

Ainda, o Plano de Opção prevê que cada Programa de Opção pode estabelecer, a critério do Conselho de Administração (que conta com a assessoria do Comitê de Remuneração para a formulação das correspondentes propostas) e, ouvido o Diretor Presidente, um percentual de acréscimo ao número base de opções outorgadas a cada Beneficiário, com base no alcance de metas globais e/ou individuais de desempenho, respeitado o total de opções destinadas à outorga no respectivo Programa de Opção.

Quando do lançamento de cada Programa de Opção, o Conselho de Administração deve fixar os termos e as condições das opções outorgadas a cada Beneficiário em Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Contrato de Opção”) a ser celebrado entre a Companhia e cada Beneficiário. O Contrato de Opção deve definir, no mínimo, as seguintes condições:

- o número de ações que o Beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever com o exercício da opção e o preço por ação, de acordo com o Programa de Opção correspondente;
- o percentual de acréscimo do número base de opções outorgadas ao Beneficiário e os critérios para sua determinação, bem como o período de avaliação gerencial para determinação do mesmo;
- o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e as datas limite para o exercício total ou parcial da opção e em que os direitos decorrentes da opção expirarão;
- eventuais normas sobre quaisquer restrições à transferência das ações recebidas pelo exercício da opção, bem como das Ações Próprias e disposições sobre penalidades para o descumprimento destas restrições; e
- quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o Plano de Opção ou o respectivo Programa de Opção.

As ações decorrentes do exercício da opção terão os direitos estabelecidos no Plano de Opção, nos respectivos Programas e no Contrato de Opção, sendo certo que lhes será sempre assegurado o direito de perceber os dividendos que vierem a ser distribuídos a partir da subscrição ou aquisição, conforme o caso.

Os Programas e os Contratos de Opção estão sujeitos, ainda, às seguintes condições gerais:

- a) nenhuma ação será entregue ao Beneficiário em decorrência do exercício da opção a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas;
- b) nenhuma disposição do Plano de Opção, de qualquer Programa ou Contrato de Opção conferirá a qualquer Beneficiário direitos com respeito à permanência como administrador ou empregado da Companhia e não interferirá, de qualquer modo, com os direitos da Companhia de interromper, a qualquer tempo, o mandato do administrador ou o contrato de trabalho do empregado;
- c) as opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Opção, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração fixa ou eventual participação nos lucros;
- d) o Beneficiário não terá nenhum dos direitos e privilégios de acionista da Companhia, exceto aqueles a que se refere ao Plano de Opção, com respeito às opções objeto do Contrato de Opção; e
- e) o Beneficiário somente terá os direitos e privilégios inerentes à condição de acionista a partir do momento da subscrição ou aquisição efetiva das ações decorrentes do exercício das opções.

O Plano de Opção prevê, ainda, um mecanismo específico de outorga de opções para os membros do Conselho de Administração, por meio do qual: (i) são elegíveis para participar das outorgas, os membros do Conselho de Administração a partir da data assembleia geral que os eleger para o cargo, ou outro prazo que esta venha a fixar; (ii) os Beneficiários membros do Conselho de Administração poderão receber anualmente, em conjunto, um total de até 330.000 opções, que serão distribuídas linearmente entre os membros do Conselho de Administração, conforme deliberação em assembleia geral; (iii) as opções outorgadas aos membros do Conselho de Administração serão outorgadas em lote único nas mesmas datas que ocorrerem as outorgas para outros beneficiários; (iv) o Beneficiário poderá exercer seu direito após 2 (dois) anos, a contar do término de seu mandato como membro do Conselho de Administração; (v) as opções deverão ser exercidas no prazo máximo de 5 anos, a contar da data em que as opções outorgadas ao Beneficiário tornaram-se exercíveis; (vi) no caso de destituição do Beneficiário membro do Conselho de Administração por violação de seus deveres e atribuições, conforme a legislação civil ou motivo equivalente à justa causa na legislação trabalhista, caducarão sem indenização todas as opções não exercidas, tendo ou não decorrido os prazos de carência; e (vii) no caso de renúncia do Beneficiário membro do Conselho de Administração, todas as opções não exercidas até a data da renúncia poderão ser exercidas pelo respectivo Beneficiário, com exceção das opções outorgadas no ano do mandato em que ocorrer a renúncia, observando-se os respectivos prazos para exercício.

Já ocorreram dez outorgas de opções no âmbito do Plano de Opção. Uma outorga aos membros do Conselho de Administração correspondente ao mandato de 2013 e nove pelos Programas de Opção aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam, "Programa de Opções BVMF 2008", "Programa de Opções BVMF 2009", "Programa de Opções BVMF 2010", "Programa de Opções BVMF 2011", "Programa de Opções Adicionais BVMF 2011", "Programa de Opções BVMF 2012", "Programa de Opções Adicionais BVMF 2012", "Programa de Opções BVMF 2013" e "Programa de Opções Adicionais BVMF 2013". As condições dos Programas aprovados encontram-se descritas em maior detalhe nos subitens abaixo.

Por fim, vale notar novamente que, conforme deliberação do Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2010, as outorgas de opções referentes ao exercício social corrente sempre ocorrerão no início do exercício social seguinte. Assim, a outorga de opções referente ao exercício social de 2010 ocorreu somente em janeiro de 2011, com efeitos sobre o exercício social de 2011, a outorga de opções referente ao exercício social de 2011 ocorreu somente em janeiro de 2012, com efeitos sobre o exercício social de 2012, a outorga de opções referente ao exercício social de 2012 ocorreu somente em janeiro de 2013, com efeitos sobre o exercício social de 2013 e a outorga das opções referente ao exercício social de 2013 ocorreu em janeiro de 2014, com efeitos sobre o exercício social de 2014.

#### ***b. Principais objetivos do plano***

O objetivo do Plano de Opção, instituído nos termos do artigo 168, § 3º, da Lei das S.A., é conceder aos administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia e de suas sociedades controladas diretas ou indiretas, a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia. Dessa forma, pretende-se obter um maior alinhamento dos interesses de tais administradores, empregados e prestadores de serviços com os interesses dos acionistas da Companhia, bem como possibilitar à Companhia e às suas controladas atrair e manter vinculados a elas administradores, empregados e prestadores de serviços.

#### ***c. Forma como o plano contribui para esses objetivos***

O objetivo de promover um maior alinhamento de interesses é obtido pelo oferecimento da oportunidade aos administradores, empregados e prestadores de serviços para que se tornem acionistas da Companhia. Nesse sentido, é importante notar que as outorgas são formatadas de maneira que os Beneficiários apenas possam

auferir um possível ganho num horizonte de longo prazo, na medida em que as ações de emissão da Companhia se valorizem. Assim, busca-se permitir que os administradores e empregados contemplados pelo Plano de Opção, comprometam-se com os objetivos de longo prazo da Companhia e com a geração de valor neste período.

Ademais, a necessidade de que o Beneficiário permaneça vinculado à Companhia para que possa no futuro exercer suas opções visa à retenção de talentos no quadro de pessoal-chave da Companhia. Em suma, a possibilidade de ganhos futuros condicionados à permanência do Beneficiário deverá contribuir para a manutenção da posição do participante na Companhia no longo prazo.

No caso específico do Programa de Opções Adicionais, ainda há um compromisso de aquisição, pelo Beneficiário, de ações da Companhia e manutenção das Ações Próprias como condição para a efetiva outorga e posterior exercício das opções. Nesta situação, há um alinhamento mais intenso dos interesses do Beneficiário e da Companhia, que se tornam ainda mais comprometidos com os resultados de longo prazo. Dado que o referido Programa destina-se a um grupo chave na organização e conta com uma obrigação de contrapartida aliada a um período maior de *vesting*, reforçamos também o efeito de retenção de profissionais críticos para a geração de valor no curto, médio e longo prazo.

***d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia***

O Plano de Opção se insere na política de remuneração como incentivo de longo prazo, contribuindo na composição do total da remuneração dos administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia. E, nesse sentido, insere-se nos objetivos da política de remuneração de alinhar os objetivos individuais aos objetivos da Companhia, uma vez que os Beneficiários têm um incentivo adicional para adotar condutas que, no longo prazo, gerem valor agregado para a Companhia. O incentivo baseia-se na possibilidade de ganhos decorrentes da valorização das ações de emissão da Companhia no mercado. Adicionalmente, as outorgas de opções, ao oferecerem a possibilidade de realização de ganho apenas mediante o comprometimento de longo prazo do Beneficiário, atuam como um instrumento de atração e retenção dos talentos da Companhia.

***e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo***

O Plano de Opção atrela níveis distintos de ganho em função de desempenho, o que constitui instrumento incentivador para o cumprimento das metas globais da Companhia e para a busca de ações de médio e longo prazo que gerem valor agregado para a Companhia e se reflitam na valorização de suas ações no mercado. Nesse sentido, os administradores são estimulados a buscar resultados sustentáveis que gerem valor para a Companhia ao longo do tempo. O Plano de Opção alinha os interesses de seus beneficiários com os interesses dos acionistas da Companhia, na medida em que possibilita que os administradores e empregados tornem-se acionistas da Companhia, estimulando uma gestão eficiente, atraindo e retendo os profissionais altamente qualificados e gerando crescimento e valor para a Companhia. Os mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos Beneficiários ao longo do tempo incluem, por exemplo, os prazos de carência durante os quais as opções não podem ser exercidas e os prazos finais para exercício das opções. A divisão das opções em lotes, com exercício ao longo do tempo, serve como estímulo para a retenção do profissional durante tais prazos, permitindo que vá se tornando acionista da Companhia com participação progressivamente maior e que possa auferir um ganho que será tanto maior quanto mais tempo fique na Companhia.

Reforçando ainda mais o alinhamento dos administradores com os da Companhia, foi implementado novo Programa de Opções Adicionais, que no caso específico, prevê também o compromisso de aquisição, pelo Beneficiário de tal Programa, de ações da Companhia e manutenção das Ações Próprias como condição para a efetiva outorga e posterior exercício das opções. Nesta situação, há um alinhamento mais intenso dos interesses do Beneficiário e da Companhia, tendo em vista que aqueles se tornam ainda mais comprometidos com os resultados de longo prazo. Dado que o Programa supracitado destina-se a um grupo chave na organização e conta com uma obrigação de contrapartida aliada a um período maior de *vesting*, reforçamos também o efeito de retenção de profissionais críticos para a geração de valor no curto, médio e longo prazo.

***f. Número máximo de ações abrangidas***

O Plano de Opção prevê que as opções outorgadas não poderão abranger mais do que o limite máximo de ações representativas de até 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do capital social da Companhia na respectiva data de outorga. Tomando como base a quantidade de ações emitidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2013, o total de ações abrangidas pelo Plano de Opção poderá ser de até 49.500.000 ações.

***g. Número máximo de opções a serem outorgadas***

Conforme mencionado no item "f" acima, o Plano de Opção, prevê que as opções outorgadas não poderão

abranger mais do que o limite máximo de ações representativas de até 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do capital social da Companhia na respectiva data de sua outorga. Tomando como base a quantidade de ações emitidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2013, o total de opções abrangidas pelo Plano de Opção poderá ser de até 49.500.000 opções de compra de ações da Companhia.

#### ***h. Condições de aquisição de ações***

Conforme mencionado no item 13.4 (a) acima, as regras do Plano de Opção determinam que o Conselho de Administração ou o Comitê de Remuneração, conforme o caso, criarão, periodicamente, os Programas de Opção, onde serão definidos, entre outras condições específicas: (i) os Beneficiários; (ii) o número total de ações da Companhia objeto de outorga; (iii) a divisão da outorga em lotes, se for o caso; (iv) o preço de exercício; (v) o prazo de carência e o prazo para o exercício da opção; (vi) eventuais restrições à transferência das ações recebidas pelo exercício da opção; e (vii) eventuais disposições sobre penalidades.

O Plano permite também que o Conselho de Administração outorgue opções com condições diferenciadas a determinados Beneficiários, as denominadas Opções Adicionais, conforme definido no item 13.4(a) acima. A outorga ou o exercício das Opções Adicionais deverão ser necessariamente condicionados: (i) à aquisição pelo Beneficiário de Ações Próprias; e (ii) à observância de um período de Lock-up. Cada Programa poderá também estabelecer, a critério do Conselho de Administração ou Comitê de Remuneração, conforme o caso, ouvido o Diretor Presidente, um percentual de acréscimo do número base de opções outorgadas a cada Beneficiário, com base em atendimento de metas globais e/ou individuais, respeitados os limites previstos no Plano. Para outras informações sobre as condições para aquisição de ações no âmbito do Plano de Opção e respectivos Programas, vide especialmente os subitens (a), (i) e (j) deste item 13.4.

Vale ressaltar novamente que, conforme modificação aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de abril de 2013, o Plano de Opção estabeleceu um mecanismo específico de outorga de opções para os membros do Conselho de Administração, visando o mais alto nível de transparência quanto à realização de outorgas a membros do Conselho de Administração, onde: (i) os membros do Conselho de Administração a partir da data assembleia geral que os eleger para o cargo, ou outro prazo que esta venha a fixar, serão elegíveis para serem Beneficiários; (ii) os Beneficiários membros do Conselho de Administração poderão receber anualmente, em conjunto, um total de até 330.000 opções, que serão distribuídas linearmente entre os membros do Conselho de Administração, conforme deliberação em assembleia geral; (iii) as opções outorgadas aos membros do Conselho de Administração serão outorgadas em lote único nas mesmas datas que ocorrerem as outorgas para outros Beneficiários; (iv) o Beneficiário membro do Conselho de Administração poderá exercer seu direito após 2 (dois) anos, a contar do término de seu mandato; (v) as opções deverão ser exercidas no prazo máximo de 5 (cinco) anos, a contar da data em que as opções outorgadas ao Beneficiário tornaram-se exercíveis; (vi) no caso de destituição do Beneficiário membro do Conselho de Administração por violação de seus deveres e atribuições, conforme a legislação civil ou motivo equivalente à justa causa na legislação trabalhista caducarão sem indenização todas as opções não exercidas, tendo ou não decorrido os prazos de carência; e (vii) no caso de renúncia do Beneficiário membro do Conselho de Administração, todas as opções não exercidas até a data da renúncia poderão ser exercidas, com exceção das opções outorgadas no ano do mandato em que ocorrer a renúncia, observando-se os respectivos prazos para exercício.

#### ***i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício***

O Plano de Opção estabelece, como regra geral, que o preço de exercício das opções corresponde à média do preço de fechamento das ações de emissão da Companhia nos últimos vinte pregões anteriores à data de outorga da opção. O Conselho de Administração poderá determinar, quando do lançamento de cada Programa de Opção, que seja concedido aos Beneficiários um desconto de até 20% na fixação do preço de exercício da opção, incidente sobre o valor básico determinado na forma acima descrita. A concessão de desconto em determinado Programa de Opção não obrigará a concessão de desconto, ou do mesmo percentual de desconto, nos Programas de Opção posteriores. Entre os Programas de Opção já lançados não houve a aplicação de nenhum desconto para o "Programa de Opções BVMF 2008", "Programa de Opções BVMF 2009", "Programa de Opções BVMF 2010" e "Programa de Opções BVMF 2011". Para o "Programa de Opções BVMF 2012" e o "Programa de Opções BVMF 2013", o Conselho de Administração concedeu o desconto de 20% sobre a média do preço de fechamento das ações de emissão da Companhia nos últimos vinte pregões anteriores à data de outorga da opção.

No caso específico do Programa de Opções Adicionais, o desconto sobre o preço de exercício das Opções Adicionais pode ser maior do que 20%, e fixado a critério do Conselho de Administração ou do Comitê de Remuneração, conforme o caso, desde que sejam observadas no âmbito do Programa de Opção as seguintes condições: (i) aquisição pelo Beneficiário de Ações Próprias; e (ii) observância de um período de Lock-up. No caso específico do "Programa de Opções Adicionais BVMF 2011", do "Programa de Opções Adicionais BVMF 2012" e do "Programa de Opções Adicionais BVMF 2013", o desconto aplicado foi de 50% sobre a média do preço de fechamento das ações de emissão da Companhia nos últimos vinte pregões anteriores à data de outorga da opção.

No caso da outorga específica ao Conselho de Administração, o preço de exercício é, conforme regra do Plano de Opção, correspondente à média do preço de fechamento das ações de emissão da Companhia nos últimos vinte pregões anteriores à data de outorga da opção, sem a concessão de nenhum desconto. A data de outorga neste caso observará a mesma data de outorga dos outros Programas de Opção.

#### ***j. Critérios para fixação do prazo de exercício***

As regras do Plano de Opção estabelecem que as opções poderão ser exercidas total ou parcialmente durante os prazos e nos períodos fixados em cada Programa de Opção e nos respectivos Contratos de Opção, a critério do Conselho de Administração ou Comitê de Remuneração, conforme o caso. Em qualquer caso, na determinação de tais prazos, tais órgãos devem considerar o atendimento aos objetivos do Plano de Opção, de forma que tais prazos tenham em vista o horizonte de médio e longo prazo, focando no alinhamento de interesses e na retenção de talentos.

Com relação aos Programas de Opção atualmente existentes, exceto os Programas de Opções Adicionais os Beneficiários poderão exercer as opções efetivamente outorgadas à razão de ¼ ao ano.

Para o "Programa de Opções BVMF 2013", os prazos de exercício são os seguintes: (i) ¼ a partir de 02 de janeiro de 2015; (ii) ¼ a partir de 02 de janeiro de 2016; (iii) ¼ a partir de 02 de janeiro de 2017; e (iv) ¼ a partir de 02 de janeiro de 2018. Para o "Programa de Opções BVMF 2012", os prazos de exercício são os seguintes: (i) ¼ a partir de 02 de janeiro de 2014; (ii) ¼ a partir de 02 de janeiro de 2015; (iii) ¼ a partir de 02 de janeiro de 2016; e (iv) ¼ a partir de 02 de janeiro de 2017. Para o "Programa de Opções BVMF 2011", os prazos de exercício são os seguintes: (i) ¼ a partir de 02 de janeiro de 2013; (ii) ¼ a partir de 02 de janeiro de 2014; (iii) ¼ a partir de 02 de janeiro de 2015; e (iv) ¼ a partir de 02 de janeiro de 2016. Para o "Programa de Opções BVMF 2010", os prazos de exercício são os seguintes: (i) ¼ a partir de 03 de janeiro de 2011; (ii) ¼ a partir de 03 de janeiro de 2012; (iii) ¼ a partir de 03 de janeiro de 2013; e (iv) ¼ a partir de 03 de janeiro de 2014. Para o "Programa de Opções BVMF 2009", os prazos de exercício são os seguintes: (i) ¼ a partir de 30 de dezembro de 2009; (ii) ¼ a partir de 30 de dezembro de 2010; (iii) ¼ a partir de 30 de dezembro de 2011; e (iv) ¼ a partir de 30 de dezembro de 2012. Para o "Programa de Opções BVMF 2008", os prazos de exercício são os seguintes: (i) ¼ a partir de 30 de junho de 2009; (ii) ¼ a partir de 30 de junho de 2010; (iii) ¼ a partir de 30 de junho de 2011; e (iv) ¼ a partir de 30 de junho de 2012.

As condições dos Programas de Opção ainda preveem que a opção poderá ser exercida após o vencimento de cada período de carência, limitado ao prazo máximo de sete anos a partir do primeiro período de carência.

No caso específico do Programa de Opções Adicionais, cujo objetivo pautou-se na criação de mecanismo de retenção dos profissionais chave da organização, há um período de carência maior. Para o "Programa de Opções Adicionais BVMF 2013", os prazos de exercício são os seguintes: (i) ½ a partir de 02 de janeiro de 2017 e (ii) ½ a partir de 02 de janeiro de 2019. Para o "Programa de Opções Adicionais BVMF 2012", os prazos de exercício são os seguintes: (i) ½ a partir de 02 de janeiro de 2016 e (ii) ½ a partir de 02 de janeiro de 2018. Para o "Programa de Opções Adicionais BVMF 2011", os prazos de exercício são os seguintes: (i) ½ a partir de 02 de janeiro de 2015 e (ii) ½ a partir de 02 de janeiro de 2017. Estes Programas de Opção preveem ainda que a opção poderá ser exercida após o vencimento de cada período de carência, limitado ao prazo máximo de exercício de sete anos a partir da data de outorga.

O exercício das Opções Adicionais será necessariamente condicionado: (i) à aquisição pelo Beneficiário de Ações Próprias; e (ii) à observância de um período de Lock-up.

Conforme já mencionado acima, o Plano de Opção estabelece um mecanismo específico de outorga de opções para os membros do Conselho de Administração. As opções outorgadas aos membros do Conselho de Administração serão outorgadas em lote único nas mesmas datas que ocorrerem as outorgas para outros Beneficiários e poderão exercer seu direito após 2 (dois) anos, a contar do término de seu mandato como membro do Conselho de Administração, ainda, as opções deverão ser exercidas no prazo máximo de 5 (cinco) anos, a contar da data em que as opções outorgadas tornaram-se exercíveis.

Cumprido o prazo de carência, e exigências específicas de cada Programa de Opção, a opção poderá ser exercida total ou parcialmente. Se a opção for exercida parcialmente, o titular poderá exercer o remanescente dentro dos prazos já estipulados. A opção não exercida nos prazos e condições estipulados nos respectivos Programas de Opção será considerada automaticamente extinta, sem direito à indenização.

#### ***k. Forma de liquidação***

Os Beneficiários que desejarem exercer as opções efetivamente outorgadas deverão comunicar à Companhia, por

escrito, mediante envio de "Notificação de Exercício". Referida notificação deverá indicar a quantidade de ações que o Beneficiário pretende comprar. A Notificação de Exercício somente será considerada válida e eficaz se entregue nos prazos fixados pela Companhia, tendo em vista a necessidade de programação para tornar disponíveis as ações para aquisição nos termos dos Programas de Opção. Ao receber a comunicação, cabe à Companhia informar ao Beneficiário o preço de exercício e cabe à administração da Companhia tomar as providências necessárias para formalizar a aquisição das ações e exercício das opções. O preço de exercício da opção será pago pelos Beneficiários na forma estipulada pelo Conselho de Administração ou Comitê de Remuneração, conforme o caso.

Exercida a opção, a Companhia, o Beneficiário e eventuais outras partes envolvidas deverão firmar os documentos necessários para tornar efetiva a aquisição das ações, observadas as formalidades previstas em lei e no Estatuto Social da Companhia, bem como as restrições de negociação de ações previstas na lei e na regulamentação em vigor. As ações gozarão dos mesmos direitos conferidos às demais ações de igual espécie emitidas pela Companhia.

A Companhia poderá determinar a suspensão temporária do direito ao exercício da opção sempre que se verificarem situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte do Beneficiário. O preço de exercício da opção será pago à vista pelo Beneficiário. Nenhuma ação será entregue ao Beneficiário em decorrência do exercício da opção a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

#### ***l. Restrições à transferência das ações***

O Plano de Opção atribui ao Conselho de Administração ou ao Comitê de Remuneração, conforme o caso, competência para estabelecer um período de indisponibilidade durante o qual o Beneficiário não poderá vender, transferir ou, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia adquiridas no âmbito do Plano de Opção, bem como aquelas que venham a ser por ele adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição que não envolva o desembolso de recursos próprios adicionais do Beneficiário, ou valores mobiliários que deem direito à subscrição ou aquisição de ações, caso tais ações ou valores mobiliários sejam resultantes da propriedade de ações objeto do Plano de Opção. Tal período de indisponibilidade nunca será superior a dois anos contados da data da outorga da opção.

Não obstante, o Beneficiário poderá alienar, a qualquer tempo, o número de ações necessário para realizar o pagamento da totalidade ou da parcela mínima de realização (se admitida essa forma de integralização a prazo), do preço de exercício de opções exercidas.

Caso venha a ser admitida a integralização a prazo do preço de exercício, enquanto o referido preço de exercício não for pago integralmente, as ações adquiridas mediante o exercício da opção nos termos do Plano de Opção não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Conselho de Administração ou por proposta do Comitê de Remuneração, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação do débito do Beneficiário para com a Companhia.

No caso específico do Programa de Opções Adicionais, o Beneficiário somente poderá vender, transferir ou, de qualquer forma, alienar as Ações Próprias, bem como aquelas que venham a ser por ele adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos ou qualquer outra forma de aquisição que não envolva o desembolso de recursos próprios adicionais do Beneficiário, ou valores mobiliários que deem direito à subscrição ou aquisição de ações, desde que tais ações ou valores mobiliários tenham decorrido para tal Beneficiário da propriedade das Ações Próprias, se atendido o período mínimo de indisponibilidade eventualmente estabelecido, a critério do Conselho de Administração ou do Comitê de Remuneração, em cada Programa de Opção, o qual deverá ser coincidente e proporcional aos momentos de exercício das Opções Adicionais, de forma que a alienação das Ações Próprias apenas possa ocorrer de forma proporcional e se as ações decorrentes do exercício das Opções Adicionais já tiverem sido adquiridas.

Salvo decisão específica em contrário do Conselho de Administração ou do Comitê de Remuneração, conforme o caso, se o Beneficiário alienar Ações Próprias, ou dispuser de qualquer forma, enquanto não decorrido o período de carência, caducarão, sem direito a indenização, todas as opções ainda não exercidas, estejam elas livres para exercício ou não.

Adicionalmente, o Beneficiário se obriga a não onerar as ações não totalmente integralizadas, bem como as ações adquiridas por meio do exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção e/ou as Ações Próprias, se sujeitas a período de indisponibilidade, e a não instituir sobre elas qualquer gravame que possa impedir a execução do disposto no Plano de Opção.

#### ***m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção***

## ***do plano***

O Plano de Opção pode ser extinto a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sem prejuízo da prevalência das restrições à negociabilidade das ações, e sem alteração dos direitos e obrigações de qualquer acordo existente sobre opção de compra em vigor.

Adicionalmente, na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia após a qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, as opções concedidas pela Companhia, a critério do Conselho de Administração ou por proposta do Comitê de Remuneração, conforme o caso, poderão ser transferidas para a Companhia sucessora ou terão seus prazos de carência antecipados, por determinado prazo, para que possam ser exercidas pelos respectivos Beneficiários. Após o referido prazo, o Plano de Opção terminará e as opções não exercidas caducarão sem direito à indenização. Os Beneficiários serão comunicados com razoável antecedência sobre a ocorrência de qualquer dos eventos referidos acima, para que possam, a seu exclusivo critério e conforme prazo determinado pelo Conselho de Administração ou por proposta do Comitê de Remuneração, conforme o caso, exercer suas opções.

### ***n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações***

No caso de destituição do mandato por violação dos deveres e atribuições de administrador ou demissão por justa causa, ou ainda rescisão do contrato de prestação de serviços por justa causa, conforme a legislação civil ou trabalhista, caducarão sem indenização todas as opções não exercidas, tendo ou não decorrido o seu respectivo prazo de carência.

Salvo decisão em contrário do Conselho de Administração ou do Comitê de Remuneração, conforme o caso, ou, por delegação destes, do Diretor Presidente, na hipótese de término da relação do Beneficiário com a Companhia em razão de destituição ou renúncia ao mandato de administrador, por demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços sem justa causa, ou ainda por desligamento voluntário: (i) as opções já liberadas do prazo de carência poderão ser exercidas no prazo máximo de noventa dias contados do evento que originou o término da relação com a Companhia, respeitado o prazo máximo de exercício fixado no respectivo Programa de Opção; e (ii) as opções cujo prazo de carência não tiver decorrido caducarão, sem direito a indenização.

Caso o Beneficiário venha a falecer ou tornar-se permanentemente inválido para o exercício de sua função na Companhia enquanto administrador ou empregado, os direitos decorrentes das opções poderão ser exercidos, conforme o caso, pelo próprio Beneficiário ou por seus herdeiros e sucessores, tendo ou não decorrido os prazos iniciais de carência, por um período de um ano a contar da data do óbito ou invalidez permanente, após o qual estarão extintos, sem direito a indenização. Nessas hipóteses, a opção poderá ser exercida no todo ou em parte, com pagamento à vista, partilhando-se entre os herdeiros ou sucessores do direito às ações, na forma de disposição testamentária ou conforme estabelecido no inventário respectivo. As ações que vierem a ser subscritas por Beneficiário que seja inválido, seus herdeiros ou sucessores estarão livres e desembaraçados para venda de tais ações a qualquer momento.

As disposições acima aplicam-se também em caso de aposentadoria do Beneficiário, desde que tal Beneficiário comprometa-se a não prestar serviços, com ou sem vínculo empregatício, a empresas e instituições que, mesmo de forma indireta, atuem em mercados coincidentes ao da Companhia, durante, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias.

Nenhuma disposição do Plano de Opção, de qualquer Programa ou Contrato de Opção conferirá a qualquer Beneficiário direitos relativos à permanência como administrador ou empregado da Companhia e não interferirá, de qualquer modo, com os direitos da Companhia de interromper, a qualquer tempo, o mandato do administrador ou o contrato de trabalho do empregado.

Adicionalmente, em caso de destituição do Beneficiário membro do Conselho de Administração por violação de seus deveres e atribuições, conforme a legislação civil ou motivo equivalente à justa causa na legislação trabalhista, caducarão sem indenização todas as opções não exercidas, tendo ou não decorrido os prazos de carência. No caso de renúncia do Beneficiário membro do Conselho de Administração, todas as opções não exercidas até a data da renúncia poderão ser exercidas por tal Beneficiário, com exceção das opções outorgadas no ano do mandato em que ocorrer a renúncia, observando-se os respectivos prazos para exercício.

**13.5 Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.**

<b>2013</b>		
<b>Acionista</b>	<b>Ações da Companhia</b>	<b>(%)</b>
Conselho de Administração	126.697	0,006 %
Diretoria	2.982.749	0,151 %
Conselho Fiscal	n/a	n/a
<b>Total</b>	<b>3.109.446</b>	<b>0,157 %</b>

**13.6 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2013, e remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária**<sup>10</sup>

As tabelas abaixo apresentam informações sobre a remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária da Companhia: (i) reconhecida no resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, considerando o número de membros de cada órgão aos quais foi efetivamente atribuída remuneração baseada em ações; e (ii) prevista para o exercício social corrente.

Ressaltamos que em relação ao incentivo de longo prazo (Plano de Opção), conforme deliberação do Conselho de Administração: (i) a outorga de opções referente ao exercício social de 2013 ocorreu somente em janeiro de 2014, com efeitos sobre o exercício social de 2014; (ii) a outorga de opções referente ao exercício social de 2012 ocorreu somente em janeiro de 2013, com efeitos sobre o exercício social de 2013; (iii) a outorga de opções referente ao exercício social de 2011 ocorreu somente em janeiro de 2012, com efeitos sobre o exercício social de 2012; e (iv) a outorga de opções referente ao exercício social de 2010 ocorreu somente em janeiro de 2011, com efeitos sobre o exercício social de 2011.

Destacamos que não ocorreram outorgas aos membros do Conselho de Administração nos exercícios sociais anteriores ao de 2013, sendo que a outorga referente a esse exercício social ocorreu somente em janeiro de 2014, com efeitos sobre o exercício social de 2014.

**Exercício Social encerrado em 31 de Dezembro de 2013**

órgão	Diretoria Estatutária				
	5 <sup>1</sup>				
número de membros					
em relação a cada outorga de opções de compra de ações: (Programa)	BVMF - 2010	BVMF - 2011	BVMF AD - 2011	BVMF - 2012	BVMF AD - 2012
I. data de outorga:	03/01/2011	02/01/2012	02/01/2012	02/01/2013	02/01/2013
II. quantidade de opções outorgadas:	3.420.000	3.250.000	1.337.170	3.300.000	1.001.185
III. prazo para que as opções se tornem exercíveis (data/quantidade):					
jan-14	285.000	406.250		825.000	
jan-15		270.833	222.862		
jan-16		203.125			166.864
jan-17			133.717		
IV. prazo máximo para exercício das opções:	03/01/2018	02/01/2020	02/01/2019	02/01/2021	02/01/2020
V. prazo de restrição à transferência das ações:	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
VI. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:					
- em aberto no início do exercício social	12,91	10,07	5,04	10,78	6,74
- perdas durante o exercício social	12,91	10,07	5,04	10,78	6,74

- exercidas durante o exercício social	12,91	10,07	5,04	10,78	6,74
- expiradas durante o exercício social	12,91	10,07	5,04	10,78	6,74
VII. valor justo das opções na data de outorga:	4,50	2,79	4,19	5,55	6,98
VIII. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas:	0,17%	0,16%	0,07%	0,17%	0,07%

Obs: (1) Não foi considerada a média anual de membros que ocuparam cargo na Diretoria e sim a quantidade de membros a quem foi atribuída remuneração baseada em ações reconhecida no resultado da Companhia neste exercício social.

#### Exercício Social encerrado em dezembro de 2012

órgão	Diretoria estatutária			
número de membros	5 <sup>1</sup>			
em relação a cada outorga de opções de compra de ações: (Programa)	BVMF - 2009	BVMF - 2010	BVMF - 2011	BVMF AD - 2011
I. data de outorga:	01/03/2009	03/01/2011	02/01/2012	02/01/2012
II. quantidade de opções outorgadas:	2.490.000	3.420.000	3.250.000	1.337.170
III. prazo para que as opções se tornem exercíveis (data/quantidade):				
dez-12	207.500			
jan-13		427.500	812.500	
jan-14		285.000	406.250	
jan-15			270.833	222.862
jan-16			203.125	
jan-17				133.717
IV. prazo máximo para exercício das opções:	30/12/2016	03/01/2018	02/01/2020	02/01/2019
V. prazo de restrição à transferência das ações:	n/a	n/a	n/a	n/a
VI. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:				
- em aberto no início do exercício social	6,6	12,91	10,07	5,04
- perdas durante o exercício social	6,6	12,91	10,07	5,04
- exercidas durante o exercício social	6,6	12,91	10,07	5,04
- expiradas durante o exercício social	6,6	12,91	10,07	5,04
VII. valor justo das opções na data de outorga:	2,93	4,50	2,79	4,19
VIII. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas:	0,12%	0,17%	0,16%	0,07%

Obs: (1) Não foi considerada a média anual de membros que ocuparam cargo na Diretoria e sim a quantidade de membros a quem foi atribuída remuneração baseada em ações reconhecida no resultado da Companhia neste exercício social.

#### Exercício Social encerrado em Dezembro de 2011

órgão	Diretoria estatutária	
número de membros	5 <sup>1</sup>	
em relação a cada outorga de opções de compra de ações: (Programa)	BVMF - 2009	BVMF - 2010
I. data de outorga:	01/03/2009	03/01/2011
II. quantidade de opções outorgadas:	2.490.000	3.420.000
III. prazo para que as opções se tornem exercíveis (data/quantidade):		

	dez-11	311.250	
	dez-12	207.500	
	jan-11		855.000
	jan-12		855.000
	jan-13		427.500
	jan-14		285.000
IV.	prazo máximo para exercício das opções:	30/12/2016	03/01/2018
V.	prazo de restrição à transferência das ações:	n/a	n/a
VI. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:			
	- em aberto no início do exercício social	6,6	12,91
	- perdas durante o exercício social	6,6	12,91
	- exercidas durante o exercício social	6,6	12,91
	- expiradas durante o exercício social	6,6	12,91
VII.	valor justo das opções na data de outorga:	2,93	4,50
VIII.	diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas:	0,12%	0,17%

Obs: (1) Não foi considerada a média anual de membros que ocuparam cargo na Diretoria e sim a quantidade de membros a quem foi atribuída remuneração baseada em ações reconhecida no resultado da Companhia neste exercício social.

#### Exercício Social Corrente - Previsto para 2014

órgão	Diretoria Estatutária						Conselho de Administração	
	5						11	
número de membros	5						11	
em relação a cada outorga de opções de compra de ações: (Programa)	BVMF - 2011	BVMF AD - 2011	BVMF - 2012	BVMF AD - 2012	BVMF - 2013	BVMF AD - 2013	CA - 2013	
I. data de outorga:	02/01/2012	02/01/2012	02/01/2013	02/01/2013	02/01/2014	02/01/2014	02/01/2014	
II. quantidade de opções outorgadas:	3.250.000	1.337.170	3.300.000	1.001.185	3.500.000	1.875.320	330.000	
III. prazo para que as opções se tornem exercíveis (data/quantidade):								
	jan-15	270.833	222.862	825.000		875.000		
	jan-16	203.125			166.864			
	jan-17		133.717			312.553		
	abr-17						99.000	
IV. prazo máximo para exercício das opções:	02/01/2020	02/01/2019	02/01/2021	02/01/2020	02/01/2022	02/01/2021	30/04/2022	
V. prazo de restrição à transferência das ações:	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	
VI. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:								
	- em aberto no início do exercício social	10,07	5,04	10,78	6,74	8,73	5,46	10,92
	- perdas durante o exercício social	10,07	5,04	10,78	6,74	8,73	5,46	10,92
	- exercidas durante o exercício social	10,07	5,04	10,78	6,74	8,73	5,46	10,92
	- expiradas durante o exercício social	10,07	5,04	10,78	6,74	8,73	5,46	10,92
VII. valor justo das opções na data de outorga:	2,79	4,19	5,55	6,98	3,43	4,33	2,98	
VIII. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas:	0,16%	0,07%	0,17%	0,07%	0,18%	0,09%	0,016%	

### 13.7 Opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

A tabela abaixo apresenta informações sobre as opções em aberto outorgadas aos membros da Diretoria Estatutária da Companhia ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, considerando o número de membros de cada órgão aos quais foi efetivamente atribuída remuneração variável.

Ressaltamos mais uma vez que em relação ao incentivo de longo prazo (Plano de Opção), conforme deliberação do Conselho de Administração, as outorgas do exercício social corrente sempre ocorrerão no início do exercício social seguinte. Assim, a outorga de opções referente ao exercício social de 2013 ocorreu somente em janeiro de 2014, com efeitos sobre o exercício social de 2014.

#### Exercício Social encerrado em 31 de Dezembro de 2013

órgão	Diretoria Estatutária				
número de membros	4				
Programa	BVMF - 2010	BVMF - 2011	BVMF AD - 2011	BVMF - 2012	BVMF AD - 2012
Opções ainda não exercíveis					
Quantidade	592.500	2.100.000	1.228.140	3.000.000	1.001.185
Data que as opções se tornarão exercíveis (data/quantidade):					
jan-14	592.500	700.000		750.000	
jan-15		700.000	614.072	750.000	
jan-16		700.000		750.000	500.593
jan-17			614.068	750.000	
jan-18					500.592
Prazo máximo para exercício das opções:	03/01/2018	02/01/2020	02/01/2019	02/01/2021	02/01/2020
Prazo de restrição à transferência das ações:	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado do exercício	12,91	10,07	5,04	10,78	6,74
Valor justo das opções no último dia do exercício social:	4,50	2,79	4,19	5,55	6,98
Opções exercíveis					
Quantidade	1.777.500	125.000	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções:	03/01/2018	02/01/2020	n/a	02/01/2021	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações:	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado do exercício	12,91	10,07	n/a	n/a	n/a
Valor justo das opções no último dia do exercício social:	4,50	2,79	n/a	n/a	n/a
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social:	4,50	2,79	4,19	5,55	6,98

### 13.8 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2013.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre as opções exercidas e ações entregues relativas ao incentivo de longo prazo da Diretoria Estatutária da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, considerando o número de membros de cada órgão que efetivamente exerceram opção e receberam ações.

---

**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2013**

---

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Total</b>
Número de membros	n/a	5	5
Opções exercidas			
Número de ações	n/a	1.607.500	1.607.500
Preço médio ponderado do exercício	n/a	R\$ 8,85	R\$ 8,85
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	R\$ 2.668.875,00	R\$ 2.668.875,00
Ações entregues	n/a	0	0
Número de ações	n/a	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	0	0
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n/a	0	0

---

---

**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2012**

---

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Total</b>
Número de membros	n/a	5	5
Opções exercidas			
Número de ações	n/a	170.000	170.000
Preço médio ponderado do exercício	n/a	R\$ 6,01	R\$ 6,01
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	R\$ 1.011.584,50	R\$ 1.011.584,50
Ações entregues	n/a	0	0
Número de ações	n/a	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	0	0
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n/a	0	0

---

---

**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2011**

---

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Total</b>
Número de membros	n/a	5,67	5,67
Opções exercidas			
Número de ações	n/a	497.500	497.500
Preço médio ponderado do exercício	n/a	R\$ 6,40	R\$ 6,40
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	R\$ 2.934.395,00	R\$ 2.934.395,00
Ações entregues	n/a	0	0
Número de ações	n/a	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	0	0
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n/a	0	0

---

**13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções****a. modelo de precificação**

A opção outorgada pela Companhia apresenta características do modelo europeu (exercício antecipado não permitido) até a data de *vesting* e características do modelo americano (possibilidade de exercício antecipado) entre a data de *vesting* e a data máxima para exercício. Opções com essas propriedades são denominadas opções do tipo Bermuda ou *Mid-Atlantic*, e seu preço deve, por construção, situar-se entre o preço de uma opção do modelo europeu e o preço de uma opção do modelo americano de características equivalentes. Com relação ao pagamento de dividendos, deve-se levar em conta dois efeitos sobre o preço da opção considerada: (i) a queda no

valor das ações após as suas datas ex-dividendos e; (ii) a influência desses pagamentos sobre a decisão de exercício antecipado.

Levando-se em conta os fatores acima descritos, foi empregado o modelo Binomial para a determinação do valor justo das opções outorgadas. Esse modelo apresenta resultados equivalentes aos do modelo de *Black & Scholes* para opções europeias simples, possuindo a vantagem de incorporar, conjuntamente, as características de exercício antecipado e de pagamento de dividendos associadas à opção em questão.

As principais premissas consideradas na precificação das opções estão descritas abaixo:

- a) As opções foram avaliadas considerando-se os parâmetros de mercado vigentes em cada uma das datas de outorga dos diferentes Programas de Opção;
- b) Para estimativa da taxa de juros livre de risco foram utilizados os contratos de juros futuros negociados para o prazo máximo de exercício de cada opção; e
- c) Como prazo de vencimento das opções foi considerado o prazo máximo de exercício das opções outorgadas em cada Programa de Opção.

Foram consideradas as demais premissas clássicas associadas aos modelos de precificação de opções, como inexistência de oportunidades de arbitragem e volatilidade constante ao longo do tempo.

Levando-se em conta os fatores acima descritos, foi empregado o modelo Binomial Hull para a determinação do valor justo das opções outorgadas. Esse modelo apresenta resultados equivalentes aos resultados do modelo de *Black & Scholes* para opções europeias simples, possuindo a vantagem de incorporar, conjuntamente, as características de exercício antecipado e de pagamento de dividendos associadas à opção em questão.

***b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco***

As principais premissas consideradas na precificação das opções foram:

- as opções foram avaliadas considerando-se os parâmetros de mercado vigentes em cada uma das datas de outorga dos diferentes Programas de outorga;
- para estimativa da taxa de juros livre de risco, foram utilizados os contratos de juros futuros negociados para o prazo máximo de exercício de cada opção;
- os preços das ações foram ajustados de forma a incorporar o efeito do pagamento de dividendos;
- a volatilidade esperada utilizada para precificação foi definida conforme descrito na letra (d) deste item 13.9; e
- como prazo de vencimento das opções, foi utilizado o prazo máximo de exercício das opções outorgadas.

Foram consideradas as demais premissas clássicas associadas aos modelos de precificação de opções, como inexistência de oportunidades de arbitragem e volatilidade constante ao longo do tempo.

Assim sendo, as principais premissas estão destacadas no quadro abaixo:

<b>Dados e Premissas</b>	<b>Programa 2013</b>
Data de Outorga	02/01/2014
Preço da Ação (R\$)	R\$ 10,92
Preço de Exercício (R\$)	R\$ 8,73
Volatilidade Esperada (ano)	35,62%
Prazo de vida da opção (último vesting)	02/01/2022
Dividendos Esperados (Payout)	80,00%
Taxa de Juros Livre de Risco (ao ano, base 252 dias úteis)	10,57%

  

<b>Dados e Premissas</b>	<b>Programa Adicional - 2013</b>
Data de Outorga	02/01/2014
Preço da Ação (R\$)	R\$ 10,92
Preço de Exercício (R\$)	R\$ 5,46
Volatilidade Esperada (ano)	35,62%
Prazo de vida da opção (último vesting)	02/01/2021
Dividendos Esperados (Payout)	80,00%
Taxa de Juros Livre de Risco (ao ano, base 252 dias úteis)	10,57%

<b>Dados e Premissas</b>	<b>Outorga Conselho de Administração - 2013</b>
Data de Outorga	02/01/2014
Preço da Ação (R\$)	R\$ 10,92
Preço de Exercício (R\$)	R\$ 10,92
Volatilidade Esperada (ano)	35,62%
Prazo de vida da opção (último vesting)	30/04/2022
Dividendos Esperados (Payout)	80,00%
Taxa de Juros Livre de Risco (ao ano, base 252 dias úteis)	10,57%
<b>Dados e Premissas</b>	<b>Programa 2012</b>
Data de Outorga	02/01/2013
Preço da Ação (R\$)	R\$ 14,11
Preço de Exercício (R\$)	R\$ 10,78
Volatilidade Esperada (ano)	29,18%
Prazo de vida da opção (último vesting)	02/01/2021
Dividendos Esperados (Payout)	80,00%
Taxa de Juros Livre de Risco (ao ano, base 252 dias úteis)	9,21%
<b>Dados e Premissas</b>	<b>Programa Adicional - 2012</b>
Data de Outorga	02/01/2013
Preço da Ação (R\$)	R\$ 14,11
Preço de Exercício (R\$)	R\$ 6,74
Volatilidade Esperada (ano)	29,18%
Prazo de vida da opção (último vesting)	02/01/2020
Dividendos Esperados (Payout)	80,00%
Taxa de Juros Livre de Risco (ao ano, base 252 dias úteis)	9,21%
<b>Dados e Premissas</b>	<b>Programa 2011</b>
Data de Outorga	02/01/2012
Preço da Ação (R\$)	R\$ 9,80
Preço de Exercício (R\$)	R\$ 10,07
Volatilidade Esperada (ano)	29,99%
Prazo de vida da opção (último vesting)	02/01/2020
Dividendos Esperados (Payout)	80,00%
Taxa de Juros Livre de Risco (ao ano, base 252 dias úteis)	11,07%
<b>Dados e Premissas</b>	<b>Programa Adicional - 2011</b>
Data de Outorga	02/01/2012
Preço da Ação (R\$)	R\$ 9,80
Preço de Exercício (R\$)	R\$ 5,04
Volatilidade Esperada (ano)	29,99%
Prazo de vida da opção (último vesting)	02/01/2019
Dividendos Esperados (Payout)	80,00%
Taxa de Juros Livre de Risco (ao ano, base 252 dias úteis)	11,05%
<b>Dados e Premissas</b>	<b>Programa 2010</b>
Data de Outorga	03/01/2011
Preço da Ação (R\$)	R\$13,40
Preço de Exercício (R\$)	R\$12,91
Volatilidade Esperada (ano)	25,00%
Prazo de vida da opção (último vesting)	03/01/2018
Dividendos Esperados (Payout)	80%
Taxa de Juros Livre de Risco (ao ano, base 252 dias úteis)	11,78%
<b>Dados e Premissas</b>	<b>Programa 2009</b>
Data de Outorga	02/03/2009
Preço da Ação (R\$)	R\$5,80
Preço de Exercício (R\$)	R\$6,60
Volatilidade Esperada (ano)	67,57%
Prazo de vida da opção (último vesting)	30/12/2016
Dividendos Esperados	50%
Taxa de Juros Livre de Risco (ao ano, base 252 dias úteis)	13,47%

**c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**

A opção outorgada pela Companhia apresenta características do modelo europeu (exercício antecipado não permitido) até a data de *vesting* e características do modelo americano (possibilidade de exercício antecipado) entre a data de *vesting* e a data máxima para exercício. Opções com essas propriedades são denominadas opções do tipo Bermuda ou *Mid-Atlantic*, e seu preço deve, por construção, situar-se entre o preço de uma opção do modelo europeu e o preço de uma opção do modelo americano de características equivalentes.

Levando-se em conta os fatores acima descritos, foi empregado o modelo Binomial para a determinação do valor justo das opções outorgadas. Esse modelo apresenta resultados equivalentes aos do modelo de *Black & Scholes* para opções europeias simples, possuindo a vantagem de incorporar, conjuntamente, as características de exercício antecipado e de pagamento de dividendos associadas à opção em questão.

**d. forma de determinação da volatilidade esperada**

No que diz respeito ao parâmetro volatilidade necessário no apuração dos programas de Opção, adota-se a estimação de seus valores por meio da metodologia estatística de Médias Móveis ponderadas exponencialmente (EWMA, do inglês *exponentially weighted moving average*) a partir da série histórica de preços de fechamento da ação BVMF3. Adota-se, como internacionalmente aceito, uma janela de 40 dias úteis e um fator de ponderação de 0,94.

**e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Todas as características importantes da opção estão descritas e consideradas nos itens anteriores.

**13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Total</b>
Número de membros	n/a	5	5
Nome do plano		Mercaprev	
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	n/a	1	1
Condições para se aposentar antecipadamente	n/a	n/a	n/a
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	4.716.903,61	4.716.903,61
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	283.489,00	283.489,00
Há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	n/a	Sim, somente a parte do funcionário	-

**13.11 Remuneração Média dos Administradores (Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal)**

Ressaltamos que em relação ao incentivo de longo prazo (Plano de Opção), conforme deliberação do Conselho de Administração, as outorgas no âmbito do Plano de Opção do exercício social corrente sempre ocorrerão no início do exercício social seguinte. Assim, a outorga de opções referente ao exercício 2010, ocorreu em 3 de janeiro de 2011, com efeito sobre o resultado do exercício de 2011. Da mesma forma, a outorga referente ao exercício social de 2011 ocorreu em 02 de janeiro de 2012, com efeitos sobre o exercício social de 2012, a outorga referente ao exercício social de 2012 ocorreu em 02 de janeiro de 2013, com efeitos sobre o exercício social de 2013, e a outorga referente ao exercício social de 2013 ocorreu em 02 de janeiro de 2014, com efeitos sobre o exercício social de 2014.

Em 2013, no caso da Diretoria, devido à saída de um Diretor em maio, e a admissão de um novo Diretor em julho, para o item de menor remuneração, consideramos os quatro membros com efetivo exercício de suas funções nos doze meses. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado

do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, sendo que o membro da Diretoria com a maior remuneração exerceu suas funções durante todo o período de janeiro a dezembro.

Em relação ao Conselho de Administração, ressaltamos que um membro desse órgão não teve remuneração no período de 2013 e para o item de menor remuneração, consideramos os seis membros que receberam remuneração durante os dozes meses, haja vista o processo de eleição do Conselho de Administração realizado em abril de 2013. Para a informação da maior remuneração consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado, entretanto, o membro do Conselho de Administração com a maior remuneração exerceu suas funções na Companhia durante os dozes meses do exercício encerrado em dezembro de 2013. O valor médio de remuneração dos membros que receberam remuneração durante o exercício de 2013 foi de R\$ 497.241,59.

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2013</b>			
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal *</b>
Número de membros	11	4,92	n/a
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	1.724.453,24	15.936.759,13	n/a
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	306.762,65	6.833.514,99	n/a
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	452.037,81	8.403.474,25	n/a

\* Conforme descrito no item 13.1 deste Formulário de Referência, a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado. Contudo, a Companhia conta com o Comitê de Auditoria. Para a composição dos valores abaixo mencionados, foram considerados os quatro membros externos com pagamentos durante todo o exercício social de 2013. A maior remuneração reconhecida no exercício social de 2013 foi de R\$ 332.451,85, a menor remuneração foi de R\$ 294.249,23. A remuneração média reconhecida no exercício social de 2013 foi de R\$ 306.957,74.

Em 2012, no caso da Diretoria, todos os seus membros exerceram suas funções durante todo o período de janeiro a dezembro de 2012, e, portanto, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Em relação ao Conselho de Administração, ressaltamos que um membro desse órgão não teve remuneração no período de 2012 e, portanto, para o item de maior e menor remuneração, consideramos os 10 membros que receberam remuneração durante os doze meses do exercício social de 2012.

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2012</b>			
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal *</b>
Número de membros	11	5	n/a
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	1.211.162,20	11.089.578,38	n/a
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	224.400,00	3.635.723,78	n/a
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	383.817,24	5.684.382,31	n/a

\* Conforme descrito no item 13.1 deste Formulário de Referência, a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado. Contudo, a Companhia conta com o Comitê de Auditoria. Para a composição dos valores abaixo mencionados, foram considerados os três membros externos com pagamentos durante todo o exercício social de 2012, haja vista que um dos quatro membros externos está em licença temporária, e foi substituído interinamente por outro membro externo, que, portanto não teve remuneração durante os doze meses do exercício social de 2012. A maior remuneração reconhecida no exercício social de 2012 foi de R\$280.002,81, a menor remuneração foi de R\$240.876,42. A remuneração média reconhecida no exercício social de 2012 foi de R\$249.441,37.

Em 2011, no caso da Diretoria, devido à reestruturação em setembro de 2011, quando tivemos a renúncia de três Diretores e a posterior nomeação de dois novos Diretores, consideramos os três membros com efetivo exercício de suas funções nos doze meses, para o item de menor remuneração. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, sendo que o membro da Diretoria com a maior remuneração exerceu suas funções durante todo o período de janeiro a dezembro.

Em relação ao Conselho de Administração, ressaltamos que um membro desse órgão não teve remuneração no período de 2011 e para o item de menor remuneração, consideramos os nove membros que receberam remuneração durante os dozes meses, haja vista o processo de eleição do Conselho de Administração realizado em abril de 2011. Para a informação da maior remuneração consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado, entretanto, o membro do Conselho de Administração com a maior remuneração exerceu suas funções na Companhia durante os dozes meses do exercício encerrado em dezembro de 2011. O valor médio de remuneração dos membros que receberam remuneração durante o exercício de 2011 foi de R\$412.275,39.

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2011</b>			
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal *</b>
Número de membros	10,75	5,67	n/a
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	1.509.368,77	10.805.969,27	n/a
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	219.300,00	4.003.528,08	n/a
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	373.924,19	5.270.111,64	n/a

\* Conforme descrito no item 13.1 do Formulário de Referência, a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado. Contudo, a Companhia conta com o Comitê de Auditoria. Para a composição dos valores abaixo mencionados, foram considerados os quatro membros externos com pagamentos durante todo o exercício social de 2011. A maior remuneração reconhecida no exercício social de 2011 foi de R\$287.136,99, a menor remuneração foi de R\$228.792,15. A remuneração média reconhecida no exercício social de 2011 foi de R\$243.378,36.

**13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria e quais as consequências financeiras para a Companhia**

Não adotamos política específica no que se refere a remuneração e/ou indenizações para administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, exceto, neste último caso, pelos benefícios relacionados aos planos de previdência em vigor, descritos no item 13.10 acima. Vale notar que a apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores (D&O - *Directors & Officers*) contratada pela Companhia não se estende às hipóteses de destituição ou aposentadoria, visando garantir proteção financeira e tranquilidade para que todos os que ocupam cargos diretivos tomem as decisões diárias com serenidade, além de ser visto como um competitivo benefício, que propicia a retenção de profissionais qualificados.

**13.13 Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto**

A Companhia não tem acionista controlador, razão pela qual não existe remuneração reconhecida no resultado da Companhia referentes a membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos.

**13.14 Remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal recebida por qualquer razão que não a função que ocupam.**

Não existe remuneração ou quaisquer valores reconhecidos no resultado da Companhia referentes à remuneração de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, por qualquer razão que não a função que ocupam.

**13.15 Remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal reconhecida no resultado dos controladores da Companhia, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia**

A Companhia não tem acionista controlador, e portanto também não há sociedades em controle comum com a Companhia. Não há valores reconhecidos no resultado de controladas da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia.

**13.16 Outras informações que a Companhia julga relevantes**

Não existem outras informações relevantes relativas à remuneração dos administradores que não tenham sido consideradas nos demais subitens deste item 13.